

Joana Alves dos Reis



O Fenómeno da Pobreza e as Implicações do  
Voluntariado

Universidade Portucalense Infante D. Henrique  
Departamento de Ciência da Educação e do Património

Porto, 2010

0



Joana Alves dos Reis

## O Fenómeno da Pobreza e as Implicações do Voluntariado

Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação  
em Ciência da Educação com Especialização em Educação  
Social da UPT como requisito parcial para obtenção do grau  
de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: **Professora Doutora Margarida Alice Ferreira Pinto Santos  
Carvalho**

Universidade Portucalense Infante D. Henrique  
Departamento de Ciência da Educação e do Património

Porto, 2010

*“A pobreza magoa, importuna, incomoda. A sua presença é uma recordação constante de que algo não funciona na sociedade. É um espelho em que ninguém, ou quase ninguém, se quer ver; os políticos, porque de algum modo a existência de pobreza deslegitima a sua actuação; os técnicos, porque para além de os obrigar a um exercício de contacto com a realidade, nem sempre agradável ou fácil verificam amiúde que os resultados da sua intervenção nem sempre são positivos ou só são visíveis a longo prazo; os empresários, porque acham que compete aos outros tratarem dos pobres; os sindicatos, porque os vêem como uma potencial força de trabalho que pode fazer pressão para baixar salários; e os cidadãos cujo poder de compra é maior, por lhes trazer más recordações de épocas ou situações anteriores (em que eles próprios viveram situações de dificuldade). Por todas estas razões, constroem-se muros (umas vezes visíveis, outras invisíveis) entre “não pobres” e “pobres” remetendo estes para um espaço de ainda maior vulnerabilidade e exclusão.”*

*Capucha (2005)*

## Agradecimentos

Queremos expressar especial agradecimento à Professora Doutora Margarida Carvalho pela orientação científica prestada, pela disponibilidade e palavras de incentivo com que sempre nos presenteou ao longo de todo este percurso.

Um profundo agradecimento a todos aqueles que colaboraram na nossa investigação. A todos aqueles que vivenciaram os nossos anseios e que de forma despretensiosa e solidária nos apoiaram.

Um reconhecimento muito particular a todos aqueles que, ao longo da nossa vida, nos moldaram e inculcaram o valor da posição crítica, do aperfeiçoamento e da cooperação. A todos aqueles com quem teimosamente já nos debatemos e com quem efectivamente crescemos.

## Resumo

A problemática da pobreza tem vindo a ganhar uma atenção crescente tanto no plano nacional como a nível da União Europeia e da Comunidade Internacional. Esta atenção revela-se no esforço de um conhecimento mais aprofundado sobre o fenómeno, procurando identificar as suas causas, extensão e características, tentando encontrar as melhores práticas para a combater.

Assim, por um lado, é de extrema importância uma política, que combata a pobreza de maneira mais «estrutural», pois, a pobreza envergonhada é uma realidade que se tornou mais pertinente com a crise que o mundo enfrenta.

A presente dissertação é resultado de um processo de investigação direccionado para a clarificação do fenómeno da pobreza, procurando analisar o papel do voluntariado no combate a este flagelo social.

Palavras-chave: pobreza; voluntariado; exclusão social; solidariedade social; instituições de luta contra a pobreza.

## Abstract

The issue of poverty has gained increasing attention both nationally and at European Union and the International Community. This attention appears to be in the effort to a better understanding of the phenomenon, trying to identify the causes, extent and characteristics, trying to find the best practices to combat it.

Thus, on one hand, it is of extreme urgency a policy to combat poverty in a more «structural» way because ashamed poverty is a reality that has become more pertinent with the crisis facing the world.

This dissertation is the result of an investigation aimed at clarifying the phenomenon of poverty, trying to analyze the role of volunteering in combating this social scourge.

Keywords: poverty; volunteering; social exclusion; social solidarity; institutions to combat poverty.

## Siglas e Abreviaturas

ONG – Organização Não – Governamental

PNLP – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza

CNPV - Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado

CJ – Corpo de Juventude

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

IPJ – Instituto Português da Juventude

REAPN – Rede Europeia Anti/Pobreza Portugal

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RSI – Rendimento Social de Inserção

AMP – Área Metropolitana do Porto

A.P. – Administração Pública

## Sumário

Agradecimentos .....	IV
Resumo .....	V
Abstract .....	VI
Siglas e Abreviaturas.....	VII
Sumário.....	VIII
Índice de Gráficos .....	XI
Índice de Quadros.....	XII
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	17
CAPÍTULO I – O FENÓMENO DA POBREZA.....	18
1. Pobreza e Exclusão Social .....	18
1.1 Clarificação de Conceitos .....	18
1.2 O conceito de Pobre .....	19
1.3 Tipo de pobreza.....	20
2. A pobreza: velhos e novos problemas sociais .....	25
3. Caracterização do caso português.....	29
3.1 Desigualdades de distribuição dos rendimentos .....	40
3.2 O Rendimento Social de Inserção.....	41
4. Tipologias das situações e grupos atingidos pela pobreza e exclusão social.....	48
4.1 Dimensões do conceito de exclusão social.....	51
5. Limiar oficial de pobreza em Portugal .....	58
6. Avaliar todas as políticas para a erradicação da pobreza .....	66
6.1 A natureza escorregadia da pobreza.....	69

6.2 As fronteiras difusas da pobreza.....	69
CAPÍTULO II – O VOLUNTARIADO NA LUTA CONTRA A POBREZA.....	73
1. As Instituições de Solidariedade Social .....	73
1.2 Organizações e organizações.....	74
1.3 Permanências estruturais e mudanças das organizações .....	77
2. O Voluntariado.....	79
2.1 Clarificação do conceito de Voluntariado .....	79
3. O papel do voluntariado na Luta Contra a Pobreza .....	80
3.1 O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) .....	83
4. Tipo de Voluntariado.....	84
4.1 Banco do Voluntariado.....	87
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....	90
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO .....	91
1.O Estudo de Caso – problemáticas e objectivos .....	91
2. Campo de Análise – contexto, pergunta de partida, questões de estudo e participantes .....	94
2.1 O contexto de investigação – caracterização das instituições de um concelho da Zona Norte .....	94
3. A pergunta de partida e as questões de estudo .....	105
3.1 Os participantes – delimitação da população alvo e dos diferentes grupos de amostragem.....	106
4. Procedimentos de recolha de dados.....	108
4.1 Instrumentos de recolha de dados: concepção, validação e fiabilidade .....	110
4.1.1 Concepção e condução da pesquisa documental .....	111
4.1.2 Concepção e condução das entrevistas.....	111

4.1.3 Procedimentos de tratamento de dados.....	112
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	113
1. As entrevistas aos responsáveis das instituições .....	113
2. As entrevistas aos voluntários das instituições .....	127
3. As entrevistas aos beneficiários das instituições.....	148
CONCLUSÕES FINAIS .....	153
BIBLIOGRAFIA.....	160
ANEXOS.....	166

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Agregados domésticos pobres, por estatuto socioeconómico do representante (1989) .....	31
Gráfico 2 - Agregados domésticos pobres, por estatuto socioeconómico do representante (1993) .....	31
Gráfico 3 – Densidade Populacional no Concelhos da AMP (2001) .....	95
Gráfico 4 – Estrutura etária da população residente 2001.....	96
Gráfico 5 – População activa e inactiva no concelho, 1991-2001 .....	97
Gráfico 6 – Desemprego registado, 2007 .....	98
Gráfico 7 – Âmbito de actuação das instituições .....	114
Gráfico 8 – Distribuição por género dos entrevistados.....	127
Gráfico 9 – Anos de experiência como voluntário .....	130
Gráfico 10 – Voluntariado noutras instituições .....	130
Gráfico 11 – Tempo semanal dedicado ao voluntariado .....	131
Gráfico 12 – Áreas de intervenção do voluntariado.....	132
Gráfico 13 – Actividades de voluntariado – sessões individuais/colectivas .....	132
Gráfico 14 – Área em que realiza a actividade como voluntário .....	133
Gráfico 15 – Número de pessoas assistidas semanalmente .....	135
Gráfico 16 – Grau de satisfação dos voluntários.....	141
Gráfico 17 – Três aspectos positivos do trabalho como voluntário .....	142
Gráfico 18 – Três aspectos a melhorar na actividade do voluntariado.....	142
Gráfico 19 – Reconhecimento do papel do voluntário.....	143
Gráfico 20 – Sexo dos entrevistados.....	148
Gráfico 21 – Idade dos entrevistados .....	148

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Indicadores de Desigualdade e Pobreza .....	64
Quadro 2 – Serviços prestados pela instituição .....	114
Quadro 3 – Aumento dos números de pobreza entre 2004-2008 .....	115
Quadro 4 - Há algum responsável/coordenador dos voluntários .....	116
Quadro 5 – A Relação “instituição/sociedade” é avaliada? .....	117
Quadro 6 – Há uma relação/coordenação com outras instituições de voluntariado .....	117
Quadro 7 – A descrição do perfil do voluntário mudou nos últimos anos? .....	118
Quadro 8 – Número de voluntários da instituição.....	119
Quadro 9 – Número de Horas que os voluntários dedicam à sua actividade .....	119
Quadro 10 – Serviços e tarefas do voluntário .....	120
Quadro 11 – Tipo de coordenação existente entre os voluntários e a equipa técnica da instituição .....	121
Quadro 12 – Espaços de encontro e diálogo .....	121
Quadro 13 – Existe na instituição um Plano de fomento do Voluntariado.....	122
Quadro 14 – Realizam-se sessões de formação para os nossos voluntários .....	122
Quadro 15 – É fornecida toda a informação ao voluntário acerca do âmbito de intervenção da instituição? .....	123
Quadro 16 – O desconhecimento de idiomas e de outras culturas dificulta a actuação do voluntariado com algumas faixas populacionais .....	124
Quadro 17 – Avaliação da relação organização/voluntariado .....	124
Quadro 18 – Avaliação das tarefas dos voluntários .....	125
Quadro 19 – As principais directrizes da instituição no âmbito do voluntariado .....	126
Quadro 20 – Nível de estudos dos entrevistados.....	127
Quadro 21 – Motivos que o/a levaram a ser voluntários .....	128
Quadro 22 – Nome da associação onde desenvolve o seu trabalho como voluntário .....	129

Quadro 23 – Técnicas mais utilizadas no decorrer da actividade de voluntário .....	134
Quadro 24 – Como teve conhecimento desta formação .....	136
Quadro 25 – Formação específica/instituição ofereceu essa formação .....	137
Quadro 26 – Os três valores mais importantes na formação de um voluntário .....	138
Quadro 27 – Importância da formação/da formação permanente de um voluntário .....	139
Quadro 28 – Outros cursos de formação que os voluntários poderiam frequentar.....	140
Quadro 29 – Como se coordenam entre voluntários? Há espaços de reuniões? Com que frequência?.....	144
Quadro 30 – Como se coordenam com a equipa técnica? Há espaços de reuniões?.....	145
Quadro 31 – O que sugeria para melhorar a actividade do voluntariado e o seu reconhecimento social .....	146
Quadro 32 – Em que trabalhou e até quando pode fazê-lo .....	148
Quadro 33 – Como chegou à situação actual em que se encontra?.....	149
Quadro 34 – Como o apoiou ou não a administração pública? .....	149
Quadro 35 – Como encontrou esta associação? .....	150
Quadro 36 – Como avalia o apoio prestado por esta instituição? .....	150
Quadro 37 – Como apoia o apoio dos voluntários?.....	150
Quadro 38 – Sugestões para a melhoria da A.P. perante estas situações? .....	151

## INTRODUÇÃO

“[...] a acumulação de handicaps aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias sociais a situações de pobreza e exclusão social, tornando-as socialmente mais visíveis”. (COSTA, 1998)

As transformações que foram ocorrendo ao longo dos tempos, devido à modernização, levaram a considerar os pobres como excluídos.

Neste sentido, o fenómeno da pobreza reaparece no final do século passado, através do desemprego que se instala de forma duradoura no seio das economias capitalistas, e através das migrações para os países ricos de populações que fogem da miséria e da falta de esperança, que caracterizam os seus países de origem.

Assim, a grande solução para estes males é, sem dúvida, a educação. Mas, é sobretudo o problema das atitudes sociais perante a pobreza que é preocupante, porque em vez de solidariedade e compaixão, temos apenas a indiferença.

Temos de fazer um esforço para alterar estas atitudes perante este problema social que é a pobreza. E, neste âmbito o Educador Social muito tem a fazer.

Ora, se o Educador Social tem um papel fundamental na luta contra a exclusão dos que por razões socioeconómicas ou culturais se encontram marginalizados na sociedade, a educação também o tem.

Neste contexto, a educação deve ir ao encontro do desenvolvimento humano, baseando-se numa educação ao longo de toda a vida e para todos, tendo por objectivo a integração social de todos, porque é a própria sociedade que gera graves situações de desintegração social.

A educação ao longo de toda a vida opõe-se naturalmente à mais dura das exclusões, nomeadamente à pobreza. Assim, o combate à exclusão, pela pobreza, transformou-se num dos grandes desafios, para o qual a educação do século XXI terá de encontrar resposta.

Neste sentido, é importante começar por ver a pobreza como negação de fundamentais padrões de ética, e a injustiça que a mesma comporta. Portanto, impõe-se uma ética humanista, uma ética que se fundamenta na dignidade da pessoa e que entende que todas as pessoas têm direitos e deveres, uma dignidade própria que deve ser respeitada e assegurada.

Operacionalizando os conceitos de *Pobreza; Exclusão Social; Voluntariado; Programas e Instituições de Luta Contra a Pobreza*, o percurso de investigação proposto perfilha o seguinte objectivo geral:

- *Compreender o fenómeno da pobreza e o papel das instituições de solidariedade social no combate às situações de pobreza existentes num concelho da AMP.*

A organização da presente dissertação configura dois domínios fundamentais, nomeadamente: o enquadramento teórico dos conceitos operacionalizados e o estudo empírico tendencialmente orientado para a exploração dos conceitos de “*Pobreza e Voluntariado*”.

A primeira parte, correspondente à conceptualização teórica subjacente à problemática em estudo, divide-se em dois capítulos.

No primeiro capítulo – O Fenómeno da Pobreza – procede-se a uma abordagem da pobreza como fenómeno social, cultural, político e económico. É a partir dessa clarificação conceptual que procurar-se-á particularizar a importância do Voluntariado na Luta Contra a Pobreza. Surge assim o segundo capítulo – O Voluntariado na Luta Contra a Pobreza.

Primeiramente é fundamental falar de valores. Torna-se imperioso que, para que as políticas possam ser de facto consequentes, as mesmas devam ser enformadas por valores à altura dos problemas que tentam enfrentar. A decisão de pôr em campo estratégias de combate à pobreza deve, assim, significar a adesão e a defesa de um conjunto de valores (acima de todos os interesses, sejam eles pessoais, políticos, partidários ou quaisquer outros).

É urgente encararmos tal tarefa como uma responsabilidade de todos. Temos de reconhecer que todos somos, em abstracto, causa de pobreza e simultaneamente possibilidade de erradicação desse fenómeno. A erradicação deste problema passa pela reorganização das nossas sociedades de tal forma que, as pessoas se possam sentir membros de facto, e parte activa das mesmas.

No estudo empírico apresenta-se o fenómeno em estudo e as opções metodológicas que sustentam o projecto de investigação, nomeadamente no que respeita ao seu enquadramento enquanto estudo de caso e às estratégias de captação e tratamento da informação. O processo de recolha de dados enquadra-se num projecto internacional no qual participámos e cujos instrumentos utilizámos, incluindo-os nos anexos na sua língua original já que a sua administração directa nos possibilitou a tradução simultânea.

A apresentação dos dados e respectiva análise sustentam a compreensão do objecto de estudo reflectida numa redacção clara e rigorosa das ilações daí oriundas, posteriormente recuperadas de forma sucinta na nota conclusiva da presente dissertação.

O reconhecimento da importância da luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, bem como a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, afigura-se como um desafio prioritário para o progresso a nível europeu e mundial, daí a relevância de estudos que, como este, tenham como alvo o entendimento dos factores que põem em causa a dignidade de tantos seres humanos.

PARTE I  
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

## CAPÍTULO I – O Fenómeno da Pobreza

### 1. Pobreza e Exclusão Social

#### 1.1 Clarificação de conceitos

A luta contra a pobreza e a exclusão social tem de ser encarada não só como uma questão de justiça social, mas também como uma condição necessária para a sobrevivência de uma democracia sólida. Para termos um país socialmente coeso, não podem existir cidadãos que sejam excluídos de participarem na economia e na sociedade.

Nenhum país pode aspirar a um desenvolvimento económico sustentado enquanto existirem desmesuradas desigualdades na repartição da riqueza. Para além disso, é necessário que a sociedade em geral tome consciência de que o aumento da riqueza não chega para combater a exclusão social. É necessário alterar diversas estruturas socioeconómicas para que possamos assim inverter tal situação. É ainda importante clarificar que é do interesse das classes mais privilegiadas que esta situação se inverta, ou as consequências de instabilidade social podem ser dramáticas, pondo em risco a ordem pública e a segurança dessas próprias classes.

A definição de exclusão social é como qualquer conceito sociológico, alvo de alguma controvérsia. Na acepção de Max Weber: “exclusão social é uma forma de fecho social na qual um grupo tenta adquirir e manter uma posição privilegiada, em detrimento de outros grupos que lhe ficam subordinados”. Outros autores associam exclusão social a grupos de pessoas que não têm acesso à segurança social nem a emprego, ou a determinadas etnias sociais que vivem excluídas da sociedade.

As diferentes definições deste conceito devem-se essencialmente ao facto deste fenómeno ser multidimensional, pois exclusão social engloba vários tipos de privação: privação económica, desintegração sociocultural e falta de participação

cívica e política. Assim sendo, as situações de exclusão social ocorrem quando uma pessoa ou um colectivo humano são impossibilitados de participar e beneficiar de todos os direitos de uma sociedade.

Outro conceito que interessa analisar é o de pobreza que muitas vezes é utilizado indistintamente do conceito de exclusão social.

## 1.2 O conceito de Pobre

Na década de 90 do século XX, Alfredo Bruto da Costa (1984) considerava que a sociedade abordava o pobre como um «objecto» e não como verdadeiro sujeito. Uma vez que a sociedade tende a compadecer-se ou a ter medo deles, distancia-os e vê-os como outros.

Mas, afinal quem são os pobres? Pobre não é aquele que se encontra em situação de privação, com falta de recursos a todos os níveis. Pobre, é o que, debatendo-se com a privação e a falta de recursos, vive na dependência.

Como salienta Fernandes (2000, p.25), “os pobres precisam de se transformar nos próprios actores de libertação da sua dependência, apoiados nas instituições que a eles se dedicam”.

No entanto, o pobre, pelo facto de ser pobre, está limitado no domínio das relações sociais. A condição do pobre é também caracterizada pela «exclusão» de maior ou menor número de sistemas sociais básicos. Sobretudo nos centros urbanos, estará excluído dos meios sociais correntes da sociedade, e terá um círculo de convivência muito restrito, circunscrito à família, aos vizinhos que vivem em condições semelhantes, e aos colegas de trabalho. Se for desempregado, a rede de relações é ainda mais limitada, o que leva à perda significativa da sua identidade social.

Contudo, e segundo Zorrilla (1987, p.14), “los pobres son los necesitados, desamparados, menesterosos, desherdados....” Neste sentido, o pobre é aquele que se encontra numa situação de fraqueza, de dependência, de humilhação,

caracterizada pela privação de meios variáveis, segundo as épocas e as sociedades, de poder e de consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais.

Sendo assim, e para Alfredo Bruto da Costa (2008, p.31) “o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder.” Daí que o combate à pobreza implique, além do mais, a devolução do poder ao pobre. Poder em todas as suas formas: poder político, económico, social, cultural, de influência, de pressão social.

Como salienta Capucha (2005) “do lado do pobre é importante reconhecer que a sua condição é marcada, além do mais pela total ausência de poder, a ponto de nem sequer ter poder para reivindicar os seus direitos mais elementares”.

### 1.3 Tipos de pobreza

Como refere Costa (2008, p. 24), “a pobreza tal como a entendemos consiste numa situação de privação, por falta de recursos”. Ambas as condições – privação e falta de recursos – são essenciais à definição. Daqui resulta, por exemplo, que uma situação de privação que não resulte da falta de recursos não significa pobreza, mesmo que possa apresentar-se como um problema social grave. Porém, para resolvermos uma situação de pobreza, não é suficiente resolver a privação. Isto é, além de vencer a privação, é necessário que o pobre passe também a ser auto-suficiente ao nível de recursos, ganhando a vida através de um dos meios de vida correntes na sociedade a que pertence.

Neste sentido, como salienta Costa (2008), a dependência, para além da privação e falta de recursos, caracteriza igualmente o quotidiano do pobre. E, com o passar do tempo, este contexto de vida vai afectando o pobre em todos os aspectos da sua personalidade. Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se a cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai dando lugar ao conformismo, enfraquece a

auto-confiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social, e eventualmente a identidade pessoal.

Porém, segundo o mesmo autor, há causas imediatas da pobreza, que são as que identificamos pela observação (uma pessoa é pobre porque, por exemplo, não tem nada para comer, ou não tem casa). Há causas intermédias, os salários baixos, que estão relacionados com qualificações baixas. E, há causas estruturais, que dizem respeito à própria configuração da sociedade, à forma como a sociedade está organizada.

A evolução do conceito de pobreza (Costa, 1984) reflecte em parte os diferentes contributos destas abordagens, evidenciando uma progressiva desmultiplicação do conceito em várias dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza. Neste sentido, surgiram dicotomias no conceito de pobreza que nos dão conta da multiplicidade de significados que pode assumir – pobreza absoluta/relativa, pobreza objectiva/subjectiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura.

Para Alfredo Bruto da Costa (1984, p. 34), “a pobreza absoluta baseia-se na noção de necessidades básicas, estando em causa várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos, bens de capital, benefícios de espécie associados ao trabalho, etc.), enquanto, a pobreza relativa remete para a análise da pobreza face aos padrões sociais em geral. Nesta dicotomia está presente uma relação de complementaridade e não de antagonismo”.

A pobreza objectiva baseia-se num padrão de referência (frequentemente corporizado na construção de um limiar de pobreza) que tipifica as situações de pobreza, permitindo caracterizar objectivamente os pobres. No caso da pobreza subjectiva são as representações da pobreza construídas pelos actores e grupos sociais que estão em causa, introduzindo a dimensão da percepção e perspectiva subjectiva da pobreza (Costa, 1984).

A pobreza tradicional como refere Bruto da Costa (1984, p.34) “está associada a uma situação crónica, geralmente localizada no mundo rural, que enquadra um estatuto inferior e desvalorizado. A nova pobreza está directamente relacionada

com as reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo, expressos nomeadamente no crescimento do desemprego estrutural e na precariedade do emprego”.

Por conseguinte, a oposição pobreza rural/pobreza urbana traduz formas de exclusão espacial que encerram dois *locus* diferenciados. A primeira traduz-se como uma escassez básica de recursos, proveniente da baixa produtividade agrícola e pela falta de actividades económicas alternativas, agravada por uma alta dependência face às prestações da segurança social [...] a pobreza urbana afecta diversos grupos sociais, reflectindo problemas associados a baixos rendimentos e desemprego, às situações de doença ou de problemáticas sociais diversas (toxicodependência, alcoolismo, deficiência, etc.) (Costa, 1984).

Finalmente, distinguimos, na senda do autor que temos vindo a referir, a pobreza temporária da pobreza duradoura, relacionando-se a primeira com fluxos de saída e entrada na pobreza, de carácter temporário, delimitados no tempo; remetendo a segunda noção para a reprodução social e para o processo cíclico da reprodução da pobreza.

De acordo com Luís Capucha (1992, p.12), “a pobreza é um fenómeno social, e em torno deste, surgem diferentes abordagens teóricas, nomeadamente a socioeconómica e culturalista”.

Na abordagem socioeconómica associa-se a pobreza a uma situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos, relacionando-a com as noções de subsistência e de necessidades básicas, caracterizada normalmente por más condições de vida, más condições habitacionais, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário (instável, sem contrato, mal remunerado ou em más condições de trabalho). Esta situação conduz a uma privação de tipo relacional, votada ao isolamento e, por vezes, associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. O seu círculo de convivência é muito restrito, circunscrito à família, aos vizinhos que vivam em condições semelhantes, aos colegas de trabalho. Se for desempregado, verá a sua rede de relações ainda

mais limitada, perdendo uma parte significativa da sua identidade social (Capucha, 1992).

A abordagem culturalista centra-se no carácter antropológico de comunidades, famílias e indivíduos e no conceito de cultura de pobreza. Concebe-se a pobreza como um dos fenómenos integrantes da exclusão social, [...] a ausência ou insuficiência de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos é enquadrada teoricamente pelo conceito de exclusão social (Capucha, 1992).

Neste sentido, e segundo Luís Capucha (1992, p.13):

“a pobreza é sobretudo um processo estático (um estado), enquanto que a exclusão é um processo dinâmico, associado a uma trajectória que conduziu à marginalização, presenciando-se a acumulação de handicaps vários (rupturas familiares, carências habitacionais, isolamento social, etc).”

Como refere Alfredo Bruto da Costa (2008), a pobreza é uma situação de privação, de dependência.

Assim, algumas perdas que o pobre sofre podem ocorrer na pobreza recente, a perda de identidade social, e do sentimento de pertença à sociedade, perda de auto-confiança, descrença na capacidade de ultrapassar a situação, enfim, progressivamente, até à eventual perda de identidade pessoal e à ruptura dos laços familiares e afectivos.

Portanto, é importante lembrar que no decurso da história, a pobreza, foi vista de diversos modos. Segundo Serge Paugam (2006), fazia-se a distinção entre dois tipos de pobres: os incapazes de trabalhar (por deficiência física ou idade) e os que podiam (ou pareciam poder) trabalhar. Os primeiros eram considerados como merecedores de compaixão, surgindo diversas instituições para os ajudar, inclusive o próprio poder público mantinha serviços de assistência. Estes eram os verdadeiros pobres, os pobres merecedores de assistência. Os outros, os que eram classificados como capazes de trabalhar, eram os não merecedores, e tinham de se sujeitar às normas da altura, aceitando ser servo de algum senhor. Eram tempos em que, de modo geral, se tinha uma noção imperfeita de *dignidade humana*.

É evidente que os tempos são outros, e a humanidade progrediu imenso na compreensão de que a dignidade humana é um valor exigente. Sabemos que a sociedade de «senhores e servos» era menos humana. E, hoje, temos uma noção mais exigente de justiça.

O nosso olhar sobre a pobreza mudou, em conformidade com todo esse progresso cultural. Todavia, creio que, em certa medida, ainda persistem duas semelhanças com a maneira de pensar de outros séculos. Por um lado, e para Serge Paugam (2006, p.75) “não nos libertámos totalmente da tendência de classificar os pobres em *merecedores* e *não merecedores*. Por outro, continuamos a ver o problema centrado nos excluídos”. Isto é, focamos a atenção nos pobres e nos excluídos (indivíduos), e reflectimos menos na pobreza e na exclusão social (fenómenos sociais). É evidente que, o que nos deve preocupar são os pobres e os excluídos, as pessoas concretas que sofrem em consequência da sua situação de pobreza e de exclusão.

Contudo, para Capucha (2005, p.97), “sendo um dos «atributos» negativos do pobre o estar destituído de poder, é finalidade da luta contra a pobreza restituir ao pobre o poder necessário ao pleno exercício da cidadania”. Logo, se faz parte de uma sociedade democrática, esta terá que assegurar uma correcta repartição do poder na sociedade. Por exemplo, uma iniciativa do Presidente da República acerca da pobreza é uma forma de redistribuir o seu “poder” (em sentido lato) de Presidente da República, de o pôr ao serviço dos pobres.

Resumindo, e como nos diz Costa (2008, p.98),

“a pobreza é gerada pela sociedade, é gerada pela configuração da sociedade e, portanto, sem mudanças sociais não é possível resolver o problema... assim, tudo quando contribua para dar a ideia de que é possível resolver a pobreza mantendo o resto da sociedade como está é pura ilusão e seria uma irresponsabilidade muito grave da intervenção local”.

Tudo isto tem de ser contrariado, através do projecto de desenvolvimento local, que tenha por objectivo atacar a pobreza e não consolidar a nível local aquilo que se passa a nível nacional. Ora, como refere Alfredo Bruto da Costa (2008, p.99), “se queremos fazer face à problemática no seu todo, não devemos unicamente ter

acções viradas para as pessoas, apenas para as pessoas, deixando todo o meio com falta de infra-estruturas a todos os níveis, económico, cultural e social”.

Capucha (2005) afirma que sendo a pobreza e a exclusão problemas sociais. A sua solução requer mudanças sociais, pois, e de acordo com Costa (2008, p. 36) “ em determinadas situações, é gerada uma teia de círculos viciosos que se reforçam mutuamente e impedem o pobre e o excluído de se libertarem da condição em que se encontram.”

Neste sentido, os principais factores explicativos da pobreza e da exclusão devem-se procurar na sociedade: no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural) – factores que se traduzem em mecanismos sociais que geram e perpetuam a pobreza (Costa, 2008). Neste entendimento, para Alfredo Bruto da Costa (2008, p.42), “a solução do problema requer a eliminação desses mecanismos, o que se não faz sem mudanças”.

Assim, quando verificamos que cerca de dois milhões de portugueses são pobres, é difícil conceber que tanta gente seja vítima da preguiça, imprevidência ou desgoverno dos que representam as respectivas famílias. E, se assim fosse, teríamos de procurar alguma causa social para os chefes das famílias portuguesas estarem afectados por o que seria uma verdadeira «epidemia de irresponsabilidade» (Costa, 2008).

## 2. A Pobreza: velhos e novos problemas sociais

O modo como olhamos para um problema e procuramos combatê-lo depende do modo como o compreendemos.

A era das revoluções, com a qual emergiu a modernidade, operou rupturas históricas a uma velocidade até então desconhecida, trazendo consigo fracturas sociais. Assim, a ideia de que os homens podem viver num mundo justo e em que todos tenham acesso a condições dignas de existência não era nova já nessa altura. No entanto, quer se considerasse a inadaptação de certos grupos sociais à

sociedade industrial, quer se entendesse como o próprio resultado das relações sociais predominantes do capitalismo, é tido como a negação dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que se tornaram denominador de todos os movimentos sociais e políticos.

Nas sociedades modernas ocidentais, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes (habitação, saúde, lazer). Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade (Barreto, 1997). Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. Assim, “os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social” (Pereirinha, 1992, p. 15).

Porém, para Capucha (2005, p. 13) “a pobreza sobreviveu até aos nossos dias. Pensou-se ainda que ela seria erradicada, primeiro nos países mais desenvolvidos e depois, por difusão, no resto do mundo.” Mas, o fim da segunda guerra mundial, a primeira crise do petróleo, «a questão social» do capitalismo, permitiram nomeadamente sucessivos ganhos de produtividade, crescimento económico, oferta de emprego de qualidade crescente, melhor remuneração do trabalho e do capital, expansão do consumo, satisfação das necessidades de cada vez maiores sectores da população e melhoria dos padrões sociais, tornaram visivelmente alcançável o objectivo da *erradicação da pobreza*.

Contudo, e como salienta o autor, “o primeiro choque petrolífero de 1973 e a posterior tomada de consciência de limitação dos recursos vieram pôr fim à euforia. O modelo revelou que, na ausência de reformas que o aprofundem [...] é incapaz de por si só garantir o pleno emprego [...] de assegurar a sustentação financeira de protecção social das gerações futuras, num contexto de acentuado envelhecimento [...] de evitar o totalitarismo e da xenofobia e de garantir uma distribuição justa da riqueza socialmente produzida e das oportunidades de vida a todas as pessoas” (Capucha, 2005,p.15).

O contexto desta crise é o da globalização dos sistemas económicos, sociais e culturais. Logo, é esta globalização que representa um passo decisivo no sentido da criação de oportunidades entre todos os homens sem distinção.

A economia globalizou-se, as fronteiras à circulação do capital e das mercadorias quase desaparecem. Como afirma Capucha (2005, p. 98), “as empresas, e as economias que quiserem sobreviver, são obrigadas a adaptar-se ao novo sistema, onde o custo do trabalho e a rigidez do mercado são mais desvantajosos”. Neste sentido, as empresas ou mudam ou não sobrevivem. Mudar significa um aumento da produtividade através do investimento, uma redução de pessoal, e uma diminuição dos salários; os factores produtores de pobreza (desemprego, baixos salários, instabilidade das relações laborais) são, assim, o resultado inevitável da necessidade de sobrevivência das empresas.

Desta forma, e para Barreto (1997, p. 74), “a pobreza existe nos países desenvolvidos da Europa por duas razões: a primeira devido à competição dos salários; a segunda devido aos diferentes sistemas fiscais.”

No entanto, como refere Rodrigues (2007, p.16) “o comércio entre a Europa rica e os países menos desenvolvidos do mundo é demasiado pequeno para produzir tais efeitos de desemprego.” Por isso, as causas têm de ser encontradas no seio dos sistemas económicos dos países desenvolvidos.

Por fim, a sociedade “dita desenvolvida”, é também uma sociedade segmentada tanto a nível económico, como social (Costa, 2008). O que permite explicar, aliás, não apenas a pobreza na Europa, mas também o fosso existente entre os países ricos e os países pobres, que é cada vez mais profundo e chocante, apesar de decorrer programas, projectos e acções direccionadas simplesmente, para a erradicação da pobreza.

Porém, como afirma Costa (2008), enquanto a velha pobreza era apanágio dos que não acompanhavam o progresso, a nova pobreza resulta exactamente do progresso económico. Portanto, continuam a estar excluídos dessa sociedade e a não gozar em pleno os seus direitos (económico-sociais).”

Na verdade, é difícil aceitar a divisão entre uma sociedade e uma «não sociedade», entre os incluídos e os excluídos, não apenas de contextos específicos, ou deste ou daquele conjunto de recursos ou direitos, mas da sociedade em geral.

Sem dúvida que a pobreza é o principal factor de exclusão social, exclusão não é ser um «não-membro» da sociedade, mas sim um membro da sociedade a quem foram retirados direitos de cidadania. Assim, a exclusão social não deve ser entendida neste âmbito como um absurdo isolamento social, mas como uma limitação de acesso à condição de cidadania (Capucha, 2005).

Para o pobre é importante reconhecer que a sua condição é marcada, além do mais, pela total ausência de poder, a ponto de nem sequer ter poder para reivindicar os seus direitos mais elementares (Capucha, 2005).

Neste sentido, a Constituição da República Portuguesa, inclusivamente após a revisão aprovada pela Lei Constitucional nº 1/97, de 20 de Setembro, contém afirmações de princípios fundamentais. Uma dessas afirmações consta no artigo 108º: «o poder político pertence ao povo (...)». Sem dúvida que, uma pessoa privada do acesso àqueles sistemas sociais e destituída de toda a forma de exercer a cidadania, deixa de participar de forma activa na sociedade. Portanto, para Capucha (2005) “a pobreza constitui um problema de cidadania.”

Assim, poderá ser difícil, no futuro, impedir a agressividade das populações caídas na frustração. Não haverá entretenimentos susceptíveis de manter os excluídos na tranquilidade. Pois, à turbulência social criada pela vontade de escapar à miséria, há o risco de suceder a destabilização ou mesmo o colapso político (Almeida, 1994).

Deste modo, as pessoas em estado de exclusão social podem desencadear graves conflitos, colocando mesmo em causa a paz social e a convivência democrática. Os pobres devidamente apoiados devem pôr-se em busca da sua própria cidadania, em vez de esperarem (Capucha, 1998).

A pobreza é uma das dimensões, talvez a mais visível, da exclusão social. Empiricamente, a utilização difusa do termo exclusão social tende, em alguns discursos, a substituir o de pobreza (Almeida, 1994). A exclusão social, enquanto conceito com relevância teórica no campo da Sociologia, substituiu o conceito de pobreza no debate social dos finais dos anos 80, querendo acentuar aspectos mais complexos do que o das condições meramente económicas de vida. Para José Pereirinha há, no entanto, uma distinção conceptual necessária para a apreensão do fenómeno:

“o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social” (Pereirinha, 1992, p.15).

### 3. Caracterização do Caso Português

Antes de discutirmos a situação da pobreza em Portugal, é necessário distinguir dois tipos de pobreza: a velha e a nova. A primeira é a pobreza que está presente nos países subdesenvolvidos, localizados na África e na Ásia, embora também esteja presente no interior de alguns países desenvolvidos (como por exemplo Portugal). Está, portanto, associada a um fraco nível de desenvolvimento provocado pela falta de estruturas económicas e tem uma geografia espacial e social definida.

Quanto à nova pobreza está associada à recente evolução tecnológica e social. É então originada pelos problemas da sociedade contemporânea, ou seja, problemas como a emigração, a droga, a desagregação familiar, o desemprego, a marginalidade, o HIV, etc. Esta é a pobreza dos países desenvolvidos, e a que

está presente em Portugal. É importante não esquecer que somos um país rico (estamos entre os 22 países mais ricos do mundo), mas mesmo assim podemos identificar diversos problemas específicos relacionados com a pobreza. Cerca de ¼ da população portuguesa, é considerada como sendo “pobre” (rendimento inferior a metade do rendimento mensal médio do país) (Almeida, 2004).

Contudo, no caso português, o assunto é demasiado complexo. Mas, parece haver fundamento para se recear que muito do esforço feito no país, com vista à redução da pobreza, seja pouco eficiente. Talvez, devido a uma compreensão menos profunda do problema.

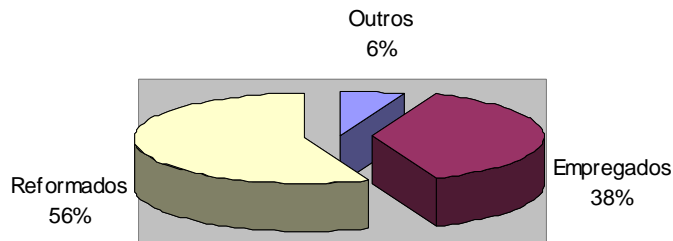
De acordo com Diogo Fernando (2008, p. 46), “Portugal tem uma pobreza reconhecidamente extensa, por comparação com os seus parceiros europeus”.

Porém, a maior parte dos grupos, famílias e pessoas pobres não se encontram em situação de ruptura com o tecido social, ou com o mercado de trabalho. Pelo contrário, constituem uma parte importante da sociedade (Barreto, 1997).

No nosso país a ditadura fez recuar as políticas de educação e impôs níveis de iliteracia e de escolaridade com mais de um século de atraso, em relação à generalidade das experiências europeias. Não desenvolveu um sistema de saúde; não permitiu a emergência de relações industriais modernas e entrou a modernização do tecido produtivo (Capucha, 2005).

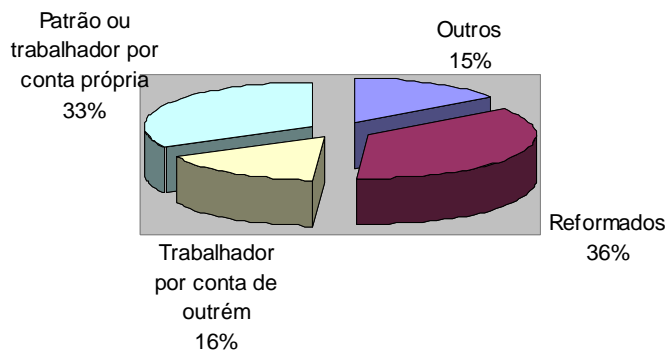
Neste sentido, na primeira metade dos anos 90, os três principais grupos eram constituídos por famílias de pensionistas, de trabalhadores empregados e de trabalhadores por conta própria, e verificamos, também, que a maior parte das famílias pobres eram pequenas (uma ou duas pessoas) ou médias, ou seja, que a dimensão da família não explicava a pobreza (Costa, 2008).

Gráfico 1. Agregados domésticos pobres, por estatuto sócio-económico do representante (1989) (%)



Fonte: Bruto da Costa, A. (1993)

Gráfico 2. Agregados domésticos pobres, por estatuto sócio-económico do representante (1993) (%)



Fonte: EUROSTAT (dados provisórios)

Devemos então perguntar por que razão o pensionista, o empregado ou o trabalhador por conta própria é pobre. No primeiro caso, é naturalmente, o valor da pensão; no segundo, o nível do salário; e no terceiro, os baixos rendimentos provenientes de uma actividade por conta própria, porventura para superar uma situação de desemprego. Quem conheça o nosso sistema de salários e o carácter

precário de algumas actividades por conta própria (vendedores ambulantes, pequenas oficinas, etc.), saberá que, com estes tipos de sistemas, é forçoso que haja pobreza em Portugal. A montante dos sistemas referidos, encontra-se o sistema educativo e de formação profissional, onde, em certa medida, começa e termina o círculo vicioso da pobreza. O sistema educativo é, também, uma das principais pontes de transmissão da pobreza de uma geração a outra (Costa, 2008).

De acordo com Alfredo da Costa (2008, p. 31), “à persistência da pobreza – que se verifica durante o ciclo de vida e a que se reflecte na transmissão intergeracional da pobreza – deve juntar-se uma outra: a da persistência da pobreza enquanto fenómeno social.”

E, apesar dos esforços desenvolvidos durante séculos, no combate à pobreza, o fenómeno persiste, ainda, em larga escala no país.

Em contrapartida, e de acordo com Diogo Fernando (2008, p.43) “uma boa parte dos pobres em Portugal trabalha ou pertence a famílias com activos empregados”. Neste sentido, a realidade de hoje, é a seguinte: os trabalhadores são possuidores de baixas qualificações, fazem-no em sectores pouco produtivos, e onde predominam baixos e muito baixos salários, principal factor de sobrevivência das empresas. Ainda que esses salários sejam combinados com outras fontes de rendimento, como a agricultura familiar, ou outras práticas de economia, o somatório não se revela capaz de conduzir à superação da pobreza.

Para Diogo Fernando (2008, p.43) “este sistema favorece a permanência de estruturas económicas e laborais ultrapassadas, pouco produtivas e incapazes de assegurar a qualidade de vida das populações”.

Contudo, o modelo de funcionamento do sistema económico explica a maior parte da pobreza em Portugal. Como consequências deste modelo, a fraca qualidade dos cuidados públicos de saúde, de educação. Mas, outros tendem a emergir. O desemprego e a precarização do emprego, apesar de não atingir as proporções de outros países, são fenómenos graves na nossa sociedade (Fernando, 2008). São dos principais factores de pobreza, agora de um tipo novo, não ligado ao

tradicional subdesenvolvimento, mas a consequências não pretendidas nem inevitáveis dos processos de modernização.

Como nos refere Carlos Rodrigues (2007, p.39), “à medida que o país se desenvolve, torna-se mais chocante a preservação, e a geração de territórios onde os grupos pobres se localizam e, onde tendem a fechar-se e a reproduzir-se nas teias da exclusão”. Mas, segundo o mesmo autor o processo de modernização tem trazido por sua vez, o progresso.

Em contrapartida, o aparecimento de sinais contraditórios, como as transformações nos modelos de organização familiar, e da distribuição das oportunidades de integração comunitárias, são bem evidentes. Se por um lado estes sinais proporcionam o aumento da possibilidade de escolha dos seus próprios destinos, trazem também dificuldades para aqueles que têm recursos menores, resultante da perda de certos apoios.

Um efeito contraditório da modernização associado a transformações nos modos de organização das famílias, de integração comunitária, de gestão das oportunidades de vida, entre outros aspectos, está associado à emergência de comportamentos desviantes em relação às comunidades de origem. O que facilita a formação de grupos em risco de exclusão. Como refere Rodrigues (2007, p.39), “acabam por ser esses grupos, embora de forma involuntária, os principais inspiradores de atitudes tão contraditórias, como o sentimento de insegurança e a construção de imagens estereotipadas que estigmatizam as famílias em situação de pobreza”.

Apenas uma política direccionada para o combate à pobreza será capaz de erradicar a pobreza e a exclusão social. Todavia, o combate à pobreza é, como refere Costa (2008, p.37),

"um processo de transformação dos sistemas institucionais de protecção e das restantes políticas sociais (saúde, educação, habitação, urbanismo, justiça, ...) das estruturas sociais (incluindo as famílias e as associações) e do funcionamento global dos mercados de trabalhos. Mas, será este sistema capaz de atender a todos os aspectos dessa política?"

Para Carlos Farinha Rodrigues (2007) a organização do sistema económico e das suas implicações no que concerne à criação de empregos e organização do trabalho, aliada às mutações tecnológicas, e à distribuição dos rendimentos, são factores indutores de exclusão. Quando olhamos para esses problemas, no modo como eles existem na vida das pessoas, vemos que aqueles foram atingidos, como refere Bruto da Costa (2008), “pelo desemprego estrutural”. Portanto, e como salienta Bruto da Costa (2008), “os que possuem menos qualificações ou aptidões desenvolveram para se adaptarem às mutações tecnológicas. São, segundo o mesmo autor, os que conheceram o insucesso escolar no seu percurso académico, fruto do modo como o sistema de ensino segregador de desigualdades”.

Desigualdades, segundo Serge Paugam (2006) igualmente patentes no modo como as políticas de protecção social, de habitação, de saúde e de equipamentos de apoio à família abrangem as diversas categorias do tecido social, deixando algumas delas menos protegidas.

As más condições de habitação e de saúde reflectem-se normalmente na estabilidade emocional de cada indivíduo, nas motivações e na falta de capacidades para projectar o futuro.”

Tais capacidades passam essencialmente pela aquisição de competências básicas, como por exemplo saber ler, escrever e fazer cálculos, possuir noções de saúde, conhecer os seus direitos e deveres, saber usar objectos de uso quotidiano, entre muitas outras; competências relacionais e pessoais, ao nível da auto-estima, da disciplina, da capacidade para trabalhar em equipa, para comunicar, tomar iniciativas e, principalmente, da atitude face ao exercício de uma actividade profissional e à participação cívica.

Resumindo, como refere Serge Paugam (2006, p.78), “os grupos desfavorecidos são-no não apenas porque estão em desvantagem por possuírem menores capacidades, mas também porque as oportunidades que se lhes ofereceram tendem a ser igualmente desvantajosas”.

Portanto, diferentes categorias são diferentemente afectadas pela escassez de oportunidades e pela limitação das capacidades. Por exemplo, certos grupos com *handicap* específico, como as pessoas com deficiência ou as pessoas com doenças crónicas, carecem principalmente de oportunidades para se inserirem ou para desenvolverem as suas competências. Numa situação oposta, encontram-se os ex-reclusos, os toxicodependentes, os sem-abrigo, os jovens em risco e outros que vivem em modos de vida mais ou menos marginais (Paugam, 2006).

A acumulação de handicaps aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias sociais a situações de pobreza e exclusão social [...] a identificação dos handicaps pressupõe um (re) conhecimento das circunstâncias, ou seja, saber se estas estão apenas relacionadas com a esfera do trabalho (ausência de condições de entrada ou permanência no mercado de trabalho) ou com um conjunto vasto de questões sociais, políticas e culturais que contribuem para a emergência de situações de desfavorecimento (Paugam, 2006).

Assim, as principais orientações para a construção de uma sociedade mais inclusiva são conhecidas. De acordo com Serge Paugam (2006), “o tecido económico deve modernizar-se e tornar-se capaz de acompanhar as transformações tecnológicas, dos produtos, dos serviços e das formas de organização do trabalho, que permitam um crescimento sustentado”.

No nosso país têm vindo a ser construídas, nos últimos anos, políticas que respondam às problemáticas de pobreza e de exclusão social. Podemos porém, supor que essas políticas têm produzido efeitos positivos, apesar de, por vezes, a sua aplicação prática ficar atrás das expectativas alimentadas. Mas, também não será difícil provar, como nos diz Costa (2008, p. 48), “que o caminho ainda a percorrer é enorme, se o objectivo for atingir uma sociedade sem pobreza e sem exclusão social”.

A pobreza é, sem dúvida, um problema social. O seu reconhecimento permitiu a integração nas preocupações dos políticos e dos dirigentes de diferentes tipos de organização. Deste modo, a aposta em métodos e tecnologias de intervenção social centrados numa gestão do território foram uma constante.

Todavia, e segundo Costa (2008, p.53), “[...] no campo da acção social principalmente suportada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, multiplicaram-se os Programas específicos dirigidos a grupos de risco que, pretendendo complementar o programa de Luta Contra a Pobreza, elegem como princípios a participação, a actuação, a parceria, a inovação e o envolvimento comunitário: Programa de Apoio Integrado a Idosos, Programa Ser Criança, Intervenção Operacional Integrar, Rendimento Mínimo Garantido, Mercado Social de Emprego, etc”.

Uma filosofia de intervenção muito semelhante norteia a implementação de outros programas nacionais e/ou comunitários, estreitamente ligados ao combate contra a pobreza, tais como, o Programa Especial de Realojamento, a Intervenção Operacional Renovação Urbana ou ainda, os Programas Leader, Youthstart, [etc].

Contudo, como refere Capucha (1998, p. 103), “sendo a pobreza indissociável da (re) produção das desigualdades sociais, nas suas formas mais extremadas, a sua erradicação (ou mesmo redução) não pode prescindir de uma acção dirigida aos processos sócio-organizacionais”.

Comparativamente com o que se passa nalguns países europeus, a investigação científica no domínio da pobreza é recente, entre nós. Os primeiros estudos nessa área datam do início da década de oitenta.

Segundo com Maria Ferreira (2000, p.42),

“ [...] com a entrada do país na Comunidade Europeia, a reflexão sistemática progrediu consideravelmente, primeiro, no âmbito do 2º programa europeu de luta contra a pobreza, já em curso em 1986, e, logo a seguir, com o 3º programa europeu, mais conhecido por *Pobreza 3*. A esses dois programas se devem estímulos e apoios técnicos e financeiros mais importantes para o progresso da prática em matéria de luta contra a pobreza.”

Não se pode negar que a entrada do país na Comunidade possibilitou um «salto qualitativo» na compreensão da pobreza e uma melhoria sensível nas práticas utilizadas para a combater.

Porém, e perante os dados recolhidos pelo INE, em 2007, a taxa de risco de pobreza para a população portuguesa era de 18%. Valor que se mantém estável desde 2005.

Para o mesmo ano, o limiar de pobreza correspondia a 406€/mês. O grupo das mulheres, assim como a população mais jovem e as pessoas idosas (mais 65 anos) apresentam-se como os grupos mais vulneráveis às situações de pobreza. Em 2007 a taxa de risco de pobreza para as mulheres foi de 19%; para as pessoas com menos de 17 anos, a taxa foi de 21% e para as pessoas idosas de 26% (Rodrigues, 2007).

Como refere Rodrigues (2007, p. 45), “em termos de agregados familiares, verificou-se, para igual período, uma taxa de risco de pobreza elevada (31%) para as famílias unipessoais (apenas um adulto). Esta situação é mais grave quando esse adulto é uma mulher (33%) ou uma pessoa idosa (34%).”

É de destacar igualmente um aumento da taxa de risco de pobreza em dois pontos percentuais (20%) para os agregados familiares com crianças a cargo. Se estes agregados forem monoparentais, a taxa de risco de pobreza agrava-se para 39% e se estiverem em causa famílias numerosas (2 adultos e 3 ou mais crianças) a percentagem é de 32%.

Segundo Carlos Farinha Rodrigues (2007, p.45), “Portugal é dos países onde a desigualdade em matéria da distribuição de rendimento é bastante significativa”.

No ano de 2008, e de acordo com os dados do INE, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.1 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. A condição perante o trabalho é um dos indicadores que detém um impacto significativo na taxa de risco de pobreza.

Segundo os dados do INE, a taxa de desemprego no 2º trimestre de 2009 foi de 9.1%. Por comparação com o trimestre anterior, verificou-se um aumento de 0.2 pontos percentuais e relativamente ao período homólogo de 2008, o aumento foi de 1.8 pontos percentuais. Este aumento foi bastante sentido entre as pessoas do sexo masculino; das pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos; com níveis de

escolaridade completos (3º ciclo do ensino básico); desempregados à procura de novo emprego e à procura de emprego há menos de um ano. Já a população empregada (5 076,2 mil pessoas), por sua vez, sofreu uma diminuição no 2º trimestre de 2009 de 2.9% (151.9 mil pessoas) por comparação com o 2º trimestre de 2008 e de 0.4% relativamente ao trimestre anterior. Este decréscimo foi significativo junto das pessoas do sexo masculino, do sector da indústria, construção, energia e água; dos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores a tempo completo.

Concluindo, como refere Diogo Fernando (2008, p.119), “a Europa, e uma parte considerável do mundo enfrentam actualmente a pior crise financeira, económica, social e política, desde a década de 30 do Século XX. A consequência inevitável, actualmente muito visível e com assustadores impactos, é o aumento da pobreza e da exclusão social”.

Em grande medida, e de acordo com Alfredo Bruto da Costa (2008, p.56), “[...] a União Europeia deu prioridade à liberalização e à defesa dos mercados não regulados, em vez de investir em estratégias presididas pela coesão social e que promovam a equidade, a justiça social, a redução da pobreza e as desigualdades na União Europeia e no mundo”.

Porém, segundo a Rede Europeia de Anti-Pobreza/Portugal (REAPN), a proclamação do Ano 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social constitui uma esperança e uma oportunidade para alertar a Europa, e o mundo para a injustiça social, que significa a pobreza e a exclusão social e, para (re) definir caminhos que levem à erradicação destes flagelos.

Assim, para Luís Capucha (1995), uma nova cultura social, efectivamente focalizada no bem-comum, deverá ter por base o acesso de todos aos direitos e dignidade, para assegurar que cada homem e cada mulher sejam considerados, de facto, cidadãos e cidadãs de pleno direito, devendo ser garantidos a todos, sem discriminação, os direitos sociais fundamentais – cuidados de saúde, habitação, educação, rendimento adequado.

Uma economia ao serviço das pessoas e do interesse público deve assumir centralidade. Os sistemas económicos devem ser capazes de proteger as pessoas da pobreza e da exclusão social e respeitar o primado dos direitos sociais em detrimento da liberdade desregulada dos mercados. Uma redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza deve (re) adquirir um papel relevante, tanto na concepção das políticas económicas como das sociais.

Como refere Luís Capucha (1995, p.61) “é tempo de repensar os sistemas e pôr em prática políticas onde a solidariedade, os direitos sociais e o bem comum venham em primeiro lugar [...] uma sociedade livre de pobreza é [...] uma sociedade diferente, onde todas as políticas – sociais, económicas, emprego, educação, habitação – são mobilizadas de forma a acabar com a pobreza.”

A orientação de todas as políticas para o objectivo de combate à pobreza, bem como a mobilização e a participação de todos neste mesmo desígnio, assume carácter de urgência na sociedade de hoje, visando a construção de sociedades mais inclusivas. São necessárias formas de democracia mais participativas, a todos os níveis e em todas as políticas. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e /ou exclusão social sejam ouvidas e incluídas. A solidariedade entre as diferentes acções de luta contra a pobreza e a exclusão social no mundo e na Europa “não pode estar dissociada dos desafios globais relacionados, quer com as mudanças demográficas, a migração, as mudanças climáticas e o trabalho digno” (Capucha, 1995, p.30).

Para a concretização destes propósitos e objectivação de um novo paradigma societário, necessitamos de uma nova acção política, para construir uma União

Europeia que coloque a economia ao serviço do desenvolvimento social e sustentável, assumindo a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão social e a defesa dos direitos fundamentais como um desafio prioritário para o progresso europeu e mundial.

Para Alfredo Bruto da Costa (2008, p.68), é necessária uma nova Estratégia Social no combate à pobreza e às desigualdades; que fomente o progresso, e "estabeleça objectivos que dêem prioridade à coesão social e à defesa dos direitos sociais fundamentais com base num equilíbrio entre a dimensão económica, o emprego, o ambiente e a sociedade, que fortaleça o papel da protecção social (pensões e cuidados de saúde continuados) e das estratégias de inclusão social" Na sua perspectiva, precisamos de um Pacto para o Progresso Social baseado nos direitos e na solidariedade que:

- Desafie as causas da pobreza reduzindo a desigualdade e obtendo uma distribuição mais justa da riqueza;
- Garanta um rendimento adequado, sistemas de segurança social universais e acesso a serviços sociais de qualidade;
- Crie vias para a inclusão: fazendo da abordagem integrada à Inclusão Activa uma realidade;
- Crie novos empregos para novas necessidades, investindo em empregos sociais/ambientais de qualidade e na economia social;
- Promova a justiça social e a igualdade.

Em suma, parafraseando Costa (ibidem), torna-se imperiosa a construção de uma parceria dinâmica para a mudança que envolva as ONG's e as pessoas em situação de pobreza, a todos os níveis e em todas as fases do ciclo das políticas.

### 3.1 Desigualdades de distribuição dos rendimentos

As disparidades de rendimento são um problema que afecta uma fatia significativa da população mundial. Não só nos países denominados "pouco desenvolvidos" como também naqueles cujas economias exibem, há já longos períodos de tempo, padrões de crescimento sustentado, o problema das disparidades de rendimento surge como um alvo de políticas sociais (Silva, 1998).

Como tal, no que concerne ao caso português, o Rendimento Social de Inserção nasce como uma tentativa de inverter o problema. Tentando conciliar objectivos

de equidade e de eficiência, o RSI tenta garantir padrões mínimos de qualidade de vida a pessoas carenciadas, ao mesmo tempo que procura que isso não as estimule à inactividade, mas sim à sua inserção na sociedade e na vida activa., caso tenham capacidades a desenvolver nesse sentido (Silva, 1998).

### 3.2 O Rendimento Social de Inserção

Ao longo dos tempos e sobretudo no século XX, na perspectiva do autor que acabamos de referir, as sociedades despertaram para a indispensabilidade de institucionalizar a solidariedade através de mecanismos de redistribuição do rendimento que permitam atenuar as desigualdades, preservando a dignidade humana e a manutenção da coesão social e de forma a garantir que as pessoas mais pobres tenham acesso a um limiar mínimo de recursos que lhes permita satisfazer as necessidades mais básicas ao nível da educação, saúde, habitação e outras.

Neste sentido, em 1997 foi introduzido em Portugal, um programa de combate à pobreza denominado de Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

Cumpriu-se, embora tardiamente, a recomendação de 1992 do Conselho de Ministros da União Europeia para que todos os Estados-Membros reconhecessem “ o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana” (Silva, 1998). Portugal foi o penúltimo país da União Europeia a adoptá-lo.

Em 2000, o RMG em Portugal representava quase 0,3% do PIB, cerca de 270 milhões de euros, e abrangia quase 500 mil pessoas.

O RMG baseava a sua intervenção num princípio de solidariedade nacional, apresentando-se como um direito. A implementação deste tipo de medidas apresenta algumas características inovadoras. Em primeiro lugar, o RMG garante o direito à subsistência de todos os que não têm recursos, independentemente do motivo ou de terem alguma vez contribuído para o sistema de segurança social.

Esta componente vem reafirmar o papel protector do Estado no domínio de subsistência. Em segundo lugar, pelo facto deste direito ser acompanhado de uma contrapartida de esforço de inserção, o Estado está a comprometer-se a apoiar as situações de ruptura de rendimentos perante um esforço pessoal e familiar de reinserção social e/ou profissional. Em terceiro lugar, é uma medida territorializada, isto é, as decisões são tomadas a nível local. “O Estado apela a uma estrutura de parceria alargada para que se encontrem os recursos de inserção, garantindo o “rendimento mínimo”, assistindo-se simultaneamente, a uma territorialização das políticas de protecção social e a um alargamento da base de responsabilidade colectiva no encontrar e accionar recursos face à exclusão social” (Silva, 1998, p.96).

Desde 1996, a experiência demonstrou que, o RMG tem sido aplicado com muitas deficiências. Passados cinco anos de vigência do RMG, tornou-se necessário repensar alguns pontos desta medida, não pondo em causa a sua bondade social e muito menos os objectivos que visou atingir, mas tornou-se necessário modificar o que estava mal ou o que funcionava deficientemente. Trata-se de uma exigência política e social.

É desta forma que se propõe o Rendimento Social de Inserção, de modo a aprofundar o carácter social da prestação, e ao mesmo tempo conferindo-lhe maior eficácia, maior transparência e uma maior exigência e rigor na atribuição e fiscalização. “Alteram-se a filosofia e as regras para se gastar melhor com quem efectivamente mais carece de apoio. E procura-se melhorar a fiscalização para distribuir com mais equidade social” (Silva, 1998, p.97).

Assim sendo, o RSI vem reforçar a natureza social do Rendimento Mínimo Garantido, pois, vai no sentido de promover a inclusão dos mais carenciados, os mais vulneráveis, os mais fragilizados e aqueles em relação aos quais a pobreza afecta de forma mais severa. “A justiça social reforça-se apoiando diferentemente aquilo que é desigual e não em igualizar o que carece de tratamento diferenciado” (Silva, 1998). Por outro lado, vem realçar o carácter transitório da prestação, penalizando de forma mais severa o incumprimento dos compromissos

assumidos pelos titulares e beneficiários, bem como qualquer comportamento considerado abusivo ou fraudulento e introduzindo condições mais restritas ao acesso e manutenção do direito à prestação; por isso, termina com a renovação automática do direito, instituindo a necessidade de apresentação de meios de prova legalmente exigidos para renovar o direito ao RSI e ao nível da fiscalização, estabeleceu-se com o RSI um sistema complementar de fiscalização por sorteio, de incidência aleatória e periodicidade regular.

Outra inovação prende-se com o facto de ter sido criado um novo sistema de responsabilização que possibilita as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de participarem no processo de desenvolvimento de acções de inserção inerentes ao RSI, celebrando protocolos com as entidades distritais da Segurança Social, tendo como objectivo o envolvimento da própria sociedade no processo de inclusão dos beneficiários.

O Rendimento Social de Inserção foi instituído pela Lei nº13/2003, de 21 de Maio e vem substituir a Rendimento Mínimo Garantido. Define-se como uma medida de política visando garantir às famílias mais pobres um rendimento que lhes permita aceder, por um lado, a um nível mínimo de subsistência e de dignidade, e por outro, a condições e oportunidades básicas para o início de um percurso de inserção social (Henriques, 2002).

O RSI é composto por duas vertentes: primeiro consiste numa prestação pecuniária; a segunda está relacionada com um programa de inserção sócio-profissional que os beneficiários são obrigados a subscrever (excepto em geral por motivos de idade ou saúde). Segundo Manuel Henriques (2002, p.119), pode descrever-se o RSI como “uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.”

Assim, para Henriques (2002, p.119), “os destinatários do RSI são todos aqueles indivíduos e famílias que se encontrem numa situação grave de carência económica”. Para serem titulares do direito ao rendimento social de inserção, os indivíduos têm que ter idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior se tiverem menores na sua dependência, ou no caso de mulheres grávidas; não podem auferir rendimentos ou prestações sociais, próprios ou do conjunto dos membros que compõem o agregado familiar, superiores aos definidos na presente lei; devem fornecer os meios de prova necessários à verificação da situação da carência económica; possuir residência legal em Portugal e por último, devem assumir o compromisso de subscrever e prosseguir um programa de inserção social legalmente previsto, através da disponibilidade activa para o trabalho, para a formação ou para outras formas de inserção que se revelem adequadas. O valor da prestação encontra-se indexado ao valor legalmente fixado para a pensão social. O seu montante é igual à diferença entre o valor do RSI correspondente à composição do agregado familiar (por cada pessoa maior até à segunda - 100%, por cada indivíduo maior a partir do terceiro - 70%, por cada indivíduo menor -50%) e a soma dos rendimentos daquele agregado (Henriques, 2002).

Para efeitos de determinação do montante da prestação do RSI considera-se o total dos rendimentos ilíquidos do agregado familiar, independentemente da sua origem ou natureza, nos 12 meses anteriores à data de apresentação do requerimento, e não apenas no último mês, como acontecia com o RMG. Apenas entram para o cálculo 80% dos rendimentos de trabalho, deduzidos os montantes referentes às contribuições obrigatórias para os regimes de segurança social. Durante o período de concessão do RSI apenas são considerados 50% dos rendimentos de trabalho.

Nos termos do art. 18º da Lei nº 13/2003, de 21 de Maio, o programa de inserção “tem subjacente o relatório social e dele devem constar os apoios a conceder, assim como as obrigações assumidas pelo titular do direito ao RSI e, se for caso disso, pelos restantes membros do seu agregado familiar.” Estas acções devem

consubstanciar-se em: “aceitação de trabalho ou de formação profissional; frequência do sistema educativo ou de aprendizagem; participação em programas de ocupação ou outros de carácter temporário que favoreçam a inserção no mercado de trabalho ou satisfaçam necessidades sociais, comunitárias (...). “Um dos grupos alvo a que se destina esta medida são os chamados “grupos portadores de especiais desvantagens”, tais como os deficientes, os ex-reclusos ou os toxicodependentes. O objectivo, neste caso, é o de criar “factores de integração” que permitam entre outros fins o acesso ao emprego de pessoas que são normalmente marginalizadas ou sobre as quais recai um estigma social que não lhes permite ter as mesmas taxas de actividade do resto da população” (Henriques, 2002).

O RSI é conferido pelo período de 12 meses, podendo ser renovado mediante a apresentação dos meios de prova legalmente exigidos para a renovação. Cessa quando não se verificarem os requisitos e condições de atribuição, na falta de celebração do programa de inserção, no caso de entregarem falsas declarações e por morte do titular.

A Comissão Nacional de Rendimento Social de Inserção é o órgão que trata do acompanhamento da actividade desenvolvida e da avaliação da execução da legislação do rendimento social de inserção e da sua eficácia social.

A implementação do programa no terreno cabe às Comissões Locais de Acompanhamento que analisam caso a caso. Isto é uma das grandes virtudes desta medida que é a sua actuação local e a tentativa de coordenação das políticas disponíveis nos diversos domínios de uma mesma base. Estes domínios são as chamadas áreas de inserção, estando previstas acções no âmbito do emprego, da formação profissional, da educação, da saúde, da acção social e da habitação. Uma vez que, o RMG pretende ser um apoio temporário, o acordo de inserção celebrado entre o titular da prestação e pelos indivíduos que integram o seu agregado familiar e a Comissão Local de Acompanhamento envolvido no processo, deverá procurar soluções de inserção social que privilegiem uma futura autonomia do agregado familiar (Henriques, 2002).

Neste sentido, deve-se reforçar o carácter regular da prestação, de maneira a garantir a sobrevivência diária e a satisfação das necessidades básicas, só assim as pessoas mais carenciadas poderão estruturar os seus modos de vida, através de uma organização mais autónoma da vida quotidiana, e desenvolver a sua auto-estima. A ideia de que o recebimento da prestação RSI é uma via de comodismo deve ser combatida, pois na maioria das situações estes rendimentos surgem como indispensáveis, sendo o único meio de subsistência para determinados grupos que dificilmente encontram as condições para se tornarem autónomos.

Outra recomendação surge do facto dos beneficiários beneficiarem do montante da prestação em detrimento da dimensão de inserção do RSI (Henriques, 2002).

Desta forma, e segundo Henriques (2002, p.121), “deve-se intensificar o papel dos beneficiários nos programas de inserção, concedendo-lhes o estatuto de construir a medida e não como meros receptores da mesma, ou seja, este tipo de medida social deve ir ao encontro das necessidades de cada beneficiário”.

Deve ser feita uma reflexão sobre a forma como os indivíduos se comportaram, e que estratégias mobilizaram para sobreviver até ao momento em que requereram o RSI, porque as propostas de solução que o próprio sugere de maneira a resolver os seus problemas serão certamente mais adequadas do que outras quaisquer.

Outra proposta que o estudo nos dá é a de que se deve alargar a fase de negociação no tempo, de maneira a tornar compatíveis as necessidades do indivíduo e a medida. Para uma medida ser bem sucedida é necessário fazer um diagnóstico e adequar os recursos aos projectos de vida das populações. Este esforço exige um conhecimento aprofundado dos recursos existentes e uma reflexão sobre as lacunas em termos de respostas adequadas, de forma a permitir alcançar novas respostas e rentabilizar os recursos existentes. É indispensável conhecer o território local, nomeadamente os grupos desfavorecidos, de maneira

a ter uma dimensão comunitária dos problemas e das soluções e é preciso entender o beneficiário no seu contexto de acção familiar, comunitário, laboral, sociocultural, e verificar a adequação das respostas ao conjunto do sistema de acção em que este se insere. A temporalidade da inserção deve ser repensada como um elemento estruturante dos programas de inserção a desenvolver, tendo em conta os percursos de vida dos indivíduos, os factores de ordem cultural/ética em função das próprias condicionantes ao nível do mercado de trabalho (Henriques, 2002).

Em muitos casos, na perspectiva de Henriques (2002, p.121), “o RSI surge como uma ajuda de grande importância para a melhoria das condições de vida dos seus beneficiários”. Aliando esta melhoria com a elevação pessoal e a integração social, entre outros benefícios que daí advêm, podemos concluir que o rendimento produz efeitos positivos de grande amplitude na vida dos que dele beneficiam. Porém, mesmo sendo uma ajuda importante, ela não é, segundo o mesmo autor, suficiente para os retirar de forma permanente da situação de pobreza em que se encontram, dado o carácter multidimensional e complexo destas situações.

Além disso, a aplicação desta medida tem sempre que conviver com um risco de ocorrência de ineficiências: desincentivos à oferta de trabalho; situações de selecção adversa e/ou risco moral resultantes da informação imperfeita que os gestores da medida podem ter relativamente aos seus beneficiários. Por estas razões é necessário um bom conhecimento das realidades locais e das várias dimensões de pobreza existente nas diversas áreas abrangidas pelo projecto, quer pelas entidades directamente envolvidas e instituições colaboradoras, quer pela própria população. De facto, “é cada vez mais importante que todos tenham consciência da dimensão do problema e, mais do que isso, que este não afecta apenas aqueles cuja medida incide, como também aqueles que, à partida, nada julgam ter a ver com ela” (Henriques, 2002, p.122).

#### 4. Tipologias das situações e grupos atingidos pela pobreza e exclusão social

Em 1992 um grupo de investigadores (Ferreira de Almeida, J. et al., 1992), partindo da identificação de sete categorias sociais atingidas ou ameaçadas pelas características que definem a pobreza analisou as diferenças entre elas no que diz respeito à dimensão e à durabilidade das situações de pobreza.

A abordagem centra-se nos modos como estes grupos são afectados pelas dinâmicas “societais” nomeadamente, no impacto que têm sobre as posições sociais ocupadas pelos sujeitos. Simultaneamente reforça-se o lado activo associado aos estilos de vida, às representações, interesses, ambições, valores e modos de agir e de pensar dos indivíduos que integram aquelas categorias.

Os autores enfatizam os contextos espaciais e relacionais em que as situações de pobreza se geram e reproduzem, apresentando dois grandes conjuntos de situações contextuais:

- Contextos de continuidade: a pobreza tende a ser vivida como irresistível, ou como uma condição natural. Integra-se num espaço de relações sociais em que o subdesenvolvimento constitui a norma e os pobres partilham o essencial dos modos de vida e dos tipos de consumo com amplos sectores sociais envolventes. Trata-se de espaços de subdesenvolvimento local e regional, privados de significativos pólos de crescimento (ex: do nordeste transmontano à serra algarvia).
- Contextos de contrastes: Claras discontinuidades entre pobres e não pobres, fortes heterogeneidades do tecido social em que os grupos de fracos recursos mantêm contacto quotidiano com grupos não carenciados ou, pelo menos, têm esses grupos na sua visibilidade directa. Trata-se de territórios mais diversificados nas oportunidades de actividade económica, mais dotados de recursos, de infra-estruturas básicas, de equipamentos

colectivos e de serviços públicos (ex: do litoral do país). Existem, contudo, diferentes formas de integração urbana que traduzem situações de continuidade, como por exemplo, os pobres que residem há mais tempo na cidade dispersando-se por diferentes bairros ou de maior contraste como as concentrações de habitação espontânea (ex: bairros de barracas) ou de bairros sociais.

Capucha (2000), retomando a abordagem do estudo anteriormente referido, aponta para a importância de verificar as dinâmicas que no espaço de dez anos ocorreram em Portugal e para a necessidade de “romper com visões da relação entre espaço e pobreza reificadas e estereotipadas – como as de pobreza rural/urbana – para procurar os processos que se associam à identificação dos territórios” (Capucha, 2000, p. 17). Para o autor, estes processos implicam dois tipos de abordagens:

- Formas dos habitantes construírem os territórios. Trata-se de verificar as marcas que fazem contrastar ou assemelhar cada sítio com os outros e, de como se distribuem no espaço as diferentes categorias sociais;
- Formas como os territórios são representados pelos agentes. Trata-se de distinguir a visibilidade de cada uma das configurações territoriais criadas por processos de concentração/dispersão daquelas categorias e de dissimulação/oposição.

Embora considere importante reter a variável território nos estudos sobre a pobreza, Capucha reconhece que ainda não é muito conhecido o efeito que o espaço tem sobre a produção e reprodução da pobreza. No entanto, “não se gere o equívoco de que a pobreza tem a sua origem nas micro-estruturas dos seus próprios territórios. Pelo contrário, os factores mais poderosos encontram-se na lógica do funcionamento do sistema produtivo, dos mercados de trabalho, da educação e da formação, da distribuição do rendimento, da capacidade de influenciar as decisões a todos os níveis do poder, enfim, em todos os campos em

que se geram e distribuem as oportunidades de participação social, cultural e económica” (Capucha, 2000, p. 19).

Uma equipa coordenada por Teresa Barata Salgueiro (2000) desenvolveu um estudo que procurava identificar os espaços socialmente marginalizados e perceber quais as dimensões que estão na base dos processos de marginalização. A autora refere que a distribuição dos diferentes grupos sociais pelo território metropolitano é condicionada pelas características deste e reflecte-se no processo de produção do espaço. A marginalização dos territórios corresponde, assim, a uma representação negativa desses espaços e anda associada:

- à presença de condições inferiores às da norma em termos de acessibilidade, infra-estruturas e serviços;
- à acumulação de actividades ou populações marginalizadas em determinados locais;
- ao abandono pelos investimentos, por diminuição da rentabilidade da ocupação face ao crescimento de oportunidades de investimento noutros locais.

A autora refere, ainda, que a marginalização dos territórios pode decorrer da má qualidade do ambiente urbano, da não integração urbana (descontinuidade e afastamento em relação ao tecido construído), de impedimentos legais com reflexos no valor do solo e dos próprios mecanismos de produção urbana.

Para Bruto da Costa (2008) a noção de exclusão implica a existência de um contexto de referência do qual se é ou, se está excluído. A qualificação de “social” permite interpretá-la como estando relacionada com a sociedade. Por outro lado, a exclusão está intimamente associada à ideia de cidadania, só se atinge o exercício pleno da cidadania se, tiver acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos. Embora reconhecendo que estes sistemas são fortemente interdependentes e, nalguns casos, estão justapostos, o autor sistematiza os referidos sistemas por tipos.

Os tipos apresentados para as dimensões da exclusão não traduzem realidades estanques ou autónomas, pois, na prática eles aparecem sobrepostos. Muitas vezes, uma forma de exclusão pode ser consequência de outra forma de exclusão. Na maior parte dos casos, a exclusão de um sistema social básico acarreta a exclusão de outros sistemas sociais.

Com estes desdobramentos da noção de exclusão pretende-se enfatizar a ideia segundo a qual se a integração na vida económica é fundamental para a inserção social, a sua ausência não é suficiente para explicar a exclusão nas suas diversas formas. O interesse deste modelo conceptual reside no facto de pôr em evidência domínios e informações que geralmente não são considerados noutras abordagens, sobretudo, por estas serem orientadas pelos dados disponíveis.

#### 4.1 Dimensões do conceito de exclusão social

A identificação das dimensões do conceito de exclusão social que deram origem à selecção de indicadores sugere que nos detenhamos brevemente sobre este conceito.

O conceito de exclusão social, cuja utilização se difundiu na última década, correspondeu, por um lado, à emergência de dinâmicas sociais particulares, como as transformações dos mercados de trabalho, dos sistemas familiares e as suas implicações nos modelos de protecção social (Paugam; 2006). A extensão do fenómeno veio deslocar a discussão das desigualdades e da precariedade do plano das características individuais para as dinâmicas sociais. Mas, a sua utilização remete também para contextos nacionais particulares, estando sobretudo associada ao universo ideológico francófono (Silva; 1998; Berghman; 1995).

A operacionalização do conceito efectuada distingue as dimensões da privação, da desqualificação e da desafiliação.

A noção de privação diz respeito ao acesso a recursos materiais. Esta dimensão remete para a tradição de estudo da pobreza entendida como insuficiência de recursos para manter condições de vida socialmente aceitáveis (Sen, 1985, 1992 cit. por Mingione; 1996).

Quanto à noção de desqualificação, ela procura ultrapassar a associação da pobreza à mera capacidade de mobilizar recursos materiais. A destituição de recursos monetários deve ser analisada considerando um conjunto de circunstâncias pessoais e sociais que impedem por razões de saúde, de ocupação remunerada, de instrução de capital negociável, que se possa aceder a direitos. A desqualificação social é definida como o descrédito a que são sujeitos aqueles que não participam na vida económica e social, designando também os sentimentos subjectivos da situação que experienciam no curso da sua vivência social e também as relações sociais que estabelecem entre eles e com os outros.

Esta noção surge num quadro do “património político e valorativo” do chamado “modelo social europeu” que associa emprego e protecção social. Dá conta de situações crescentes de quebra do compromisso social por via do crescimento do desemprego e das formas de emprego precário. Trata-se, de acordo com alguns autores, da “nova questão social” segundo a qual a precariedade do emprego, a ausência de qualificações, o desemprego resultante do progresso económico geram situações de fractura social entre os que estão “dentro” e os que estão “de fora” (Capucha 2000), entre os que têm um emprego e por essa via acesso a sistemas de protecção social, a uma identidade profissional, social e pessoal e os que caem em situações de desemprego, de fraca implicação na vida colectiva, de perda progressiva de identidade profissional.

Podemos, pois, distinguir as situações de desqualificação objectiva das de desqualificação subjectiva. Temos por um lado, as condições que determinam desvantagem por relação às “estruturas de oportunidades” (qualificações, *handicaps* objectivos como deficiências, acesso a sistemas que consubstanciam o acesso a direitos básicos como a habitação, etc.) e os sentimentos de inutilidade social, desencorajamento ou mesmo de revolta que advêm dessa situação.

Retivemos neste estudo a noção de desqualificação objectiva, por forma a identificar as situações que determinam as condições de não pertença.

A ideia de desafiliação remete para a conceptualização de Robert Castel (1991). Este autor propõe uma classificação que distingue os estatutos em função da pertença às ordens do trabalho e sócio-relacional. Entende que as situações de pobreza são o resultado ou efeito de situações que conjugam dois vectores: um eixo de integração (não integração pelo trabalho) e um eixo de inserção (não inserção numa sociabilidade sócio-familiar). Considerando estes dois eixos, Castel distingue a zona de integração, isto é, aquela em que os indivíduos dispõem de garantias de um trabalho permanente e mobilizam suportes relacionais sólidos; a zona de vulnerabilidade que associa a precariedade do trabalho à fragilidade relacional e a zona de desafiliação que conjuga ausência de trabalho com isolamento social.

O cruzamento dessas dimensões define “quatro modalidades de existência social” segundo um *continuum* que vai do pólo da autonomia ao pólo da dependência ou ainda do pólo da estabilidade ao pólo da turbulência máxima.

A ideia subjacente a esta perspectiva, de que os laços do indivíduos se podem romper quer ao nível da solidariedade primária, quer ao nível da sociedade como um todo é contestada por alguns autores designadamente Luís Capucha (2000). Este autor discute a ideia de uma divisão entre uma sociedade e uma não sociedade, entre “incluídos e excluídos, não apenas de agrupamentos ou contextos específicos, não deste ou daquele conjunto de recursos ou direitos, mas da sociedade em geral” (Capucha, 2000, p.67). À ideia dos excluídos como “não-explorados” ou exploráveis pelo capitalismo apresentada por vários autores entre os quais Robert Castel e Serge Paugam contrapõe-se a noção de que se diversificaram os locais onde se processa a exploração. O sector informal do capitalismo moderno, que pode ter um peso substancial no PIB mundial, explora justamente os habitantes de bairros pobres, os desempregados. O caso português é aliás ilustrativo deste argumento. De acordo com Serge Paugam, “Os excluídos não estão fora do sistema. O sistema é que é mais contraditório e complexo do que às vezes se quer admitir”.

As noções de desafiliação e de desqualificação acabam por ser leituras aproximadas da mesma problemática, salientando contudo dinâmicas diferenciadas. Se por um lado, a noção de desqualificação de Serge Paugam centra na relação com o sistema de emprego o cerne da análise dos processos de exclusão, fazendo depender da quebra na relação dos indivíduos com aquele sistema o processo de ruptura com as outras esferas da vida social. A noção de desafiliação coloca, desde logo, ênfase na questão do laço social, destacando o papel dos corpos intermédios e das solidariedades formais e informais nos processos de ruptura ou protecção dos indivíduos.

Segundo Alfredo Bruto da Costa (2008), “a dimensão da desafiliação foi desagregada em quatro sub-dimensões, nomeadamente a institucionalização, as estruturas familiares, a criminalidade e a imigração”. Procurou-se, assim, verificar, por um lado, de que forma algumas situações revelavam o enfraquecimento dos laços sociais mais informais existentes na comunidade, ou seja, aqueles que estruturam as relações de solidariedade ao nível dos grupos primários (família, vizinhos, amigos).

De referir que esta foi a dimensão que revelou maiores dificuldade na selecção dos indicadores mais pertinentes. De facto, uma primeira aproximação aos possíveis indicadores a incluir revelou a sua inexistência por concelho (ex: toxicoddependência, sem abrigo). Tornou-se, assim, necessário seleccionar indicadores que traduzissem uma aproximação mais indirecta para algumas das sub-dimensões da “desafiliação” (Costa, 2008).

Relativamente à institucionalização partiu-se da hipótese de que a existência de “famílias institucionais” ou de idosos em lares poderia revelar um enfraquecimento das estruturas informais de apoio, nomeadamente as familiares e de vizinhança (Costa, 2008). Embora as pessoas a residir em famílias institucionais consideradas tenham fraca expressividade em Portugal face às inseridas em famílias clássicas (0,7%), registou-se entre os dois últimos censos um aumento na ordem dos 60%, podendo este aumento ter uma dupla interpretação: por um lado, pode revelar um crescimento de situações de enfraquecimento dos laços

sociais. Por outro lado, pode traduzir uma alteração positiva ao nível da densidade dos equipamentos sociais.

No que diz respeito à sub-dimensão estruturas familiares foram seleccionados indicadores que procurassem traduzir riscos de ruptura de ligação familiar, de isolamento social (as famílias monoparentais, os idosos a viver sozinhos, as famílias de avó/avô com netos) ou formas compensatórias de dissolução dos laços informais (crianças em amas e creches). A existência de crianças nestas estruturas formais de apoio à vida familiar tende a constituir uma eventual resposta face à impossibilidade da sua garantia por parte das redes informais de solidariedade (família, vizinhos e amigos) (Costa, 2008).

A imigração surge como sub-dimensão da desafiliação no sentido em que mesmo quando existem dinâmicas de coesão interna aos grupos, a imigração representa frequentemente alterações dos contextos de vida e dos quadros de referência simbólica. Estas mudanças podem traduzir-se, por exemplo, em rupturas com os laços familiares quando não se dá o reagrupamento familiar ou em dificuldades de acesso a direitos.

Por fim, para Alfredo Bruto da Costa (2008), “a criminalidade surge como uma sub-dimensão da desafiliação, associada a processos de desvinculação voluntária das normas sociais e de factores de erosão da coesão social, tendo como indicador a taxa de criminalidade”.

De referir ainda que alguns dos indicadores seleccionados não têm necessariamente de traduzir situações de exclusão social, mas em determinados momentos podem revelar um maior risco de vulnerabilidade social e económica.

A dimensão da desqualificação social objectiva foi desagregada em quatro sub-dimensões, nomeadamente a que remete para os níveis de escolarização, a estrutura de emprego/desemprego, as condições de habitação e os *handicaps* pessoais (Costa, 2008).

No que diz respeito à sub-dimensão que operacionaliza os níveis de escolarização procurou-se cobrir situações diferenciadas do ponto de vista dos

grupos visados. Assim, a par de indicadores que fornecem uma perspectiva genérica da situação da população portuguesa face à escolarização em graus diferenciados (taxa de analfabetismo e população com escolaridade menor ou igual à obrigatória) incluíram-se também outros que dão conta das dinâmicas de evolução dos fenómenos já que nos permitem dar enfoque à situação das gerações mais novas. Referimo-nos aos indicadores abandono escolar ou saída antecipada do sistema de ensino (Costa, 2008).

Quanto à sub-dimensão emprego e desemprego centrámo-nos num indicador da estrutura de emprego (população com profissões desqualificadas) e noutros dois que permitem uma caracterização do desemprego de uma forma genérica (a taxa de desemprego) e da situação particular da persistência de fenómenos de desemprego (desempregados de longa duração) que tem consequências que vão para lá da participação como consumidor e produtor, reflectindo-se frequentemente também na perda de competências pessoais e na dissolução de laços familiares e de sociabilidade em geral. Obviamente que como vimos atrás, esta associação é menos válida em contextos em que o mercado informal de emprego tem um maior peso (Costa, 2008).

Relativamente às condições de habitação teve-se em conta as pessoas residentes em alojamentos sobrelotados e para a caracterização das situações mais precárias do ponto de vista das condições de habitação, as pessoas residentes em alojamentos não clássicos.

De acordo com Alfredo Bruto da Costa (2008, p.56), “[...] quanto aos *handicaps* pessoais considerou-se a população com deficiência cujos problemas impõem às pessoas limitações objectivas importantes e confrontam as instituições com questões muito específicas”. Considerou-se ainda a população infectada com HIV, como ilustração da situação das pessoas com doenças crónicas. Esta opção prendeu-se com a dificuldade em encontrar dados sobre o universo dos doentes crónicos.

As limitações que impõe aos indivíduos são suficientemente importantes para dar conta da exclusão do mercado de trabalho. Obviamente que, a estas situações se

associam outros fenómenos de natureza diversa e que dizem respeito aos efeitos sobre a rede de laços de sociabilidade associados à estigmatização de que estas pessoas são objecto (Costa, 2008).

Segundo Carlos Farinha Rodrigues (2007, p.88), “a dimensão privação económica que remete para a noção de pobreza no sentido de privação gerada por insuficiência de recursos materiais é de importância crucial no caso português já que é um dos principais factores de exclusão social”.

A operacionalização desta dimensão defrontou-se com algumas restrições quer ao nível do acesso a esta informação por via indirecta (através dos orçamentos e outros recursos não financeiros das famílias) ou directa através dos níveis de consumo, dada a inexistência de dados desagregados por concelho. Desta forma, recorreu-se a indicadores que permitem uma aproximação a esta realidade como o IRS per capita, a percentagem do poder de compra; o número de beneficiários do RMG; o valor médio das pensões; peso de pensionistas face à população residente e das famílias numerosas. Obviamente que estes indicadores e sobretudo o IRS per capita apresentam fragilidades que se relacionam com o facto de nos estarmos a basear num dado que é bastante insuficiente para dar conta dos rendimentos das pessoas que não trabalham por conta de outrem (Rodrigues, 2007). Contudo, se o lermos enquanto tradução de rendimentos deste tipo de trabalho poderemos ter uma leitura parcial da realidade que vale por aquilo que revela.

Mais uma vez, concordamos com Rodrigues (2007, p.89) quando afirma:

“no que diz respeito às famílias numerosas estamos conscientes da sua dupla leitura, ou seja, se por um lado pode revelar, efectivamente um reforço dos laços sociais primários, uma vez que a dimensão mais elevada da família face à média nacional pode revelar formas mais intensas de suporte intra e intergeracional. Por outro lado, também pode traduzir situações de maior vulnerabilidade à pobreza pela eventual dificuldade em se fazer face à satisfação das necessidades básicas”.

## 5. Limiar Oficial de Pobreza em Portugal

A Assembleia da República, manifestando preocupação com a pobreza, declarou que “...a pobreza conduz à violação dos direitos humanos...”, razão pela qual recomendou ao governo (Resolução da Assembleia da República n.º 31/2008):

*“1 – A definição de um limiar de pobreza em função do nível de rendimento nacional e das condições de vida padrão na nossa sociedade.*

*2 – A avaliação regular das políticas públicas de erradicação da pobreza.*

*3 – Que o limiar de pobreza estabelecido sirva de referência obrigatória à definição e à avaliação das políticas públicas de erradicação da pobreza.*

*Aprovada em 4 de Julho de 2008”.*

Por muito boa que tenha sido a intenção, o resultado é inútil e em nada dignifica a função da Assembleia da República, tal a incongruência e a falta de conhecimento do tema que a resolução reflecte. Não se trata apenas de falta de ambição, ao colocar-se a expressão “a pobreza conduz à violação dos direitos humanos [...]” onde se deveria ter escrito “a pobreza constitui uma violação dos direitos humanos [...]”. Trata-se de uma resolução desprovida de condições para produzir qualquer efeito positivo na sociedade portuguesa.

Neste âmbito, perceber-se-á melhor o ponto de vista se verificarmos como é inútil e desprovida de sentido, no seu conteúdo concreto, a resolução aprovada, o que apenas desvaloriza a intervenção da principal instituição da nossa democracia.

As disparidades de rendimento são um problema que afecta uma fatia significativa da população mundial. Não só nos países denominados “pouco desenvolvidos” como também naqueles cujas economias exibem há já longos períodos de tempo padrões de crescimento sustentado. O problema das disparidades de rendimento surge como um alvo de políticas sociais (Silva, 1998).

Como tal, e focando o caso português, o Rendimento Social de Inserção nasce como uma tentativa de inverter o problema. Tentando conciliar objectivos de equidade e de eficiência, o RSI tenta garantir padrões mínimos de qualidade de

vida a pessoas carenciadas, ao mesmo tempo que procura que isso não as estimule à inactividade, mas sim à sua inserção na sociedade e na vida activa., caso tenham capacidades a desenvolver nesse sentido (Silva, 1998).

Mas, comecemos por recordar o que é um limiar de pobreza. De acordo com Serge Paugam (2006, p.68), “limiar de pobreza é um indicador da distribuição de recursos que dá conta do nível de acesso aos mesmos necessários para uma vida digna em determinada sociedade.” A prevalência da pobreza define-se, assim, como a proporção das pessoas cujos recursos se situam abaixo desse nível. O limiar de pobreza pode ser relativo a diferentes tipos de recursos e, dentro de cada tipo, pode ser definido de acordo com conceitos e metodologias distintas.

Assim, a um conceito de pobreza subjectiva, o qual remete para as representações sociais, incluindo a auto e a hetero-percepção da pobreza, o limiar será definido a partir da opinião das pessoas sobre o que é ser pobre ou, sobre quem são os pobres. Em relação ao conceito de pobreza absoluta, então as noções subjacentes são a da sobrevivência e da eficiência física, e o limiar encontra-se no ponto em que elas deixam de ser asseguradas, devido à forma como se processa a distribuição e o acesso a bens e serviços como a alimentação, a água potável, os cuidados de saúde, a habitação, a educação, os rendimentos, os equipamentos sociais, o trabalho, enfim, a tudo o que torna a sobrevivência e a eficiência física possíveis (Paugam, 2006).

Segundo Carlos Rodrigues (2007, p. 104),

“não é simples determinar os níveis de eficiência física ou a quantidade de recursos que a asseguram, dada a multiplicidade de necessidades e de bens e serviços que estas implicam. Um método comum para superar as dificuldades, é partir das tabelas alimentares definidas pela FAO (Organização para a Alimentação), como mínimas para uma vida com saúde, avaliar o custo do cabaz alimentar correspondente a esses mínimos e ponderar depois o peso relativo da alimentação no conjunto as despesas básicas e, assim, o custo da satisfação do conjunto das necessidades elementares para assegurar a eficiência física e a sobrevivência”.

Naturalmente, o cálculo do limiar de sobrevivência e o peso das despesas com a alimentação no conjunto das despesas vitais são muito variáveis, dependendo da determinação dos respectivos limiares, a maior parte das vezes, de tabelas estabelecidas por especialistas ou por autoridades públicas de forma mais ou menos arbitrária. Podem-se, porém, utilizar métodos mais sofisticados, que cruzam a apreciação que uma determinada população faz dos bens indispensáveis à vida e do nível mínimo de suprimento desses bens para, tomando esse “limiar de pobreza subjectiva” como referencial, medir a pobreza absoluta a partir do acesso efectivo a tais bens nas quantidades julgadas indispensáveis à sobrevivência (Rodrigues, 2007).

Sendo a utilização do conceito de pobreza absoluta cada vez utilizado em diversos estudos da especialidade, o método mais utilizado nos países desenvolvidos para medir a pobreza assenta num conceito de pobreza relativa. O princípio activo fundamental deste conceito é o da desigualdade. De acordo com Serge Paugam (2006, p. 69), “consideram-se pobres as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos, de diverso tipo, são tão escassos que impedem a participação nos padrões de vida tidos por minimamente aceitáveis numa determinada sociedade”. Dito de outro modo, a pobreza existe quando a pobreza toma proporções inaceitáveis face aos padrões de vida que permitem a participação social.

Desta forma, a distribuição do rendimento tende a ser tomada como a principal variável para definir o limiar de pobreza. Este corresponde ao nível de rendimentos tido por necessário para permitir a participação social dentro de padrões considerados dignos (Paugam, 2006). É porém possível, que da mesma forma que se estabelece um limiar de rendimentos abaixo do qual as pessoas, as famílias e os grupos são considerados pobres, o mesmo tipo de raciocínio, relevando a gravidade das desigualdades sociais, pode ser aplicado a outros domínios da vida e dos recursos. Em qualquer caso, há sempre que decidir sobre o ponto a partir do qual a escassez de recursos assume as características da pobreza.

O simples enunciado das teorias e critérios associados à definição de um limiar de pobreza relativa serve para tornar claro que essa definição não é tarefa fácil. Desde logo, quanto à medida utilizada. Utilizar a média ou a mediana como medida tem efeitos sobre o resultado a que se chega. Depois, quanto à unidade que se considera. Se a unidade é o indivíduo, os resultados são diferentes daqueles a que se chega quando se toma como unidade de medida o agregado familiar e, principalmente, quando se estabelecem critérios como os de “adulto equivalente” para fazer com que o tipo e dimensão do agregado seja considerado (Paugam, 2006).

É frequente usarem-se níveis de 40%, 50% ou 75% da média dos rendimentos disponíveis como limiar de pobreza. São consideradas pobres, segundo estes diferentes limiares, as pessoas integradas em agregados familiares, no caso de se tomar o agregado como a unidade de medida, cujos rendimentos estão abaixo de 40%, 50% ou 75% da média da distribuição dos rendimentos da população, conforme os casos.

Mas, para Paugam (2006, p. 72), “ [...] é igualmente frequente utilizar como variável a mediana, relativamente à qual também se podem estabelecer diversos limiares de pobreza, obtendo-se resultados diferentes dos que resultam da utilização da média, dado que as duas medidas se situam em pontos diferentes da curva de distribuição dos rendimentos e, além disso, uma é mais sensível aos valores centrais da curva e a outra mais sensível aos extremos.”

Acresce a estes problemas de medida, (outros existem, mas os evocados são suficientes para mostrar a complexidade dos problemas de medição da pobreza) o das fontes de informação. Em Portugal existem basicamente duas fontes estatísticas de informação: o EU-SILC (que substituiu European Community Household Panel-ECHP), inquérito europeu administrado anualmente junto de um painel de inquiridos, e o Inquérito à Despesa das Famílias (que sucede ao Inquérito aos Orçamentos Familiares), de âmbito apenas nacional e administração

mais espaçada (actualmente, mais ou menos de 5 em 5 anos). As duas fontes produzem resultados diferentes (embora apontem para tendências globalmente semelhantes), qualquer que seja a medida utilizada, o que contribui ainda mais para tornar inútil qualquer tentativa de estabelecer um limiar de pobreza que se apresente como o mais adequado, em abstracto.

Em resumo, cada conceito de pobreza, cada indicador e cada limiar tem virtudes e limitações que impedem a escolha de uma solução óptima. Deve acrescentar-se que as desigualdades sociais estão longe de se resumir às que a pobreza denuncia. Desigualdades de classe, de género, de estatuto social, geracionais, de origem nacional e migratória, de local de residência, entre outras, são igualmente relevantes (Paugam, 2006).

Para Serge Paugam (2006, p.75), “nenhum limiar de pobreza diferente daquele que tem vindo a ser utilizado pelas autoridades nacionais e europeias pode assumir-se como o “bom limiar” ou sequer uma melhor alternativa”.

O que é aconselhável, segundo Rodrigues (2007, p. 30), para “preservar as vantagens relativas das diferentes abordagens, é a promoção e realização estudos orientados por diferentes perspectivas, para poder verificar o modo como se estruturam e como evoluem as diversas dimensões de um fenómeno tão multifacetado como a pobreza.” Assim, o estabelecimento de uma parceria entre o governo e uma Universidade para construir um observatório da pobreza é um passo da maior importância. A existência do observatório não dispensa, porém, a necessidade de diversificar os apoios a equipas que possam olhar para o problema de forma distinta e complementar.

Em Portugal, como já se disse e como acontece na esmagadora maioria dos países da EU, tem vindo a ser utilizado, para diversos fins analíticos e políticos, um limiar oficial de pobreza que define como pobres as pessoas, as famílias os grupos cujos rendimentos são inferiores a 60% da mediana do rendimento disponível no país, por “adulto equivalente” (Paugam, 2006).

O limiar de pobreza situava-se em € 2.602,00 por ano em 1994 (o questionário administrado em 2005 questionava os rendimentos de 2004, sendo que a mesma referência ao ano anterior se aplica em todos os anos subsequentes) para um adulto isolado, subindo para € 4.386,00 em 2005. No caso de dois adultos com duas crianças de idade inferior a 14 anos os valores são respectivamente de €5.464,00 e € 9.212,00. O limiar varia naturalmente, se calcularmos o valor para outros tipos de estrutura familiar, mas sempre encontraremos uma elevação muito relevante do nível de rendimentos medianos dos portugueses e, também, do conjunto dos mais pobres.

Quadro1 - Indicadores de Desigualdade e Pobreza										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2005	2006
Indicadores de Desigualdade										
S80S20	7.4	6.7	6.7	6.8	6.4	6.4	6.5			
Índice de Gini	37	36	36	37	36	36	37			
Indicadores de pobreza Monetária										
Limiar de pobreza: Adulto a viver sozinho (€)										
Limiar de pobreza: Dois adultos com duas crianças de idade <14 anos										
Risco de pobreza após transferências sociais	23	21	22	21	21	21	20	19	19	18
Risco de pobreza infantil	26	23	25	26	26	26	27		24	19
Risco pobreza - adultos em idade activa										
Risco de pobreza dos idosos	38	36	37	35	33	33	30		28	26
Risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes	48	48	45	45	45	42	39	35	37	35
Agregados com uma pessoa a viver sozinha										
Idade <65 anos	31	32	28	29	29	31	22	26	28	26
Agregados com duas pessoas Ambos <65 anos	21	18	19	18	12	15	13	16	15	18
Pelo menos um com 65+ anos	41	38	41	40	37	38	32	30	28	26
Indicadores de privação Índice agregado de privação	0.235	0.231	0.229	0.224	0.213	0.195	0.185			
Limiar de privação	0.353	0.346	0.343	0.336	0.320	0.293	0.278			
Risco de privação	20	18	18	19	19	20	19			
Nota: Quebra de série entre 2001 e 2004										

Fonte: ECHP (1995-2001); EU-SILC (2003-2006) (fontes oficiais para a análise da desigualdade e da pobreza em Portugal e nos vários Estados-membros da EU).

O rácio entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres desceu de 7,4 em 1994 para 6,5 em 2000 (depois de ter atingido um valor de 6,4 em 1998 e 1999), passou novamente por 7,4 em 2002, tendo depois subido ligeiramente até 6,7 em 2004. Já o outro principal indicador da desigualdade entre ricos e pobres, o índice de Gini, conheceu uma variação que o levou de 0,37 em 1994 para 0,38 em 2004, depois de ter conhecido valores ligeiramente inferiores nos últimos anos da década de 90.

Apesar do ligeiro aumento das desigualdades entre os mais pobres e os mais ricos, a proporção de pessoas situadas abaixo do limiar de pobreza após as transferências sociais baixou de 23% em 1994 para 18% em 2005, o que se pode considerar uma descida de grande relevo.

Antes das transferências sociais a proporção de pobres teve, ao longo da década de que o quadro dá conta, dois comportamentos distintos. Manteve-se nos 27% entre 1994 e 1999, o que significa que foram as transferências sociais as responsáveis principais pela diminuição da pobreza. Entre 2003 e 2005 voltou a subir para os 27% e depois desceu para os 25%, diminuição idêntica à verificada no risco de pobreza após as transferências, o que significa que a diminuição global se ficou a dever ao crescimento dos rendimentos primários (remuneração do trabalho e pensões) para maior número de pessoas e agregados domésticos.

Os dados do EU-SILC podem ser explorados para abordar um conjunto de outras dimensões, como seja a persistência da pobreza, isto é, a natureza mais estrutural ou mais conjuntural do modo de afectação das famílias pobres pelo fenómeno, a incidência nos diferentes grupos etários e em diversos modelos de agregado familiar, as categorias socioprofissionais mais vulneráveis, entre outras vertentes analíticas pertinentes. Trata-se, pois, de um instrumento consistente quanto ao tipo de informação que fornece.

Contudo, na prática, o EU-SILC tem apresentado uma limitação relevante, tidas em conta as fronteiras epistemológicas de qualquer instrumento deste tipo.

Consiste essa limitação, de certo modo exterior ao próprio instrumento, no desfasamento entre o período de referência da informação e as necessidades de planejar, implementar e avaliar as políticas. Não é aceitável, de facto, que perto de 2009 se esteja a pensar sobre a pobreza com base nas estruturas de distribuição dos recursos em 2004. Um ciclo político inteiro pode ocorrer sem que os efeitos das opções tomadas possam ser tidas em consideração (Paugam, 1996).

Mas, como refere Serge Paugam (2006, p. 45), “este não é um problema que se possa resolver com a mudança de indicador. Além disso, o mesmo problema se coloca a qualquer das outras fontes disponíveis, nomeadamente ao Inquérito às Despesas das Famílias. Neste caso, além da sua aplicação ser quinquenal (na melhor das hipóteses), os resultados só são acessíveis cerca de três anos depois dos factos de que pretendem dar conta.”

Em contrapartida, o limiar de pobreza adoptado a nível europeu e os instrumentos de recolha e de tratamento de informação que estão na base do seu cálculo apresentam duas vantagens inequívocas:

A comparação europeia, tanto mais relevante quanto o processo de europeização constitui uma referência incontornável para as políticas nacionais;

A realização de análises longitudinais que a metodologia de painel de inquiridos permite.

#### 6. Avaliar todas as políticas para a erradicação da pobreza

Não se discute, hoje em dia, a necessidade de avaliar as políticas por referência a metas e objectivos que as informam. Bom seria, aliás, que se avaliassem sistematicamente todas as políticas gerais e sectoriais com tanta frequência e tanto rigor como se têm avaliado algumas das medidas mais emblemáticas de combate contra a pobreza. Designadamente o Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Inserção é, seguramente, uma das medidas

sujeitas a maior escrutínio público, estudos de avaliação, auditorias e processos inspectivos (Silva, 1998).

De acordo com Pedro Silva (1998, p. 116), “o facto de acreditarmos que existe assimetria na exposição pública das políticas dirigidas aos mais desfavorecidos, tornando-as permanentemente objecto de suspeição, não pode restringir a disponibilidade para, em nome da respectiva qualidade e eficácia, se acolher a avaliação sistémica dessas políticas. Seria porém muito empobrecedor reduzir o objecto às políticas que directamente podem ter impacto directo sobre a pobreza”.

Para Serge Paugam (2006) a pobreza em Portugal, tem um carácter sistémico, estrutural e durável. Está inscrita nas estruturas e nas lógicas de funcionamento da generalidade das instituições. É um problema de desenvolvimento, não no sentido restrito de que os indicadores de distribuição dos rendimentos são indicadores de desenvolvimento, mas na lógica de que os processos de desenvolvimento vão muito para além das políticas de distribuição de rendimentos. É afectada pela demografia, pela organização do território, pelas migrações, pela estrutura e serviços de educação/formação, pelas relações industriais, pela economia, pela acção social, pela segurança social, pela saúde, pelo acesso ao emprego, pela disponibilidade e proximidade de equipamentos sociais e infra-estruturas, entre muitos outros domínios. Os limiares de pobreza e a proporção de pessoas pobres são afectados pelo que se passa em todos estes domínios.

Mas, como medir exactamente o efeito líquido de cada uma das políticas e de cada esfera relevante? Há modelo, econométrico ou de qualquer outro tipo, que o permita fazer? Em teoria, é possível construir um tal modelo. Mas na prática, ainda não se encontrou nenhuma metodologia capaz de o fazer convenientemente.

Neste sentido, a educação é um domínio de política dos que mais interferem na pobreza. Essa interferência tem várias vertentes. Por um lado, ao nível macro, as

habilitações gerais da população activa, o nível de qualificações de entrada dos jovens na vida activa, a participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida, são alguns factores decisivos de modernização e competitividade da economia e, também, de determinação das estruturas de distribuição dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, ao nível micro, as formas como as políticas de educação são operacionalizadas interfere nas probabilidades de sucesso escolar de cada aluno e, por isso, nas probabilidades de vida que se lhe oferecem (Rodrigues, 2007).

Assim, e de acordo com Carlos Rodrigues (2007, p. 56), “é possível construir um sistema de avaliação sistemática de eficácia e eficiência das políticas de educação que abordem estes dois níveis. Mas não que abordem todas as dimensões pertinentes.” Designadamente, como se podem avaliar em toda a extensão política, cujos impactos mais relevantes apenas se podem verificar no médio e no longo (às vezes bastante longo) prazo? Como saberemos, qual o impacto dessas políticas na proporção de pessoas que se situarão abaixo de um determinado limiar de pobreza? Por outras palavras, como pode um limiar de pobreza servir de referência para avaliar os diversos resultados e impactos das políticas de educação?

Logo, uma vez mais, no que respeita às relações entre domínios específicos e inespecíficos de política e a pobreza, é preferível a realização de estudos focalizados em problemas delimitados, do que reduzir todos os impactos dessas políticas a um referencial fixo, ainda por cima tão frágil como o é o limiar de pobreza (Rodrigues, 2007).

Enfim, para que servirá um limiar de pobreza diferente do que hoje partilham os diferentes países da EU quando podemos, em vez de inventar o que já está inventado, pressionar no sentido de melhorar as fontes de informação (o que se afigura, essa sim, uma tarefa urgente) e promover um programa de pesquisas que permita questionar o fenómeno nas suas diferentes dimensões, com a complexidade exigível, mas nunca redutível a uma simples mudança de limiar?

## 6.1 A natureza escorregadia da Pobreza

Se é certo que existe um amplo consenso teórico sobre o conceito de pobreza, já é, no entanto, muito mais difícil caracterizá-la, defini-la e torná-la visível. Quando parece que já a agarrámos, escapa-se; quando parece que conseguimos medi-la aparecem novos grupos atingidos por ela; quando parece que se encontrou uma estratégia ou uma medida adequada, descobre-se que muitos não são abrangidos por ela, ou que tem efeitos perversos.

Também há que ter em conta que sobre a pobreza se projectam muitas estigmatizações e estereótipos negativos e que algumas das pessoas que vivem em situação de pobreza se tornam invisíveis e não se querem dar a conhecer. Durante muito tempo se denominou este fenómeno como “pobreza digna” ou “pobreza envergonhada” (Capucha, 2005). A ela, há que acrescentar aqueles que dificilmente podem fazer ouvir a sua voz, como as crianças, os idosos institucionalizados, as mulheres sem recursos, muitos doentes psiquiátricos, os que se encontram em instituições de reclusão, jovens em risco, os imigrantes recém-chegados, algumas minorias étnicas... Há todo um mundo escondido, não conhecido, subterrâneo, que dificilmente aparece nas estatísticas e cuja primeira condição para poder ser ajudado é ser (re) conhecido socialmente.

Estas características da pobreza são, portanto, uma primeira dificuldade quando se procura identificar as organizações que tentam combater este fenómeno porque também elas são alvo de alguma invisibilidade e, frequentemente, as que mais se dedicam a estas populações e com elas trabalham, não são necessariamente as mais visíveis e reconhecidas.

## 6.2 As fronteiras difusas da pobreza

Sendo certo que há cada vez mais amplos consensos sobre quem são as pessoas que vivem na pobreza extrema e isso possa permitir formular critérios de

caracterização das organizações que com elas trabalham, é muito mais difícil definir os níveis da pobreza. Esta não só é relativa, quer dizer que se define por relação a outras situações, como é também um processo com gradações, às vezes sucessivas, às vezes cumulativas (Capucha, 2005). Em certas circunstâncias, um só factor é a causa principal num dado momento, estando logo a seguir mais adormecido para mais tarde voltar a ganhar de novo força. Mais frequentemente o que desencadeia o empobrecimento é uma soma ou uma multiplicação de factores. E, este é o caso da reprodução geracional da pobreza.

De acordo com Capucha (2005, p. 34),

“nem sempre o território ajuda a delimitar a pobreza. As zonas ricas atraem e expulsam pobreza e nas áreas pobres também vivem pessoas que não o são. À difusão espacial da pobreza é complicado colocar-lhe fronteiras. Ainda que, cada vez mais, as pessoas mais abastadas tendam a construir os seus próprios bairros e, inclusive, edifícios excludentes. Também as pessoas mais marginalizadas se vêm obrigadas a trabalhar e a viver em espaços intersticiais. Mas, até agora, nas cidades europeias, com uma ou outra excepção, não se encontram fenómenos sistemáticos e massivos de *apartheids* e *ghetos* territoriais”.

O que não quer dizer que não haja fenómenos de concentração de pobreza nos centros históricos e nos subúrbios das grandes cidades, ao mesmo tempo que processos de gentrificação das elites económicas e culturais se verificam. À priori, portanto, a localização de uma organização pode ser um sinal do seu nível de compromisso. Mas nem sempre, já que se pode trabalhar num bairro onde a maioria dos moradores é pobre, mas não trabalhar com eles ou fazê-lo noutra zona.

Este critério de localização é mais fácil de detectar no mundo rural, já que, se a zona se encontra isolada, não há trabalho, se desertifica e tem poucos equipamentos, raramente as iniciativas colectivas evitam enfrentar esses problemas / territórios (Capucha, 2005).

Para Rodrigues (2007, p. 79), “[...] quando se define a pobreza em termos de rendimento, de falta de receitas individuais ou familiares (como o fazem diferentes

opções institucionais da União Europeia ou das Nações Unidas), então não é muito complicado definir limites / patamares que diferenciam os que estão acima ou abaixo deles. Os pobres são os que se situam abaixo desses níveis. Quando existem medidas assistenciais, ou programas (como o rendimento mínimo), defendem que são estas quem define quem são as pessoas pobres”.

Mas, estas delimitações operativas não são de todo satisfatórias. A da União Europeia define melhor a desigualdade de rendimentos do que as situações reais, não tem em conta as transferências não monetárias, próprias do mundo rural, e a economia informal. Segunda esta definição, *à priori*, um país mais igualitário terá menos pobreza, mas pode ser muito pobre (Rodrigues, 2007). Para além disto, não tem em conta determinadas circunstâncias que geram o empobrecimento. Pense-se, por exemplo, na pobreza cultural de um adulto que tem algumas poupanças numa conta bancária mas não as utiliza e morre numa situação de indigência extrema.

Ou, o caso de um camponês que possui uma boa extensão de terra, a qual não pode vender, e morre de um ataque de apendicite porque não chega a tempo ao distante hospital.

O interesse destas delimitações é o de permitirem que as comparações internacionais possam ser formalmente rigorosas e se possam aplicar às organizações. Assim, aquelas cuja maioria de participantes e/ou beneficiários se situam abaixo dos níveis definidos seriam as mais pertinentes. Mas isto pode, até certo ponto, ser enganador já que exclui as iniciativas que actuam com os que se situam acima do limiar definido, os vulneráveis, impedindo que caiam na pobreza, o que, por um lado, exclui todas as políticas preventivas e os esforços colectivos que se fazem nesta perspectiva e, por outro, as que se situam na óptica da melhoria do contexto social, económico e cultural.

Por tudo isto, começa a ser cada vez mais consensual que a medição da pobreza deve ter em consideração o acesso a um conjunto de bens e serviços de que as pessoas dispõem ou não. O que leva a fixar uma linha de privação calculada em

forma de indicadores de posse (aquecimento, água corrente, telefone, rádio e televisão, sanitários...) ligados à habitação ou, noutros casos, de acesso a equipamentos públicos (esgotos, iluminação pública, centros de saúde, escolas, transportes, espaços de lazer...) (Rodrigues, 2007).

Mas, não terminam aqui as dificuldades. Já que uma coisa é eventualmente possuir e outra é utilizar e desfrutar. De que serve ter aparelhos eléctricos se não se tem electricidade, ou não há dinheiro para a pagar? De que serve ter água corrente se não é potável? De que serve ter um hospital por perto, se não se pode pagar a assistência médica? Ou, pior ainda, se não se confia na sua capacidade médica e o costume é consultar a pessoa mais velha da família ou amiga que sempre tratou, melhor ou pior, os doentes?

A pobreza está relacionada com a capacidade e o uso real dos bens e serviços e com o capital social e as redes sociais de que as pessoas dispõem e utilizam. Deste modo, e segundo Rodrigues (2007) “as organizações que promovem este tipo de respostas e a sua utilização, contribuindo para o desenvolvimento social, individual e colectivo, também estão a lutar contra a pobreza”.

Por último, as fronteiras difusas da pobreza e da exclusão estão relacionadas com a capacidade de participação num conjunto de actividades sociais, políticas, económicas e culturais e com a afirmação de direitos de que se dota uma determinada sociedade (Costa, 2008).

Frequentemente, as causas mais importantes do empobrecimento encontram-se em processos que estão fora do controlo das pessoas mais desfavorecidas. E, portanto, as organizações que promovem a sua tomada de consciência e a sua capacidade de intervenção procuram combater estas causas. Igualmente o fazem, mesmo que indirectamente, as que lutam para que os direitos se apliquem a todos os cidadãos, o que pode ter consequências na melhoria do acesso aos mesmos por parte das pessoas pobres (Costa, 2008).

## CAPÍTULO II – O Voluntariado na Luta Contra a Pobreza

### 1. As instituições de Solidariedade Social

No exercício da cidadania ou por espírito de caridade, irmanados na sorte dos irmãos ou concidadãos, homens e mulheres, como voluntários mas determinados, dão as mãos para marcarem a construção de um presente e um devir mais pleno e feliz.

É assim que vão aparecendo muitas dinâmicas. Provavelmente começaram por ser predominantemente assistencialistas, mas depois desenvolveram-se em organizações de acolhimento e de apoio educativo de crianças e jovens, de actividades e ocupação promocional de tempos livres, de acompanhamento e favorecimento do convívio, da residência e da valorização de idosos, de acolhimento, promoção, formação e encaminhamento para a vida activa de pessoas com deficiência. E a sua capacidade de desenvolvimento prossegue com a abertura a novas problemáticas que emergem das novas formas de pobreza e exclusão e com a aventura na criação de empresas de inserção e combate ao desemprego, na concepção da cultura, do meio ambiente e da arte como espaço de expansão para os homens com necessidades de expressão e com sonhos de infinito (Capucha, 1995, p. 49).

Estas organizações foram-se expandindo de forma diversificada e sustentada por todo o território nacional, impondo-se nas comunidades locais, pela importância dos serviços que prestam junto de populações carenciadas.

Elas resultam de sinergias e entrega voluntária a sensibilidades, a capacidades de intuir necessidades e projectar respostas, a sonhos, a propósitos e a ideias.

Resultam, ainda, de uma entrega e uma dádiva de tempo de vida, que tem sido feita na base de uma dinâmica própria, que tem levado à concretização de múltiplas acções, na sua grande maioria com resultados concretos e palpáveis na

melhoria das condições de vida de muitos dos nossos concidadãos. Resultam, também, de um tempo e uma prática de inegável virtude: de saber crer, saber querer, saber fazer (Capucha, 1995, p.54).

Essa ciência de saber crer, saber querer e saber fazer assenta numa cultura, ou numa forma de estar na vida, em que se foram desenvolvendo valores como os da fé, da vontade, da justiça, da verdade, da persistência, da teimosia, da defesa e promoção de valores e saberes – de natureza e de virtude – que sustentam a solidariedade como valor estruturante de todas as motivações dessas organizações, quais são as Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS – e, particularmente, dos seus voluntários e voluntárias e voluntariosos dirigentes (Capucha, 1995, p.55).

Segundo este autor, estas organizações de cariz social revestem a seguinte forma: associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos, de fundações de solidariedade social ou de Irmandades da misericórdia, estando umas vocacionadas para a infância e juventude, através de Creches, Jardins-de-infância, Lares e Centros de Acolhimento Temporário, outras para trabalho com pessoas com deficiência ou com excluídos da e na sociedade, com idosos, para trabalho comunitário, socioeducativo (em jardins de infância, ATL e ensino) ou com excluídos sociais. No que concerne à sua implantação, encontramos-las em comunidades economicamente um pouco mais abastadas e actuar em comunidades estruturalmente pobres, estando algumas comprometidas na gestão de equipamentos herdados, com possibilidades de inovação e reconversão. É de salientar que todas são responsáveis pela correcção de assimetrias, adaptando criativamente a sua acção face às novas problemáticas sociais que as interpelam.

## 1.2 Organizações e organizações

Se até agora se assinalaram os limites e dificuldades inerentes à delimitação da pobreza, importa agora abordar aqueles que são próprios das organizações, para sabermos até que ponto actuam no campo da pobreza.

De acordo com Costa (2008. p.34), “[...] há muitos tipos de organizações sociais. Seguindo os clássicos na matéria, uma primeira tipologia é a das que agrupam indivíduos com as mesmas características que se ajudam entre si perseguindo uma finalidade comum. Neste caso, se são constituídas por pessoas que vivem em situação de empobrecimento não há nenhuma dúvida”. Os exemplos são múltiplos: associações de moradores de habitação pública, um grupo de jovens ex-toxicodependentes que vivem num bairro periférico, uma rede de vendedores ambulantes da economia informal, uma plataforma de desempregados, uma associação de reformados que reivindica melhores pensões, uma cooperativa de camponeses, um grupo de teatro itinerante que anima festas populares nos meios rurais, um círculo formalizado de ajuda mútua de mulheres maltratadas.

O que mais dificulta a sua caracterização pode residir no sucesso da sua intervenção, deixando assim de ser uma organização de pessoas pobres. Um segundo tipo, mais comum, é o das organizações heterogéneas nas quais se encontram pessoas em situação de pobreza, técnicos, voluntários, assalariados, ou só os três últimos grupos, sendo este o caso mais usual. Frequentemente, a sua tarefa principal é a de oferecer serviços de natureza pública, privada ou mista. Aqui os critérios de caracterização devem ser muito mais apertados, porque são os seus objectivos e funções, as actividades que realizam, os recursos que canalizam, os públicos a quem se dirigem e seus resultados o que pode determinar até que ponto os seus esforços se identificam com o combate à pobreza. Para além disso, pode acontecer que nas organizações maiores e mais complexas, uma parte delas se identifique com este campo e outra parte com outro, ou que um mesmo serviço abranja um público heterogéneo (Costa, 2008).

Um terceiro tipo que se costuma distinguir é o das entidades cujo objectivo é o da defesa dos seus associados ou a reivindicação em defesa dos seus interesses ou de outros mais gerais. Caracterizam-se mais pela sua actividade externa de representação, negociação e coordenação do que pela sua actuação interna, ainda que possam prestar serviços (formação, consultoria, informação...) aos seus membros. Muitas vezes são entidades compostas por organizações de

características diversas (Costa, 2008). Por isso se lhes chama organizações de enquadramento ou de segundo nível. Consórcios, federações, plataformas, uniões e, cada vez mais, redes compõem este conglomerado variado, o qual tende a desenvolver-se em todos os níveis territoriais, desde o local até ao europeu e, mais recentemente, à escala mundial.

Na medida em que a pobreza se cristaliza no território e o seu entendimento multidimensional ganha adeptos, cada vez mais as estratégias que a abordam o fazem com base numa dimensão integrada e territorial. Isto convida as diferentes organizações a colaborarem entre elas e com outros actores com base em projectos de parceria e desenvolvimento local. Até certo ponto, estes sistemas de concertação podem esbater a identidade de cada organização e, portanto, tornar mais difícil a aplicação dos critérios de caracterização.

Como é óbvio, podem adoptar-se outras classificações das organizações segundo a sua natureza jurídica, suas funções, suas relações com o Estado e com o mercado, segundo os seus modos de organização interna, etc. Todas elas são relativamente convencionais e, frequentemente, a realidade ultrapassa-as. De igual modo a classificação que aqui se utiliza pode não corresponder exactamente à realidade e, nalguns casos, podem verificar-se elementos dos três tipos numa única organização (Costa, 2008).

De facto, as organizações (mais as privadas do que as públicas), cujos mandatos são menos fixos e têm mais adaptabilidade, tendem a diversificar a sua intervenção.

Antecipam-se e desenvolvem acções preventivas, pedagógicas, terapêuticas, de mediação e coordenação, de inserção, de reabilitação, de acolhimento e informação, de estímulo e de promoção de alternativas. Segundo Alfredo Bruto da Costa (2008),

“muitas delas promovem experimentação e algumas inovam [...] são sensíveis às necessidades emergentes e à procura não satisfeita, ainda que, normalmente, se inclinam mais para a oferta de serviços. Mas, também podem não ser coerentes com

a luta contra a pobreza, desviar-se dos seus objectivos, cair no paternalismo, no auto-centralismo personificado num dirigente, na beneficência mais tradicional, “mercantilizar-se” ou serem utilizadas para promover interesses individuais ou institucionais, sem esquecer a possível manipulação partidária”.

De qualquer modo, estas diferentes possibilidades de afastamento dos objectivos iniciais, através de camuflagens diversas, não são abundantes na luta contra a pobreza na qual, geralmente, o que falta são meios e recursos, e onde a rentabilidade política é duvidosa. No entanto, temos de ter presente que, no caso de existirem estes desvios e disfarces, eles dificultam a aplicação dos critérios de caracterização.

### 1.3 Permanências estruturais e mudanças das organizações

As mais que centenárias Misericórdias, que persistiram ao longo de vários séculos e que continuam presentes no panorama social português, nem sempre, e não todas, combateram a pobreza, mas é inegável que desde os seus mandatos iniciais foram um factor-chave para conhecer o itinerário secular deste combate em Portugal.

Actualmente muitas delas estão em processo de modernização (financiamento, organização interna, modos de intervenção...). Neste processo, ainda que quisessem deixar o campo da pobreza, ser-lhes-ia muito difícil já que os seus mandatos, os seus próprios mecanismos de reprodução e a representação social externa as levam a isso. A sua história pesa. Outra questão é a quem dedicam os seus esforços e como o fazem. E, portanto, os critérios de identificação podem ser-lhes aplicados. A história das Misericórdias e de outras instituições similares é uma certa garantia, uma condição necessária para a sua identificação, que deve ser complementada com diagnósticos actuais (Paugam, 1996).

Segundo Serge Paugam (2006, p.73), “a razão principal para os necessários *aggiornamenti* é simples: as organizações não são imutáveis. Ao mesmo tempo que têm permanências estruturais, (mais do que as que se supõe no campo

social), mudam ao longo do tempo”. Por muito tímidas que sejam as mudanças, por muito cristalizadas ou auto-satisfeitas que estejam, as organizações não podem permanecer imunes à evolução económica, social, política e cultural que se produz à sua volta. A mera evocação das mudanças dos dispositivos públicos de beneficência desde o Século XIX até aos nossos dias pode ser suficiente para mostrar como o tempo não passa em vão.

Estas mudanças podem afastar ou aproximar as organizações dos seus propósitos iniciais de combate à pobreza. Tendo em conta que este afastamento ou aproximação não depende somente delas, mas também da forma como a pobreza é tratada pela sociedade e pelo conjunto dos seus actores.

Assim, se a pobreza é desvalorizada, não está nas agendas, torna-se invisível, as organizações tenderão a afastar-se dela; se se reduz a determinados grupos, as organizações tendem a abandonar a sua acção territorial e a concentrar os seus esforços nestas populações-alvo. Assim, como se culpabiliza e individualiza (em termos de causas de pobreza), as organizações potenciarão os mecanismos assistencialistas e de controlo social (Paugam, 2006).

Isto significa que, os critérios de identificação da evolução das organizações devem ter em conta a representação social dominante sobre a pobreza e os imperativos mais frequentes a que se vê submetida e que, muito provavelmente, explica as origens e as causas das mudanças que se tenham produzido nas organizações às quais custa nadar contra a corrente. Só algumas podem e sabem fazê-lo. No entanto, não são agentes passivos mas sim actores e, portanto, também podem influenciar activa ou passivamente as orientações gerais e específicas das estratégias de luta contra a pobreza.

Deste modo, para aplicar os critérios de identificação, e para além de analisar os objectivos e propostas iniciais, é importante ter em conta as mudanças internas, os pontos de inflexão que se produziram e relacioná-los com o meio envolvente. Pode ser importante analisar cortes por períodos ligados a estas inflexões. Ou, se

isso não for claro, pode-se especificar períodos convencionais (os últimos três, cinco, dez anos). Às vezes, as mudanças de sentido podem ser imperceptíveis mas, se são reais, acabam por vir à superfície e reflectir-se na actividade das organizações. Normalmente, estas têm relatórios anuais, relatórios sobre determinadas actividades, actas das reuniões mais importantes, orçamentos funcionais ou analíticos, por vezes planos periódicos e até avaliações internas ou externas. Todos estes documentos podem ser analisados do ponto de vista da sua relação com a pobreza. Pode-se, excepcionalmente, recorrer a testemunhos externos que ajudam a qualificar a identificação (Paugam, 2006).

De acordo com Serge Paugam (2006, p.74),

“a grande vantagem de utilizar a trajectória histórica das organizações é que, costuma clarificar o seu papel e demonstra de forma palpável qual foi a sua orientação, já que num estudo que se centre só na actualidade é mais fácil introduzir dissimulações, desvios e camuflagens, mas é muito mais difícil fazê-lo quando se relevam as grandes tendências. Para além disso, a identificação das principais características da evolução de uma organização facilita uma reflexão colectiva que, ao fazer-se, pode permitir tomar decisões estratégicas mais coerentes, corrigir erros presentes e enfrentar melhor o futuro”.

## 2. O Voluntariado

### 2.1 Clarificação do conceito de Voluntariado

É na participação que reside o âmago da verdadeira Democracia. (Antunes, 2002). Pois a consciencialização dos cidadãos não só dos seus direitos, como dos seus deveres conduz inevitavelmente a uma necessidade de participação cada vez mais activa em todos os domínios sociais.

É o aparecimento de uma nova consciência social, de participação, que poderá colmatar as deficiências existentes.

É assim, nesta perspectiva, que se poderá enquadrar o papel das Organizações Não-Governamentais (ONG), funcionando em larga escala, à custa do trabalho voluntário dos seus colaboradores.

De acordo com o art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, o voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço de indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Não são abrangidas pela presente Lei as actuações que, embora desinteressadas, tenham um carácter isolado e esporádico ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança.

Neste sentido, e de acordo com Alfredo Bruto da Costa (2008, p.34) “um projecto de luta contra a pobreza, se quiser ser global, tem de ser necessariamente um vector de mudança social”, e daí a necessidade de imprimir um carácter de sistematicidade às acções praticadas por pessoas da sociedade civil que se disponham a intervir na prevenção e combate a este flagelo social.

### 3. O papel do Voluntariado na Luta Contra a Pobreza

É na participação que reside o âmago da verdadeira Democracia. É, a partir, da consciencialização dos cidadãos, não só dos seus direitos, como dos seus deveres que, conduz inevitavelmente a uma necessidade de participação cada vez mais activa em todos os domínios sociais. Como salienta Ana Almeida (2001,p.113), “o fim do Estado de Providência que, em boa verdade nunca existiu em Portugal, e a falência dos modelos neoliberais como motores de erradicação de pobreza, fazem emergir uma nova consciência, em que, a participação de cada um no desenvolvimento social poderá colmatar as deficiências.”

É neste âmbito que se poderá enquadrar o papel das chamadas Organizações Não - Governamentais (ONG), funcionando, em larga escala, à custa do trabalho voluntário dos seus colaboradores.

Estará, porventura, reservado ao voluntariado um importante papel na operacionalização da «obrigatoriedade» de participar (Almeida, 2001). Exercer

uma actividade de voluntariado em várias áreas e domínios sociais será, assim, uma forma de participar activamente na sociedade.

Como salienta Ana Almeida (2001, p.114), “ a luta contra a pobreza e a exclusão social, fazem parte dessa «obrigação social» de todos nós enquanto cidadãos verdadeiramente empenhados e responsáveis.”

Neste sentido, as ONG têm vindo a desempenhar um importante papel de solidariedade, procurando criar respostas aos problemas sentidos pelas comunidades. Assim, «o alguém que deveria fazer alguma coisa», pode ser qualquer um de nós, actuando, enquanto cidadão empenhado de forma voluntária activa, mas organizada a todos os níveis da sociedade.

Porém, e como refere Ana Almeida (2001, p.118), “ não cabe unicamente, às ONG o papel de mobilizar, orientar e operacionalizar a acção do voluntário.

Os próprios Organismos Oficiais podem, e devem reorganizar-se por forma a cativar e incentivar o exercício de actividades de voluntariado, potenciando assim a sua actuação.”

De acordo com António Garcia (2002, p.22), “o trabalho voluntário tem-se tornado um importante factor de crescimento das Organizações Não Governamentais, componentes do Terceiro Sector. É graças a esse tipo de trabalho que muitas acções da sociedade organizada têm suprido o fraco investimento ou a falta de investimento governamental em educação, saúde, lazer”.

Actualmente, existem diversas organizações que se utilizam do trabalho voluntário de milhares de pessoas. Um bom exemplo de uma organização internacional é a Cruz Vermelha, que tem ramificações em vários países.

Uma forma de trabalho voluntário com a participação de milhões de pessoas é a computação voluntária, em que indivíduos instalam sistemas nos seus computadores pessoais, para colaborar em projectos científicos doando capacidade ociosa dos mesmos (Garcia, 2002).

O trabalho voluntário, ao contrário do que pode parecer, é exercido de forma séria e, muitas vezes necessita de especialização e profissionalismo. Já que empresas de toda sorte, como hospitais, clínicas, escolas precisam do auxílio de profissionais formados em várias áreas. Em Portugal o exemplo mais antigo e importante é representado pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, pilar fundamental do exercício "Vida por Vida".

Contudo, e como foi referido anteriormente, ser voluntário não significa isenção ou diminuição de responsabilidades. Existe ainda o conceito de que, dadas as características do trabalho voluntário, emergente da vontade única do cidadão, nada se lhe deve exigir ou impor. Tal não pode acontecer, já que a actuação do voluntário decorre de um compromisso, por si livremente aceite, de participação nas actividades que se lhe são propostas (Almeida, 2001).

Portanto, o voluntário não é só o que dá, mas também o que recebe, e muito: satisfação e realização pessoal, apaziguamento da consciência, reconhecimento e reforço do sentido de dever de cidadão.

Logo, a diversidade do fenómeno da pobreza impede que se pense num único tipo de acção para todos os tipos de situações. Assume o princípio segundo o qual só se pode sair da pobreza por esforço próprio. Portanto, e como nos diz Ana Almeida (2001, p.120), "cabe ao PNLP criar oportunidades e, capacitar os pobres para tirarem proveito das mesmas. Daí que a participação das populações pobres, e sua autonomização para assumirem o seu próprio desenvolvimento, seja a trave-mestra do PNLP".

Neste sentido, como salienta Costa (2008), " um programa de luta contra a pobreza deverá revestir-se de inúmeras características." O primeiro ponto a considerar é o da distinção entre privação (situação de carência, por exemplo, a fome) e pobreza (privação por falta de recursos). Este pressuposto é fundamental para a própria focalização dos recursos materiais e humanos na solução desta problemática social.

### 3.1 O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV)

De acordo com Ana Almeida (2001, p.123), “a pobreza é um problema complexo e multidimensional com origem tanto a nível nacional como internacional. Face à sua complexidade é difícil de encontrar soluções que se apliquem a nível mundial”.

No grande número de instituições e associações que trabalham no sentido de colaborar para a melhoria da realidade dos grupos excluídos, que vivem no grupo denominado de pobres, estão incluídas muitas pessoas que colaboram voluntariamente. O voluntariado é, sem dúvida, um elemento chave para a melhoria da nossa sociedade.

O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) é uma entidade criada pelo Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, a quem compete desenvolver as acções indispensáveis à promoção, coordenação e qualificação do voluntariado.

O CNPV é composto por:

- Uma individualidade a nomear por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que presidirá ao Conselho Nacional;
- Um representante dos Ministros dos Negócios Estrangeiros;
- Um representante do Ministro da Defesa Nacional;
- Um representante do Ministro da Administração Interna;
- Dois representantes do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social;
- Um representante do Ministro da Justiça;
- Um representante da Ministra da Educação;
- Um representante da Ministra da Saúde;
- Um representante do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;
- Um representante do Governo Regional dos Açores;
- Um representante do Governo Regional da Madeira;

- Um representante da Associação Nacional dos Municípios Portugueses;  
Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Um representante da Confederação Nacional das Instituições Particulares de Solidariedade;
- Um representante da União das Misericórdias Portuguesas;
- Um representante da União das Mutualidades Portuguesas;
- Um representante da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Um representante da Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Um representante da Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento;
- Um representante da Comissão para o Voluntariado no domínio da Saúde;
- Um representante da Comissão para o Voluntariado no domínio da Justiça.

Com estatuto de Observador:

- Um representante da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal;
- Um representante da Confederação Portuguesa de Voluntariado;
- Um representante, da Responsabilidade Social das Empresas, através do Projecto “Mão na Mão” da Fundação Portugal Telecom.

Os Membros do CNPV têm igualdade de voto, com excepção dos que detêm estatuto de observador, tendo as suas decisões carácter deliberativo.

Esta entidade é um órgão consultivo de alguns Ministérios, nas matérias para as quais tem competência própria.

#### 4. Tipos de Voluntariado

Como já atrás afirmámos, entende-se por voluntariado, à luz do disposto no art.º 2.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos,

programas e outras formas de intervenção ao serviço de indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. Assim sendo, nele incluímos pessoas de diferentes idades, colaborando a título individual ou institucional.

a) Voluntariado Jovem

Para Santos (2002, p.97), “o Voluntariado Jovem integra Jovens entre os 18 e os 30 anos. Em Portugal existe um Organismo – Instituto Português da Juventude, (IPJ) responsável pela definição, execução e avaliação da política governamental para a juventude, promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social, designadamente no domínio de:

- Programas e apoios para a criação de Associações juvenis e de Estudantes;
- Programa OTL – ocupação de tempos livres;
- Campos de férias e Campos de Trabalho Internacionais;
- Projectos de Voluntariado Jovem em diversas áreas como o apoio a idosos, a crianças, desporto, entre outros.

b) Voluntariado Empresarial

De acordo com Serrão (2001, p.54), “a responsabilidade Social das Empresas e o envolvimento destas em iniciativas sociais de apoio à comunidade, nomeadamente através da promoção e desenvolvimento de acções de Voluntariado, tem-se tornado um eixo do desenvolvimento das sociedades modernas”.

Acompanhando esta evolução, também em Portugal se verifica um crescimento de projectos e iniciativas de voluntariado Empresarial, acompanhado por uma valorização pública também acrescida do contributo destas acções para o bem-estar da comunidade e das próprias pessoas e organizações nelas envolvidas.

A expansão e o desenvolvimento de iniciativas de voluntariado empresarial podem ser fomentados, como refere Ana Almeida (2001, p.122), através da “disseminação de boas práticas em curso e da demonstração do reconhecimento público da sua importância, de forma a criar um efeito multiplicador junto de um maior número de empresas”.

Em contrapartida, para Serrão (2001, p.56), a promoção do Voluntariado em Portugal só poderá se efectivada mediante o “envolvimento simultâneo de todos os sectores da sociedade, potenciando neste esforço o contributo do sector empresarial”.

O Voluntariado Empresarial em Estabelecimentos Prisionais é também uma realidade, no sentido de, como nos diz Serrão (2001), promover o exercício de uma cidadania mais responsável e solidária.

Desta forma, é no âmbito da responsabilidade social das empresas, do envolvimento destas em iniciativas sociais de apoio à comunidade que surge um projecto social, pioneiro em Portugal - “Projecto Mão na Mão”. Trata-se de um movimento empresarial para o voluntariado, liderado pelo Grupo PT Comunicações, e que reúne o empenho e a disponibilidade de 17 empresas para participar em acções de solidariedade. Trata-se de iniciativas de solidariedade em prol da comunidade, que vão desde contributos para o bem-estar social e lazer, a intervenções de espaços e preservação do meio ambiente.

As empresas assumem o compromisso de disponibilizar os seus colaboradores para as iniciativas a desenvolver, durante o horário normal de trabalho, sem qualquer perda de benefício inerente à retribuição e assiduidade. A cada empresa cabe a responsabilidade de assegurar a logística necessária à concretização das acções que lhe forem atribuídas, bem como os encargos decorrentes.

#### 4.1 Banco do Voluntariado

De acordo com António Garcia (2002, p. 23), “ os Bancos Locais de Voluntariado (BLV) são um espaço de encontro entre as pessoas que expressam a sua disponibilidade e vontade para serem voluntárias e as entidades promotoras de Voluntariado, interessadas em receber voluntários e coordenar o exercício da sua actividade.”

Neste sentido, os objectivos dos Bancos Locais de Voluntariado são:

- Acolher candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado, bem como receber solicitações de voluntários por parte de entidades promotoras;
- Proceder ao encaminhamento de voluntários para entidades promotoras de Voluntariado;
- Acompanhar a inserção dos voluntários nas organizações para onde foram encaminhados;
- Disponibilizar ao público informações sobre voluntariado;
- Organizar acções de formação inicial para os voluntários.

Neste sentido, os Voluntários são pessoas que, de forma livre, desinteressada e responsabilmente se comprometem, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de Voluntariado, no âmbito de uma organização promotora (Almeida, 2001).

As organizações promotoras são pessoas colectivas de direito público ou privado, socialmente reconhecidas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua actividade, em domínios como o cívico, o da acção social, o da saúde, o da educação, o da ciência e o da cultura, o da defesa do património, o do ambiente, entre outros. Estas entidades podem encontrar nos

Bancos Locais de Voluntariado o espaço ideal para divulgar os seus programas, bem como identificar interessados na adesão às suas acções.

Assim, as entidades que pretendam constituir um BLV devem ser:

- Pessoas colectivas de direito público (âmbito central, regional ou local) ou de direito privado, como por exemplo: as Câmaras Municipais, Fundações, Santas Casas da Misericórdia, IPSS, entre outros.

Estas entidades devem reunir meios próprios, técnicos, financeiros e logísticos, que permitam assegurar o funcionamento numa estrutura deste tipo.

Portanto, para constituir um BLV, é necessário que a entidade dê conhecimento prévio da sua intenção ao CNPV, que fará o acompanhamento técnico global do processo de constituição, em virtude de o Conselho, nos termos da legislação em vigor, ser a entidade que tem competência para desenvolver as acções indispensáveis à promoção, coordenação, e qualificação do Voluntariado (Almeida, 2001).

Para tal, o CNPV faculta apoio técnico específico à entidade do BLV, de modo a que os procedimentos estejam de acordo com o estabelecido, tendo em vista a sua integração na base de dados nacional, bem como a articulação com outros Bancos.

Antes do BLV (Banco Local de Voluntariado) iniciar a sua actividade deverá ser assinado, entre a entidade e o CNPV, um Protocolo de colaboração que reveste a forma de compromisso para o desenvolvimento e melhor organização do Voluntariado, não lhe retirando, contudo, a marca da especificidade de uma actividade livremente assumida.

Efectivamente, os trabalhos voluntários são iniciativas individuais ou colectivas que visam proporcionar a melhoria da qualidade de vida de pessoas e comunidades. Por meio de contribuições voluntárias, a sociedade mobiliza-se, organizando e desenvolvendo projectos e acções sociais para transformar determinada realidade para o bem comum.

Sendo assim, os projectos sociais são um exercício de cidadania, pois envolvem as pessoas para além do seu campo de vivência, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos em benefício do outro. Eles são um meio para que haja maior consciencialização do indivíduo diante do papel que ele desempenha na sociedade, além de despertar o sentimento de solidariedade.

Todavia, o Projecto Social nasce do desejo de uma ou várias pessoas de mudar a realidade em que vive. Vários são os Projectos desenvolvidos pelo mundo, todos com o mesmo objectivo: mudar a realidade em que vivem. Para elaborar e implementar um bom projecto é necessário conhecer bem a realidade do problema, para isso torna-se necessário uma boa pesquisa, no sentido de investigar os principais dados. E, assim, equipar e preparar o projecto para a mudança.

Concluindo, o voluntariado permite assim, consolidar o aumento progressivo da responsabilização social do cidadão. Sendo um instrumento educativo/ formativo, trabalha, nomeadamente ao nível da socialização informal, quer tenha ou não carácter intencional. Pode transmitir processos, técnicas, procedimentos, directamente ligados ao objectivo da actividade. De uma forma menos aparente, transmite, todavia, mais do que isso. Amplia horizontes sociais, colocando o jovem em contacto com grupos com os quais normalmente não se relacionaria, desenvolve a capacidade de problematização de questões políticas, sociais e económicas, permite solidificar competências ao nível da capacidade de liderança e de interacção, facilita a aquisição de competências organizativas e de auto-gestão. Transmite ainda um conjunto de valores dificilmente ensináveis, mas viavelmente aprendidos quando experienciados e praticados. Tolerância, entreatajuda, solidariedade, espírito de grupo, partilha, constituem, entre muitas outras, as peças de um novo abecedário social que não se aprende decorando, mas que se pode interiorizar praticando.

PARTE II  
ESTUDO EMPÍRICO

## CAPÍTULO III – Enquadramento do projecto de investigação

### 1. O Estudo de Caso – problemática e objectivos

O enquadramento teórico proposto na primeira parte da dissertação conduz-nos a repensar necessariamente a questão da pobreza e do papel do voluntariado na luta contra esse flagelo social, levando-nos a questionar o seu papel na prevenção/solução de situações verificadas no contexto actual da sociedade portuguesa.

Visando compreender melhor este fenómeno social e analisar o envolvimento do voluntariado na sua prevenção/solução, esta investigação debruça-se primordialmente sobre o quotidiano de pessoas que o experimentam no seu percurso de vida e sobre a clarificação de motivações, práticas e dificuldades de sobrevivência das instituições a ele devotadas, procurando equacioná-las face ao quadro conceptual previamente proposto. Pretende-se, sobretudo, abrir caminho a uma atitude analítica e de interrogação perante o modo como os responsáveis e voluntários contribuem para uma melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que por razões socioeconómicas se encontram em situação de dependência (Costa, 2008).

Desta forma, afiguram-se dentro do âmbito da investigação os seguintes objectivos específicos. A nível quantitativo:

- Quantificar quantos voluntários intervêm neste sector num determinado concelho, realizando uma classificação por sexo, idade, formação.

Ao nível qualitativo:

- Analisar as causas e evolução da situação de pobreza.
- Investigar o número de instituições de ajuda e inserção existentes;
- Analisar as áreas de intervenção dos voluntários no âmbito das instituições de luta contra a pobreza.

Assumidamente de feição exploratória, descritiva e compreensiva, o projecto de investigação proposto reúne, assim, contornos de estudo de caso.

O respectivo enquadramento ocorre, particularmente, pela capacidade inerente do estudo de caso em focalizar a investigação num fenómeno único, incidindo quer sobre os processos que orientam o âmbito de ocorrência, quer sobre as respectivas implicações deste no contexto em que se integra (Carmo e Ferreira, 1998).

A proposta de investigação delineada traduz essencialmente um cariz qualitativo na interpretação das respectivas unidades de análise.

Socorrendo-nos da teorização desenvolvida por Merriam (1998) no âmbito dos estudos de caso qualitativos, identificaríamos o presente estudo como:

- Particular: atendendo à focalização de um fenómeno específico como objecto de estudo: o contributo dos voluntários na luta contra a pobreza;
- Descritivo: visando atingir uma descrição rigorosa do fenómeno estudado: das práticas de actuação dos voluntários na luta contra a pobreza;
- Holístico: atribuindo maior importância à interpretação dos processos: à motivação e apropriação do papel dos voluntários;
- Heurístico: conduzindo substancialmente à compreensão do caso que constitui objecto de estudo: os perfis individuais e as lógicas de acção que orientam a acção dos voluntários.

É no âmbito do paradigma qualitativo que se salienta, assim, a importância atribuída ao significado, aos quadros de referência dos sujeitos, à análise descritiva dos dados pertinentes recolhidos.

Sendo que, tal como refere Grawitz (1993, p.38), “nem todos os métodos influenciam da mesma maneira as etapas da investigação”, embora metodologicamente tendencialmente qualitativo, o estudo proposto preconiza uma articulação entre procedimentos operativos qualitativos e quantitativos. Embora fundamentados em paradigmas distintos, entende-se que ambos, ao nível da

produção de conhecimento e do processo de investigação, oferecem contributos vitais para a operacionalização do projecto.

De acordo com Carmo e Ferreira (1998), do paradigma quantitativo reitera-se a exigência de um plano de investigação estruturado, sustentado numa revisão pertinente da leitura, visando a definição dos reais objectivos da investigação, a formulação de hipóteses e a definição de variáveis. Remete-se para a utilização de instrumentos de recolha de dados que possibilitem o estender do universo da amostra, numa valorização da noção de representatividade e para a necessidade de proceder a uma recolha e tratamento estatístico e frequencial rigoroso e fidedigno dos dados.

A opção pela articulação entre o paradigma qualitativo e quantitativo contribui ainda para a prática de uma análise de conteúdo orientada para o estabelecimento de relações entre variáveis, para a testagem, confirmação ou, porventura, refutação das hipóteses levantadas, numa perspectiva interpretativa dos diferentes aspectos emergentes da problemática de investigação.

É nesta perspectiva que subsiste a capacidade de validação do estudo invocado, considerando que a avaliação do mérito de um estudo de caso depende em parte do grau de suficiência e relevância da informação apresentada e da possibilidade que esta oferece de generalização a indivíduos que operem em condições semelhantes às expostas como objecto de estudo (Bassegy, 1981). Sobre este assunto, Bell (2004) sustenta que quaisquer estudos de caso que, sendo rigorosos e criticamente relatáveis, gerem o alargamento dos limites do conhecimento existente, visando o melhoramento do apoio a situações vulneráveis de pobreza.

2. O Campo de Análise – contexto, pergunta de partida, questões de estudo e participantes

2.1 O contexto de investigação – Caracterização das instituições de um Concelho da Zona Norte

Como estudo de caso, a investigação preconizada assume um carácter primordialmente singular que procura alcançar valor em si mesma como estratégia de consciencialização e abertura para as novas situações de pobreza existentes. Contudo, e como o rigor que precede à descrição do campo de intervenção da investigação é factor relevante para a assimilação externa das possibilidades de generalização e conseqüente validação da mesma, assume-se fundamental proceder, logo de início, à caracterização do contexto de aplicação da investigação.

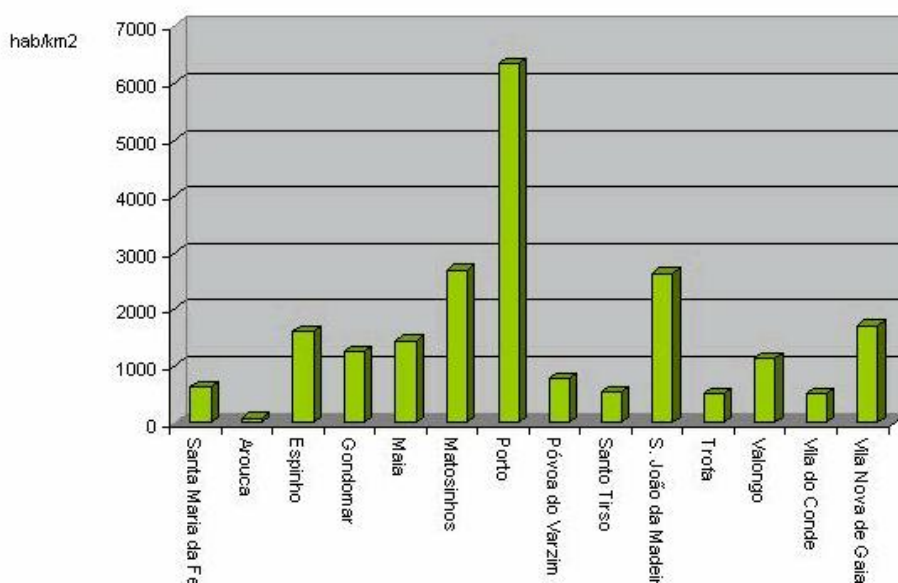
Atendendo ao âmbito da investigação focalizar-se-á mais pormenorizadamente o campo de actuação referente ao universo de instituições de solidariedade social/voluntariado existentes.

Assim, a investigação preconizada incidirá nas dinâmicas do voluntário, e respectivos dirigentes das instituições de luta contra a pobreza da região norte de Portugal Continental, integrado na área metropolitana do Porto, em zona dividida entre as actividades do sector primário, secundário e terciário. Este estudo focalizar-se-á essencialmente nesta zona devido à facilidade de acesso a dados, aos elevados números de pobreza e de instituições de solidariedade social.

Com uma população que atinge 135 964 indivíduos, no contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP), um dos mais dinâmicos municípios em termos demográficos. De 1991 para 2001, a população do concelho registou um crescimento na ordem dos 15% - uma das mais fortes dinâmicas de crescimento em toda a AMP.

Com uma densidade populacional na ordem dos 660 hab/km<sup>2</sup>, está longe da média da AMP, não havendo ainda no concelho o nível de saturação habitacional registado em outros municípios da AMP.

Gráfico 3 – Densidade Populacional nos Concelhos da AMP (2001)

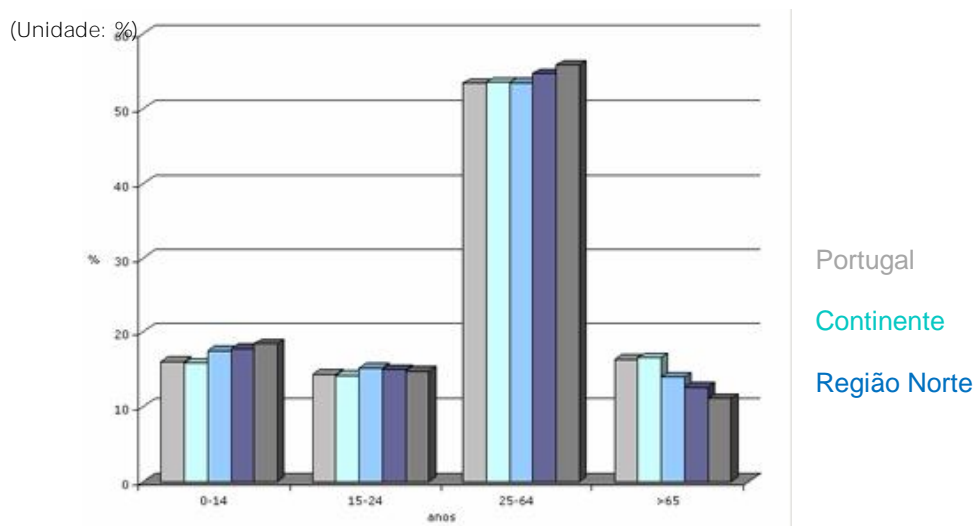


Fonte: INE (2001)

Com a modernização do país e a consequente alteração dos hábitos de vida dos portugueses, a natalidade em Portugal tem vindo a decrescer bastante nas últimas décadas. Embora a Zona Norte não fuja a essa regra, apresenta, contudo, valores de natalidade superiores à taxa nacional e à maioria dos municípios da AMP. No que concerne à taxa de mortalidade, os dados comprovam que é um concelho de dianteira deste indicador. Um número bem inferior aos valores nacionais, e que permite afirmar que os investimentos efectuados na área da Saúde têm tido resultados bem positivos.

Sabendo-se que a população portuguesa tem envelhecido ao longo das últimas décadas. De facto, este é um dos municípios que, em toda a AMP, apresenta maiores percentagens de população jovem (0 aos 24 anos).

Gráfico 4 – Estrutura etária da População Residente 2001



Fonte: INE (censos 2001)

A base institucional é o motor da competitividade e desenvolvimento, incorporando organizações e serviços, empregos e atractividade de iniciativas, produzindo um efeito extremamente dinâmico em qualquer território.

Na temática das dinâmicas da função empresarial, verifica-se que este concelho da Zona Norte tem uma posição de destaque quando colocada à escala da Nut III, onde o concelho é o mais dinâmico de toda a região.

Este concelho apresenta valores significativos em termos de chegadas, no que se refere ao comércio intracomunitário, mas também em termos de exportações ao nível do comércio extracomunitário.

Quanto à actividade económica, verifica-se que a indústria transformadora, o comércio por grosso e a retalho (incluindo reparação de automóveis e bens de uso doméstico) e o sector da construção civil, são os sectores com maior

representatividade económica deste Concelho, sendo a indústria o domínio de especialização por excelência.

É bem clara a forte concentração de pessoas ao serviço da indústria transformadora, nomeadamente no subsector dos couros e da madeira e cortiça, destacando-se o sector da madeira e cortiças, sendo essa a especialização do concelho, seguindo-se os couros (calçado), sendo estes os sectores com o principal volume de vendas.

Para o concelho, o sector da cortiça é extremamente relevante, tanto pelo seu elevado peso económico, como também pela dinâmica efectiva e acentuada de desenvolvimento, ultrapassando um milhão de euros de facturação em termos de volume de vendas (2000).

A dinâmica do sector corticeiro do Concelho é confirmada pelo número de sociedades constituídas no âmbito da indústria transformadora.

No que se refere ao poder de compra convém referir que este Concelho apresenta um crescimento exponencial, no espaço de uma década (1992-2002), no de número de dependências bancárias, caixas automáticas e de balcões/agentes de seguradoras.

Gráfico 5 - População Activa e Inactiva no concelho, 1991-2001

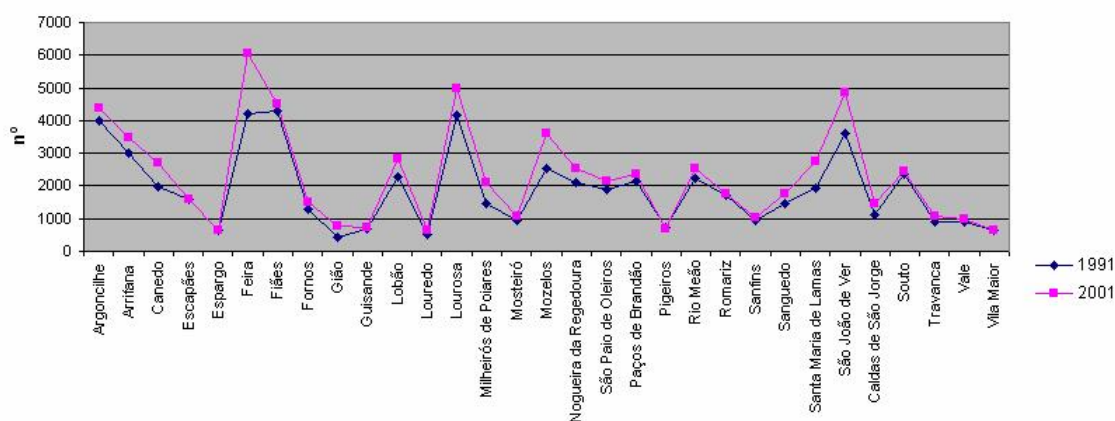
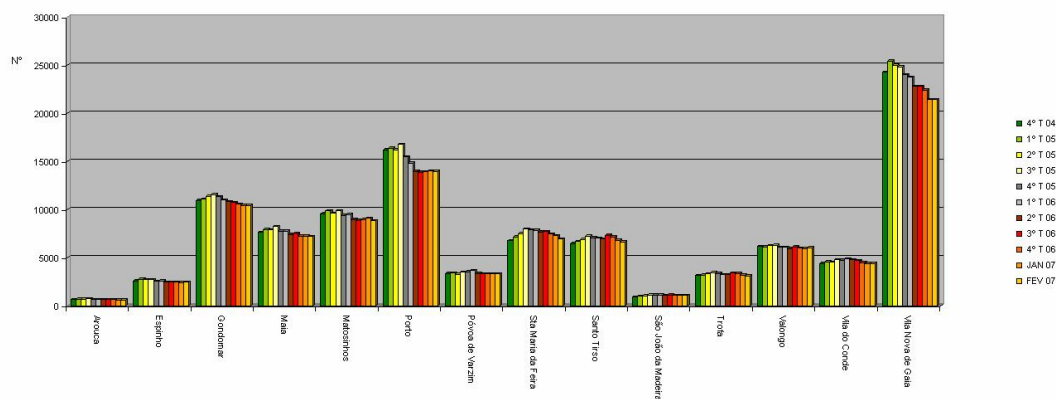


Gráfico 6 – Desemprego Registrado, 2007



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Abril 2007

No contexto da Área Metropolitana do Porto (AMP), este Concelho apresenta-se como um dos mais dinâmicos municípios ao nível de instituições de solidariedade social. Neste âmbito, o estudo empírico está direccionado para algumas instituições da área metropolitana do Porto, nomeadamente: a Cruz Vermelha Portuguesa, o Instituto Português do Sangue, o Mercado da Solidariedade, a Sociedade S. Vicente de Paulo, a Santa Casa da Misericórdia, e finalmente a Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários.

#### *Cruz Vermelha Portuguesa*

A *Cruz Vermelha Portuguesa*, instituição humanitária, não governamental e de utilidade pública, desenvolve a sua missão em obediência aos Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha, adoptados por unanimidade na XXª Conferência Internacional da Cruz Vermelha de 1965.

Age em conformidade com as normas do Direito Internacional Humanitário, tendentes a garantir o respeito pela dignidade da pessoa humana, a favorecer a paz, a minimizar os efeitos negativos dos conflitos e a proteger a vida e a saúde.

Saliente-se que o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho atende, anualmente, mais de 200 milhões de pessoas vulneráveis.

Quando se fala da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, muitas pessoas pensam apenas nas ambulâncias ou em voluntários que distribuem comida. Esta é, porém, apenas uma pequena janela para esse trabalho. Os voluntários participam em projectos concretos nas seguintes áreas:

- Primeiros Socorros
- Programas de juventude
- Resposta a catástrofes
- Apoio a refugiados
- Campanhas de saúde
- Programas de auxílio aos mais vulneráveis.

#### a) Corpos de Voluntariado

Os três Corpos de Voluntariado previstos nos actuais Estatutos da Cruz Vermelha Portuguesa deverão dar respostas concretas à sociedade civil em caso de calamidade ou catástrofe ao mais alto nível de protecção civil diferenciada.

#### b) Corpo de Juventude

O Voluntariado está confrontado com mudanças imparáveis em curso. Mudanças a nível da diversificação das necessidades e interesses que são objecto da criação de novos campos de intervenção do cidadão.

O sector da juventude da Cruz Vermelha Portuguesa organiza-se no Corpo de Juventude (CJ) e tem por objectivo desenvolver nos jovens os elevados princípios da Instituição, bem como os valores da cooperação e solidariedade. É neste

sentido que a Direcção da CVP (Cruz Vermelha Portuguesa) entende revitalizar o Corpo de Juventude, dotando-o da estrutura necessária que possibilite um crescimento sustentado e, conseqüentemente, uma projecção/implantação nacional com uma acção social e formativa de relevo.

De acordo com os objectivos traçados para este corpo (art.º 78), pretende-se, nomeadamente:

- Incentivar a entreajuda;
- Desenvolver acções de orientação junto dos jovens estudantes e jovens trabalhadores;
- Organizar actividades adequadas aos interesses próprios de cada idade;
- Fomentar relações com outras organizações de Juventude existentes no País, salvaguardadas as respectivas autonomias;
- Difundir os Princípios Fundamentais da Cruz Vermelha.

#### c) Corpo de Apoio Geral

A prestação de serviço voluntário na área de Apoio Geral organiza-se no Corpo de Voluntariado de Apoio Geral (CVAG), o qual é constituído pelos voluntários com formação específica e organizados para o desempenho de funções de natureza social, cultural, assistencial e de socorrismo. As acções a desenvolver deverão:

- Dar respostas a todas as áreas desenvolvidas pela Cruz Vermelha Portuguesa na área de Acção Social (conforme referido anteriormente);
- Providenciar e manter os serviços de Apoio Geral entendidos por necessários nos sectores carenciados nas áreas onde estão inseridos, nomeadamente, hospitais, prisões, lares e quaisquer outras instituições sociais.

#### d) Corpo de Enfermagem

Ao Corpo de Enfermagem (CE), no qual prestam serviços voluntários (as) e enfermeiros (as) imbuídos de espírito humanitário, prestação de compromisso de honra e desde que tenham recebido formação específica Cruz Vermelha, compete:

- Cooperar activamente com os diferentes sectores de Voluntariado e demais sectores e órgãos da Instituição;
- Prestar, sempre que lhe for solicitado cuidados de enfermagem geral aos diferentes níveis de, prevenção, nomeadamente, prestação de cuidados no domicílio;
- Frequentar cursos para a saúde, nomeadamente, saúde no lar (como observar sintomas de doença, executar de forma racional os cuidados necessários, assegurar a higiene e conforto, saber tomar medidas que evitem o contágio de doenças aos outros membros da família e da comunidade);
- Actuar, sempre que lhe for solicitado, em situações de emergência, nos termos das Convenções de Genebra, Protocolos Adicionais e demais normas em vigor.

De acordo com o estipulado na Estratégia Nacional para o Voluntariado e Acção Social da Cruz Vermelha Portuguesa será dada formação a todos os voluntários, para posteriormente serem credenciados pela Instituição, com os seguintes módulos:

- Formação geral - enquadramento comportamental do voluntário (7 horas);
- Formação Cruz Vermelha Portuguesa (2/3 horas);
- Formação de Comité Internacional da Cruz vermelha e Direito Internacional Humanitário (2 dias);
- Noções básicas de socorrismo (6 horas);

- Formação específica segundo as áreas de actuação (a definir).

#### *Instituto Português do Sangue*

Uma outra instituição de cariz social no concelho, o *IPS* (Instituto Português do Sangue), IP que tem por missão regular, a nível nacional, a actividade da medicina transfusional e garantir a disponibilidade e acessibilidade de sangue e componentes sanguíneos de qualidade, seguros e eficazes.

#### *Mercado da Solidariedade*

Por conseguinte, uma outra instituição de solidariedade social do concelho: *Mercado da Solidariedade*. Este projecto é co-financiado pelo PROGRIDE (Programa de Inclusão e Desenvolvimento, do Instituto da Segurança Social).

Com esta estrutura pretende-se dar resposta a situações de pobreza extrema e contribuir para a plena integração económica e social na comunidade dos grupos de população mais vulneráveis. Através de campanhas de recolha de alimentos, e do seu devido acondicionamento e distribuição, este serviço pretende ser flexível, ter meios para actuar rapidamente, respondendo de imediato a situações de emergência. A sua acção assenta maioritariamente, no exercício do voluntariado e no trabalho em parceria com as instituições concelhias que desenvolvem intervenção nesta área.

#### *Sociedade de S. Vicente de Paulo*

A *sociedade de S. Vicente de Paulo*, instituição de solidariedade social de grande relevo na zona Norte. Fundada em 23 de Abril de 1833 por um grupo de sete jovens universitários liderado por Antoine Frédéric Ozanan, estudante de Direito, na Sorbonne, então apenas com 20 anos de idade.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo, no primeiro ano designada de Sociedade da Caridade, surgiu para dar resposta às críticas com que os estudantes ateus atacavam os estudantes católicos.

Ozanan e os seus seis amigos adoptaram como patrono S. Vicente de Paulo, praticando uma solidariedade activa durante a sua vida. É isso que continuam a fazer os cerca de 1 milhão de vicentinos de 138 nações, dos quais cerca de 13 mil no nosso país.

*A Casa Ozanan* é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). São objectivos desta sociedade:

- Proporcionar espaços de convívio e de reflexão a quem estiver interessado em clarificar e enriquecer pontos de vista cristãos.

Para atingir estes objectivos, a Casa Ozanan mantém um conjunto de serviços que visam dar resposta a situações inerentes a uma comunidade constituída por um conjunto diversificado de grupos com características étnicas, etárias, sociais, económicas e culturais muito diferenciadas.

#### *Santa Casa da Misericórdia*

A *Santa Casa da Misericórdia* é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada no ano de 2008. Dá primazia no apoio à terceira idade, tendo inclusive criado um "Recolhimento para Idosos".

Esta instituição agrega alguns equipamentos sociais de apoio à Terceira Idade, designadamente: Lar de Idosos, Centro de Dia, e Casa de Repouso.

#### *Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários*

Por último, a *Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários*.

Antes de mais, refira-se que um Bombeiro é um profissional/voluntário que possui treino e equipamento adequado para combater incêndios, resgatar pessoas em situação de perigo, salvaguardar bens materiais, fornecer assistência nos desastres naturais e nos causados pelo homem.

Os *Corpos de Bombeiros Voluntários* estão espalhados por praticamente todas as sedes de município e por muitas outras povoações de Portugal, sendo responsáveis pela grande maioria das operações de socorro no país, em virtude do reduzido número de Corpos Profissionais existentes.

Os Corpos de Bombeiros Voluntários dependem de associações humanitárias de âmbito local, que são financiadas através dos seus sócios, de peditórios à população, de subsídios públicos e do desenvolvimento de actividades de cariz lúdico e cultural.

Apesar de terem sido inicialmente constituídos com a função de combate a incêndios, as funções dos bombeiros alargaram-se para quase todas as áreas da protecção civil. Conforme o país e o corpo de bombeiros, as várias áreas de intervenção dos bombeiros são:

- Combate a incêndios florestais;
- Combate a incêndios urbanos;
- Combate a incêndios industriais;
- Resgate em grande ângulo;
- Emergência médica pré-hospitalar;
- Salvamento aquático;
- Desencarceramento em acidentes rodoviários e ferroviários;
- Intervenção em incidentes eléctricos;
- Intervenção em incidentes hidráulicos;
- Intervenção em incidentes com matérias perigosas;
- Intervenção em incidentes com redes de gás;
- Corte de Árvores em risco iminente de queda;
- Captura de animais correndo ou oferecendo risco;

- Prevenção contra Incêndio e Pânico.

Neste sentido, a pesquisa documental efectuada no decorrer da fase de pré-investigação, nomeadamente ao nível da pobreza e das instituições de apoio às situações de vulnerabilidade, permite-nos assinalar algumas das problemáticas enfrentadas pelas instituições na opinião dos seus próprios responsáveis. Salientamos:

- As dificuldades em gerir casos sociais, visto não ter uma estrutura técnica preparada (...) e as dificuldades em pôr em funcionamento redes de trabalho e de parcerias com as instituições;
- As dificuldades estruturais presentes na multiplicidade de territórios envolventes;

Contudo, considera-se pertinente para a caracterização organizacional das instituições em análise a “Gestão para a Qualidade”, pelo “empenho permanente”. A referência simultânea e contínua à “orientação para a responsabilidade social”, à “valorização das pessoas”.

A tenacidade com que todas estas expressões são apresentadas incita certamente à curiosidade em compreender a significância das mesmas para os sujeitos que as invocam e, sobretudo, ao modo com estas as operacionalizam.

É face a este contexto que iniciamos o nosso processo de investigação empírica.

### 3. A Pergunta de partida e as questões de estudo

Tal como Quivy e Campenhoudt (2005, p.119) mencionam, “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor, sem por isso sacrificar o espírito de descoberta e de curiosidade”. A sua formulação permite ao investigador estabelecer um fio condutor, transferindo coerência entre os procedimentos de selecção e recolha de dados e análise da informação conseguida. Neste âmbito, antes de procedermos

à enumeração das questões de estudo que irão orientar o desenvolvimento desta investigação, formulámos a seguinte pergunta de partida:

*Em que medida poderá o voluntariado, no contexto actual da sociedade portuguesa, contribuir para a prevenção/solução de situações pobreza?*

Formulada a pergunta de partida e baseando-nos nos conhecimentos que a fase exploratória, sobretudo de observação, nos permitiu adquirir, preconizam-se, assim, as seguintes questões de estudo:

Q1 – O que leva as pessoas a enfrentarem situações de pobreza?

Q 2 – Que instituições intervêm a nível local na prevenção da pobreza?

Q3 – O papel do voluntariado é socialmente reconhecido?

Q4 – Que tipo de apoio é facultado pelos voluntários na luta contra a pobreza?

Q5 – Que melhorias deverão ser introduzidas para potenciar o papel do voluntariado?

Embora representando pressuposições “não gratuitas sobre o comportamento dos objectos reais estudados” (ibidem), as questões perfilhadas serão sem receio confrontadas com os dados obtidos no decorrer do processo de investigação, sempre com a preocupação de aumentar o conhecimento sobre o fenómeno em estudo, permitindo validar a direcção de futuros percursos de investigação.

3.1 Os participantes – Delimitação da população-alvo e dos diferentes grupos de amostragem

Orientamo-nos então para a delimitação da população-alvo a considerar enquanto objecto de estudo.

Se, “para conhecer o modo de funcionamento de uma empresa será necessário interrogar os que dela fazem parte” considerando que “o mais grave (...) é fazer perguntas a alguém que não sabe as respostas, ou cujas repostas não nos interessam” (Ferreira, 2003, p.185), face ao âmbito e aos objectivos estabelecidos para a investigação, circunscrevemos a população-alvo aos:

- Responsáveis das Associações;
- Voluntários;
- Beneficiários das Associações.

Sendo que por “população” entende-se a totalidade das unidades constitutivas dos conjuntos considerados (Quivy e Campenhoudt, 2005), consideramos, no seguimento de Bell (2004) e Ghiglione e Matalon (2001), que face a limitações temporais, dos recursos e margem de manobra de que dispomos enquanto investigador, e das nossas próprias aptidões, torna-se comumente necessário o recurso a técnicas de amostragem.

Ao efectuar-se a construção de uma amostra, como enuncia Moreira (1994, p.75), tem-se “em vista saber algo sobre um grupo de maior dimensão do qual a amostra faz parte, grupo esse usualmente designado de população ou universo de estudo que não pode ser investigado na totalidade”.

Como afirmam Ghiglione e Matalon (2001), a questão que se coloca então é precisamente ao nível da pertinência dos processos de selecção da amostra, “de modo a que as observações que dela fizermos possam ser generalizadas à totalidade da população” (idem, p.29). Atenta-se assim à condição de representatividade.

De acordo com Ferreira (2003, p.185), “uma amostra é representativa de um determinado universo desde que seja garantida a aleatoriedade do processo da sua constituição, ou seja se as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra.”

Partindo destes pressupostos e considerando a abrangência das diferentes populações-alvo delimitadas, optou-se no presente estudo por promover um processo de inquirição assente:

- Na inquirição aos responsáveis das associações de âmbito social (7 elementos);
- Na inquirição dos voluntários das instituições (15 elementos);
- Na inquirição dos beneficiários das instituições de âmbito social (4 elementos);

Se o “número de pessoas a inquirir depende da precisão desejada pretende-se com a construção destes quadros de amostra distintos reunir, essencialmente, condições de recolha de informação adequadas aos objectivos estabelecidos para a investigação e ao rigor que imperativamente se lhe invoca” (Ferreira 2003, p.185).

#### 4. Procedimentos de recolha de dados

As metodologias e técnicas de recolha de dados “ (...) são apresentadas, reflectidas (...) com recurso à associação mais íntima possível com as práticas de investigação” (Albarelo, 2005, p.11).

Consciente das limitações inerentes à disponibilidade quer nossa enquanto inquiridor, quer dos elementos a inquirir, e objectivando não descurar o nível de aprofundamento e verificação propostos para o percurso de investigação, apresentam-se as seguintes opções ao nível dos procedimentos de recolha de dados:

- Pesquisa documental;
- Observação indirecta – entrevista semidirectiva.

Como salientam Ketele e Roegiers (1993, p.13), “os procedimentos diferenciam-se principalmente pelo objectivo visado e pelo contexto em que se situam”.

Relativamente à pesquisa documental esta é entendida “como um método de recolha e de verificação de dados visa o acesso às fontes pertinentes, escritas ou não, e a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação” (Quivy e Campenhoudt, 2005,p.30).

Sendo que o próprio quadro teórico desenvolvido “constitui já uma verdadeira preocupação permanente de pesquisa documental” (idem, p.15), este tipo de procedimento permitirá, nesta nova fase, a identificação e recolha de informação relevante para a compreensão do objecto de investigação.

Tal como sugere Albarello (2005, p.29), “ não nos documentamos ao acaso, mas em função de uma investigação”. Contudo, “nem todos os documentos oficiais são imediatamente acessíveis aos investigadores” (idem, p.22), sendo muitas vezes considerados, errada ou correctamente, confidenciais, privados e, conseqüentemente, dificilmente disponibilizados, procedemos antecipadamente a uma consciencialização dos objectivos fundadores da investigação perante os órgãos de gestão visando criar desde o inicio uma empatia e clima de confiança que permitam minorar as limitações de acesso tendencialmente impostas a determinadas fontes oficiais.

Equacionada esta situação, procederemos a uma análise atenta e crítica das fontes.

A pesquisa documental, em conjunto com a observação, em particular numa fase prévia à investigação empírica, permitirá igualmente fundamentar a construção de diferentes instrumentos de recolha de dados, estabelecendo com estes uma relação complementar extremamente profícua.

Na presente investigação, a entrevista, como inquérito de administração indirecta, “aquele em que o inquiridor vai anotando as declarações à medida que estas lhe vão sendo prestadas pelo inquirido” (idem, p.168), destina-se a responsáveis das instituições e voluntários. A sua aplicação visa permitir a expressão “do sentido que os actores dão às suas práticas e acontecimentos com os quais se vêem confrontados: (...) as suas interpretações de situações (...), as leituras que fazem das próprias experiências” (Quivy e Campenhoudt, 2005,p.193).

De acordo com Carmo e Ferreira (1998), o objectivo de qualquer entrevista é reduzir a área secreta do entrevistado – informação apenas propriedade do entrevistado – e ampliar exponencialmente a área cega do entrevistador – informação em falta pertinente face ao fenómeno em estudo. Surge particularmente importante quando “o investigador tem questões relevantes cuja resposta não se encontra na informação disponível” (idem, p.128).

Recorre-se à entrevista do tipo semi-directiva, “não inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (idem, p.192), assente, sobretudo, em perguntas-guia sobre as quais o inquirido tem oportunidade de se exprimir livremente, tendo o entrevistador igual liberdade de recurso a perguntas de suporte ou de refocagem para conseguir obter a informação pretendida sempre que necessário.

A opção pela entrevista semi-directiva tem em consideração o nosso grau de experiência enquanto entrevistador, bem como os prazos temporais disponíveis para a análise e tratamento de dados, considerando que o controle de uma entrevista não estruturada requer, apesar dos dados valiosos que fornece, imensa experiência e a sua análise exige um intervalo de tempo muito considerável (Bell, 2004).

#### 4.1 Instrumentos de recolha de dados: concepção, validação e fiabilidade

Os instrumentos de recolha de dados considerados no decurso da presente investigação resumem-se:

A três guiões de entrevista – responsáveis, voluntários e beneficiários das instituições de ordem social – utilizados, como já foi referido na introdução, no âmbito de um projecto internacional no qual participámos.

#### 4.1.1 Concepção e condução da pesquisa documental

“Toda a acção de pesquisa se traduz no acto de perguntar” (Ferreira, 2003, p.165). A pesquisa documental não é excepção.

Com a pesquisa documental visamos, sobretudo, “ o estudo das ideologias, dos sistemas de valores e da cultura” organizacional no seu sentido mais lato (Quivy e Campenhoudt, 2005, p.203).

Recorremos à pesquisa documental ao longo de todo o processo da investigação, desde a fundamentação teórica até ao termo da investigação empírica, tendo sido crucial quer para a construção do quadro conceptual, quer na argumentação das posições assumidas ao longo da apresentação e discussão dos dados empíricos recolhidos.

#### 4.1.2 Concepção e condução das entrevistas

De acordo com Carmo e Ferreira (1998), as entrevistas são direccionadas para informadores qualificados cujo conhecimento da realidade em estudo permita recolher informações em profundidade acerca do objecto de estudo. Os responsáveis e os voluntários das instituições foram assim facilmente reconhecidos como alvos necessariamente a inquirir por este processo.

Os guiões das entrevistas surgem através do *Projecto de âmbito internacional de Pobreza e Voluntariado* no qual participámos. Neste sentido, operacionalizam-se os objectivos e as questões desta investigação, tendo em consideração quer a salvaguarda pela privacidade dos entrevistados, quer o campo de experiência e de conhecimento dos entrevistados.

O guião de entrevista direccionado para os responsáveis das associações de solidariedade social procurou apelar a um percurso discursivo por parte do entrevistado, cuja intenção passa inicialmente de descritiva da respectiva situação profissional, do seu contexto motivacional e de actuação concreta para uma progressiva auto-reflexão ao nível dos constrangimentos de acção e construção

individual de um perfil ideal de responsável das associações. Embora equacionado enquanto percurso, enquanto entrevista semi-directiva, todo o inquirido gozará de margens amplas de autonomia discursiva, as quais poderão remeter para a flexibilização da ordem das perguntas-guia previamente estabelecidas.

O guião de entrevista ao voluntário procurou, sobretudo, recolher informação referente às necessidades (formação, recursos, reconhecimento, ...). Visou simultaneamente, auscultar a sua opinião relativamente às motivações, bem como as suas áreas de intervenção. Cumpriu igualmente o objectivo de averiguar o papel do voluntário no âmbito das instituições.

O guião de entrevista ao beneficiário dos serviços prestados pelos voluntários/instituição procurou, sobretudo, conhecer as causas e a evolução do fenómeno da pobreza e as medidas que estão a ser tomadas para minorar o seu efeito.

#### 4.1.3 Procedimentos de tratamento de dados

No tratamento de dados dar-se-á prevalência a técnicas de análise de conteúdo, triangulando métodos qualitativos e quantitativos na leitura, cruzamento e interpretação dos dados pertinentes presentes nos discursos recolhidos, numa articulação constante com as hipóteses levantadas no decorrer da investigação.

## CAPÍTULO IV – Apresentação e análise de dados

Ao longo deste capítulo, procederemos à apresentação dos dados de acordo com os objectivos e as hipóteses formuladas, bem como os pressupostos metodológicos implicados.

Neste contexto, depois de explicitar no capítulo anterior, os dados recolhidos, através da pesquisa documental, visando uma breve descrição do Concelho da AMP em análise, apresentaremos agora os dados recolhidos através das entrevistas realizadas junto dos responsáveis das instituições de apoio a situações vulneráveis de pobreza, objectivando quer as dificuldades, quer a descoberta dos respectivos impulsos motivacionais.

Por outro lado, analisaremos também os dados recolhidos a partir das entrevistas aos beneficiários das associações, tentando averiguar, em primeiro lugar, as causas e evolução da situação de pobreza e, em segundo lugar, o apoio prestado pelas associações.

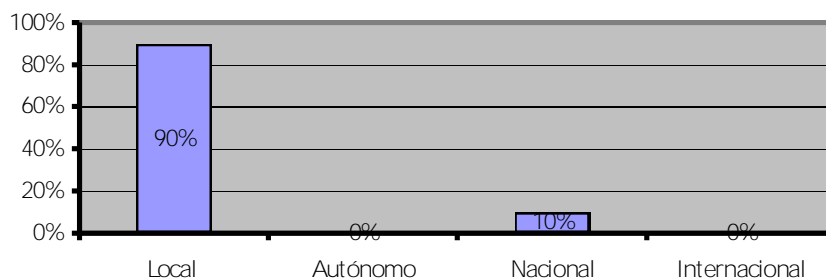
Assim, procede-se de imediato à exposição rigorosa da informação obtida no decorrer do processo de inquirição.

### 1. As entrevistas aos responsáveis das instituições

Um dos propósitos do presente estudo, a entrevista à totalidade de responsáveis das instituições de solidariedade social, logrou-se frustrada, na medida em que foram realizadas apenas quatro das seis entrevistas correspondentes a cada uma das instituições de cariz social, por impedimento dos outros dois dirigentes. (Em anexo encontram-se as entrevistas integralmente transcritas).

Através da informação prestada pelos entrevistados podemos concluir que no âmbito da actuação das instituições a maioria (90%) ocorre a nível local. Apenas 10% acontece a nível nacional.

Gráfico 7 - Âmbito de actuação das instituições



Dos vários serviços prestados pelas instituições, as que foram objecto da presente entrevista dedicam-se essencialmente às explanadas no seguinte quadro.

Quadro 2 – Serviços prestados pela instituição

“Lar, centro de dia e apoio domiciliário”. (entrevista 1).
“Apoio e ajuda aos doentes, toxicodependentes, terceira idade, e a situações de pobreza”. (entrevista 2).
“Apoio e ajuda aos doentes, terceira idade, e a situações de pobreza”. (entrevista 3).
“Apoio e ajuda à população em geral”. (entrevista 4).

Não obstante, as instituições objecto deste estudo concentram os seguintes serviços: a Santa Casa da Misericórdia presta o serviço de “Lar, centro de dia e apoio ao domicílio” (entrevista 1). A Sociedade de S. Vicente de Paulo “apoia e ajuda os doentes, toxicodependentes, terceira idade e situações vulneráveis de pobreza” (entrevista 2). Relativamente à Cruz Vermelha Portuguesa, os serviços são prestados à comunidade em geral designadamente, no “apoio e ajuda a

doentes, terceira idade e a situações de pobreza” (entrevista 3). Quanto à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários, o apoio é efectuado para a comunidade em geral (entrevista 4).

Por conseguinte, estas associações na sua maioria têm como objectivo a prestação de um serviço adequado às necessidades e exigências da população do concelho. Como tal, e face ao aumento das situações de pobreza há uma crescente necessidade de respostas.

A opinião é maioritária quanto ao aumento das situações de pobreza entre 2004-2008. Como tal, os responsáveis das instituições mencionam que este aumento conduzirá a um acréscimo do pessoal voluntário. (ver quadro 3)

Quadro 3 – Aumento dos números de pobreza entre 2004 -2008

“Não temos esses dados, a instituição tem apenas 2 anos”. (entrevista 1).
“Aumentou o triplo principalmente ao nível de apoio a situações de pobreza”. (entrevista 2).
“Tem vindo a aumentar”. (entrevista 3).
“Aumentou”. (entrevista 4).

Assim, este crescimento ao nível de pobreza implica por um lado, o aumento gradual do número de respostas sociais, de responsáveis, e por outro lado o aumento do número de voluntários.

Quadro 4 – Há algum responsável/coordenador dos voluntários

“Não”. (entrevista 1).
“Sim. Orientar e informar os voluntários das novas situações de pobreza e de necessidades”. (entrevista 2).
“Sim. Orientar e traçar um plano de actuação para as situações de emergência” (entrevista 3).
“Sim. Orientar e informar os voluntários”. (entrevista 4).

É notória a existência de “responsáveis/coordenadores” dos voluntários das instituições objecto deste estudo.

Com o objectivo primordial de melhoria da qualidade de vida dos que por razões socioeconómicas e culturais se encontram excluídos e para proporcionar respostas aos elevados números de pobreza existentes, o responsável deverá apoiar-se cada vez mais na ajuda do voluntário para o efectuar. Desta forma, o responsável deverá “orientar e organizar o trabalho do voluntário” (entrevista 2), “orientar e traçar um plano de actuação para as situações de emergência” (entrevista 3), bem como “orientar e informar os voluntários” (entrevista 4).

Quanto à avaliação da “instituição/sociedade” constata-se que a mesma nem sempre acontece, como se confirma através dos dados constantes no quadro seguinte. Na opinião dos responsáveis da Santa Casa da Misericórdia (entrevista 1), da Cruz Vermelha Portuguesa (entrevista 3), e da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários (entrevista 4) este procedimento é efectuado. Em contrapartida, e como refere o responsável da Sociedade de S. Vicente de Paulo, é realizada uma avaliação pelos beneficiários da associação, através de “entrevistas e de conversas informais” (entrevista 2).

Quadro 5 – A relação “ instituição/sociedade” é avaliada?

“Não”. (entrevista 1).
“Sim. Através de entrevistas e de conversas informais”. (entrevista 2).
“Não”. (entrevista 3).
“Não”. (entrevista 4).

Porém, de acordo com o referido anteriormente (quadro 4), a relação entre “responsável/voluntário” tornou-se extremamente premente.

Por conseguinte, esta relação tende a um alargamento quer ao nível de relações interpessoais entre “responsável/voluntário”, quer ao nível institucional, ou seja entre várias “instituições de voluntariado” do concelho da Zona Norte.

Assim, para uma melhor resposta social ao nível da problemática da pobreza, é necessário uma “relação/coordenação com outras instituições” do concelho supra referido. (ver quadro 6)

Quadro 6 - Há uma relação/coordenação com outras instituições de voluntariado

“Não”. (entrevista 1).
“Não” (entrevista 2).
“Sim. Com o Banco alimentar contra a fome, com o mercado da solidariedade, com os dadores benévolos de sangue”. (entrevista 3).
“Sim. Com Banco alimentar, com os dadores benévolos de sangue”. (entrevista 4).

No que concerne à relação/coordenação com outras instituições de voluntariado denota-se uma certa equidade nas repostas oferecidas pelos entrevistados. Tanto para o responsável da Santa Casa da Misericórdia (entrevista 1), como para o

dirigente da Sociedade de S.Vicente de Paulo (entrevista 2) não há coordenação, ao nível de voluntariado com outras instituições do concelho.

No entanto, a Cruz Vermelha Portuguesa tem parceria com o “banco alimentar contra a fome, com o mercado da solidariedade, com os dadores benévolos de sangue” (entrevista 3), bem como a Associação de Bombeiros Voluntários designadamente, “com o banco alimentar, com os dadores benévolos de sangue” (entrevista 4).

Através da análise das respostas fornecidas pelos entrevistados verificamos que, a ideia relativa ao “perfil do voluntário” não foi alvo de grandes transformações por parte da sociedade.

Quadro 7 – A descrição do perfil do voluntário mudou nos últimos anos?

“...”. (entrevista 1).
“As pessoas já não vêm o voluntariado como algo remunerado”. (entrevista 2).
“As pessoas ainda veêm o voluntário de uma forma não muito boa”. (entrevista 3).
“A população até reconhece o trabalho do bombeiro mas, só se lembra dele quando precisa”. (entrevista 4).

Perante a exposição efectuada pelos responsáveis das instituições, verificamos que a ideia é consensual. A desmotivação pela desvalorização do trabalho do voluntário é algo de notório nos discursos dos entrevistados. Como refere o dirigente da Associação dos Bombeiros Voluntários “a população até reconhece o trabalho do bombeiro mas, só se lembra dele quando precisa”. (entrevista 4; quadro 7).

No entanto, e independentemente do reconhecimento do trabalho do voluntário, as quatro instituições, objecto de investigação, contam com o apoio de um elevado número de voluntários.

Quadro 8 - Número de voluntários da instituição

“9 Voluntários”. (entrevista 1).
“7 Voluntários”. (entrevista 2).
“70 Pessoas”. (entrevista 3).
“107 Bombeiros voluntários”. (entrevista 4).

A Associação de Bombeiros Voluntários, que compreendem o maior número de voluntários, “conta com 107 Bombeiros Voluntários” (entrevista 4).

Em contrapartida, a Santa Casa da Misericórdia conta com o apoio de “9 voluntários”, a Cruz Vermelha com “70 pessoas”, e a Sociedade de S. Vicente de Paulo conta com o menor número – “7 voluntários”.

Relativamente ao número de horas dedicadas à sua actividade constata-se que, os voluntários dedicam em média mais de 10 horas por semana à sua actividade.

Quadro 9 – Número de horas que os voluntários dedicam à sua actividade

“Mais de 10 horas por semana”. (entrevista 1).
“Mais de 10 horas por semana”. (entrevista 2).
“Mais de 10 horas por semana”. (entrevista 3).
“Mais de 10 horas por semana”. (entrevista 4).

No âmbito do apoio prestado, os voluntários têm tarefas a cumprir. Estes podem ser os mais variados, dependendo da instituição à qual pertença.

Quadro 10 – Serviços e tarefas do voluntário

“Orientação pessoal (conversas), entretenimento (trabalhos manuais, música, dança)”. (entrevista 1).
“Orientação pessoal (conversas) e ajuda”. (entrevista 2).
“Ajuda”. (entrevista 3).
“Ajuda”. (entrevista 4).

Relativamente à Santa Casa da Misericórdia, que conta com os serviços de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, as actividades realizadas pelos voluntários são diversas: “orientação pessoal, entretenimento (trabalhos manuais, música, dança) ” (entrevista 1). Em contrapartida, a Cruz Vermelha Portuguesa, e a Associação de Bombeiros Voluntários comungam da mesma opinião, a “ajuda” é a prioridade destes voluntários.

Anteriormente foi referido que a estreita relação entre responsável/voluntário é de extrema importância, e esta opinião é unânime entre os responsáveis entrevistados. Pois, há uma crescente necessidade de combate às barreiras existentes na problemática da pobreza.

Torna-se de cariz primordial a coordenação entre a equipa técnica da instituição e os voluntários, independentemente da periodicidade das reuniões, que são efectuadas por todas as instituições objecto de estudo.

Face à coordenação entre “voluntários e equipa técnica” denota-se pela frequência do número de reuniões (mensais/quinzenais), que existe diálogo e a partilha entre ambos.

Quadro 11 – Tipo de coordenação existente entre os voluntários e a equipa técnica da instituição

“São realizadas reuniões mensais”. (entrevista 1).
“São realizadas reuniões quinzenais”. (entrevista 2).
“São realizadas reuniões quinzenais”. (entrevista 3).
“São realizadas reuniões quinzenais”. (entrevista 4).

Esta coordenação entre “voluntários e equipa técnica” é efectivada em espaços apropriados para esse fim, nas “salas de reuniões”.

Quadro 12 – Espaços de encontro e diálogo

“As reuniões são realizadas nas salas de reuniões”. (entrevista 1).
“...”. (entrevista 2).
“...”. (entrevista 3).
“Na sala de reuniões. São traçadas estratégias para termos sucesso nas várias situações”. (entrevista 4).

Designadamente a “Santa Casa da Misericórdia” (entrevista 1) e a “Associação de Bombeiros Voluntários” (entrevista 4) utilizam este espaço com o objectivo de orientação e informação das tarefas do voluntário.

Contudo, a ausência de resposta, nas entrevistas 2 e 3 leva-nos a questionar se efectivamente são realizadas as “reuniões quinzenais” referidas no quadro 11.

Quanto ao plano de promoção do voluntariado, constata-se que nas instituições observadas este é inexistente.

Quadro 13 – Existe na instituição um Plano de Fomento de Voluntariado

“Não”. (entrevista 1).
“Não”. (entrevista 2).
“Não”. (entrevista 3).
“Não”. (entrevista 4).

Apesar das inexistentes campanhas de fomento do voluntariado, em prol do conhecimento de instituições de voluntariado, o número de “pessoas disponíveis para ajudar” tem vindo a crescer. O apoio, o trabalho e o esforço prestado por parte dos voluntários às instituições do concelho é uma realidade.

Quanto às respostas obtidas pelos responsáveis das instituições há um consenso, no que concerne à ausência de um plano de fomento do voluntariado.

Tal como no quadro anterior pudemos verificar a “inexistência de um plano de fomento do voluntariado”, as respostas seguintes revelam que nas “instituições” entrevistadas é inexistente também, a formação para os novos voluntários.

Quadro 14 - Realizam-se sessões de formação para os novos voluntários

“Não”. (entrevista 1).
“Não”. (entrevista 2).
“Não”. (entrevista 3).
“Sim. As sessões de formação estão divididas em duas partes, a parte teórica, e a parte prática, em que são colocados em situações hipotéticas de socorro”. (entrevista 4).

Apenas uma instituição acompanha o voluntário, com o intuito de uma melhor integração na equipa técnica. A Associação Humanitária de Bombeiros

Voluntários refere que “As sessões de formação estão divididas em duas partes, a parte teórica, e a parte prática, em que são colocados em situações hipotéticas de socorro”. (entrevista 4).

Por conseguinte, a inexistência de formação para os voluntários, nas mais diversas áreas, tem-se revestido de uma grande controvérsia. Para alguns dirigentes, a “experiência de vida dos voluntários” é suficiente. Não obstante, para outros, a formação dos voluntários é extremamente importante, com o objectivo de proporcionar respostas de qualidade a todos os utentes das instituições. Contudo, esta formação exige verbas, e que nem sempre estão disponíveis”.

No entanto, e segundo os entrevistados a informação no âmbito de intervenção da instituição, é “sempre” fornecida ao voluntário.

Quadro 15 - É fornecida toda a informação ao voluntario acerca do âmbito de intervenção da instituição?

“Apenas a necessária”. (entrevista 1).
“Sempre”. (entrevista 2).
“Sempre”. (entrevista 3).
“Sempre”. (entrevista 4).

De acordo com as entrevistas 2, 3 e 4, a informação acerca da intervenção da instituição deve ser fornecida ao voluntário, por duas razões: em primeiro lugar porque, é necessário consciencializar o voluntário para sua área/realidade de intervenção e, em segundo lugar, porque é importante promover uma ligação/aproximação entre o voluntário e o beneficiário da instituição.

Para os voluntários a sua actuação pode ser dificultada devida à existência de uma barreira linguística.

Quadro 16 – O desconhecimento de idiomas e de outras culturas dificulta a actuação do voluntariado com algumas faixas populacionais

“Às vezes”. (entrevista 1).
“Não”. (entrevista 2).
“Sim”. (entrevista 3).
“Sim”. (entrevista 4).

Para além das barreiras estruturais/económicas, a actividade do voluntário pode ser prejudicada por barreiras culturais, ao nível linguístico. No que concerne ao desconhecimento de idiomas, as entrevistas 3 e 4 referem que esta barreira pode dificultar a actuação do voluntário. Em contrapartida, o dirigente da Sociedade de S. Vicente de Paulo refere que a insipiência ao nível cultural e linguístico “não” (entrevista 2) interfere na qualidade da realização da actividade do voluntário.

Neste sentido, e perante a resposta dúbia, fornecida pelo responsável da Santa Casa da Misericórdia concluímos que, a barreira cultural “por vezes” (entrevista 1) pode afectar o campo de actuação do voluntário.

A maioria dos inquiridos admite não realizar a “avaliação da relação entre a organização e o voluntariado”.

Quadro 17 - Avaliação da relação Organização/Voluntariado

“Não”. (entrevista 1).
“Não”. (entrevista 2).
“Não”. (entrevista 3).
“Sim. Através de um inquérito”. (entrevista 4).

Apenas a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários (entrevista 4) utiliza o “inquérito” como procedimento de avaliação da relação “instituição/Voluntariado”. Como podemos analisar no quadro 17, as restantes instituições não efectuam qualquer tipo de avaliação.

Relativamente à avaliação dos voluntários não é realizada em todas as instituições, senão vejamos as respostas do quadro 18.

Quadro 18 - Avaliação das tarefas dos voluntários

“Não. Não, porque o voluntariado ainda é muito recente na nossa instituição”. (entrevista 1).
“Não”. (entrevista 2).
“Sim. Muito positivo”. (entrevista 3).
“Sim. Bastante positivo”. (entrevista 4).

Tal como a avaliação da “organização/voluntariado” não era efectuada, a avaliação das tarefas dos voluntários também não o é. De acordo com a entrevista 1 este procedimento não é utilizado porque “o voluntariado ainda é muito recente na nossa instituição”. Face à entrevista 2 este método simplesmente “não” é utilizado (entrevista 2).

Em contrapartida, as entrevistas 3 e 4 evidenciam que, a avaliação das tarefas dos voluntários são realizadas e os resultados obtidos são, “muito” (entrevista3) e “bastante” (entrevista 4) positivos.

Neste sentido, podemos constatar que as “instituições entrevistadas” procuram sobretudo “promover a formação” para a área do voluntariado. (ver quadro 19).

Quadro 19 - As principais directrizes da instituição no âmbito do voluntariado

“Distribuir as áreas tendo em conta os interesses dos voluntários; Maior gestão de recursos”. (entrevista 1).
“Promover o conhecimento e os objectivos da instituição. Promover a formação”. (entrevista 2).
“Desenvolver a formação; fomentar o conhecimento de idiomas”. (entrevista 3).
“Desenvolver a formação”. (entrevista 4).

Apesar das várias tentativas de implementação e de promoção da formação no âmbito do voluntariado, este evidencia-se infrutuoso. Isto porque esta aposta na formação envolve não somente as pessoas, como custos. A inexistência de verbas para esse fim é uma das barreiras à constituição de pessoas com competência para actuar em situações de vulnerabilidade social.

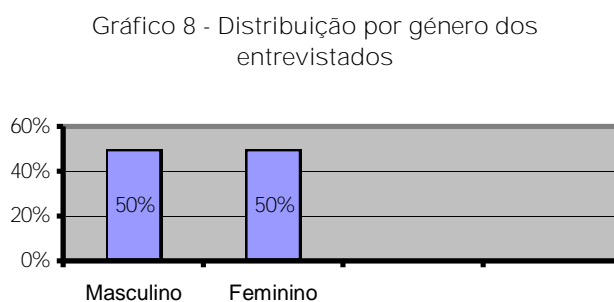
Assim, e perante as entrevistas 3 e 4 o objectivo primordial é “desenvolver formação”, enquanto que, para o dirigente da Santa Casa da Misericórdia o objectivo é “distribuir as áreas tendo em conta os interesses dos voluntários; maior gestão de recursos” (entrevista 1).

Concluindo, existem muitas falhas, por parte das instituições, ao nível quer da actuação do voluntariado, quer do funcionamento da associação/organização, desde a inexistência de formação, à falha no diálogo entre responsáveis e voluntários, à falta de avaliação tanto por parte da organização, como do voluntário, entre outros.

Há um conjunto de aspectos que deveriam revestir-se de carácter prioritário e essencial.

## 2. As entrevistas aos voluntários das instituições

A caracterização da população inquirida aponta para uma percentagem de indivíduos do sexo feminino e masculino, da forma exposta no Gráfico 8:



A faixa etária encontra-se equitativamente repartida entre o intervalo dos 40 aos 55 anos de idade e faixa etária superior a 55 anos.

Relativamente às habilitações literárias dos entrevistados temos 80% que possuem o ensino secundário, e o restante possui o ensino básico.

Quadro 20 – Nível de estudos dos Entrevistados

Nível de Estudos	Número de pessoas
Sem estudos	0
E. Básico (4 anos)	4
E. Secundário	6
E. Universitário	4

Qual o motivo que o/a levou a ser voluntário? Quisemos iniciar a apresentação dos dados recolhidos nas entrevistas realizadas precisamente por esta questão. O quadro 21 apresenta as informações recolhidas nesse âmbito.

Quadro 21 – Motivos que o/a levaram a ser voluntário

“Gosto pela área da saúde, e por poder ajudar a sociedade”. (entrevista 1).
“Enriquecimento pessoal, e o facto de estar envolvido na área da saúde, ter formação extra”. (entrevista 2).
“Ser útil à sociedade, e a esta faixa etária dos idosos”. (entrevista 3).
“Fui convidado”. (entrevista 4).
“Porque gosto de dar um pouco de mim aos idosos”. (entrevista 5).
“Gosto pelo trabalho com outras pessoas, especialmente os idosos”. (entrevista 6).
“Os outros precisam de ser ajudados material e psiquicamente”. (entrevista 7).
“Porque o pai também era voluntário” (entrevista 8).
“Pai também era bombeiro”. (entrevista 9).
“Motivo profissional, gostou de ver o trabalho, e por experiência de outro ficou”. (entrevista 10).
“Para ajudar o próximo”. (entrevista 11).
“Ajudar os que precisam”. (entrevista 12).
“Ajuda” (entrevista 13).
“Ajudar o próximo” (entrevista 14).

As razões pelas quais se tornaram voluntários são as mais variadas, desde a relação afectiva, “o pai já era voluntário” (entrevistas 8 e 9), a “ajuda ao próximo” (entrevistas 11,12,13,14) ao “enriquecimento pessoal” (entrevista 1).

Embora o motivo/razão pelo qual as pessoas se tornam voluntárias não seja o objectivo primordial deste estudo, centrado na análise do comportamento e funcionamento das instituições, parece-nos que este aspecto condiciona de alguma forma a sua eficácia.

Assumidos os motivos acima apresentados, averiguou-se o local em que, normalmente exercem o voluntariado, concluiu-se que todos os inquiridos o exercem no Concelho da AMP.

De seguida, procurámos apurar quais as instituições onde exercem a actividade como voluntário.

O quadro 22 expõe a informação obtida.

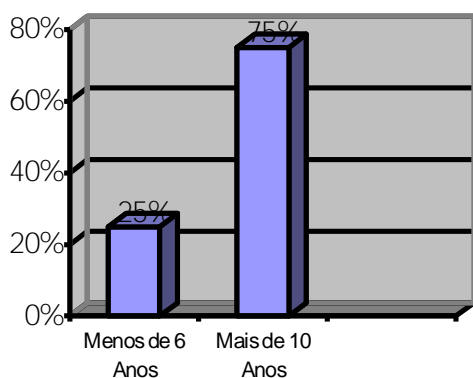
Quadro 22 – Nome da associação onde desenvolve o seu trabalho como voluntário

“Cruz Vermelha Portuguesa”. (entrevista 1).
“Cruz Vermelha Portuguesa”. (entrevista 2).
“Lar S. Nicolau”. (entrevista 3).
“Lar S. Nicolau”. (entrevista 4).
“Lar S. Nicolau”. (entrevista 5).
“Lar S. Nicolau”. (entrevista 6).
“Sociedade S. Vicente de Paulo”. (entrevista 7).
“Associação Humanitária Bombeiros Voluntários”. (entrevista 8).
“Associação Humanitária Bombeiros Voluntários”. (entrevista 9).
“Associação Humanitária Bombeiros Voluntários”. (entrevista 10).
“Associação Benévola de Dadores de Sangue Portugueses”. (entrevista 11).
“Associação Benévola de Dadores de Sangue Portugueses”. (entrevista 12).
“Banco Alimentar Contra a Fome”. (entrevista 13).
“Banco Alimentar Contra a Fome”. (entrevista 14).

Apenas um voluntário entrevistado exerce funções na Sociedade de S. Vicente de Paulo (entrevista 7). Em contrapartida, a grande maioria dos entrevistados exercem funções no Lar S. Nicolau (entrevistas 3,4,5,6)

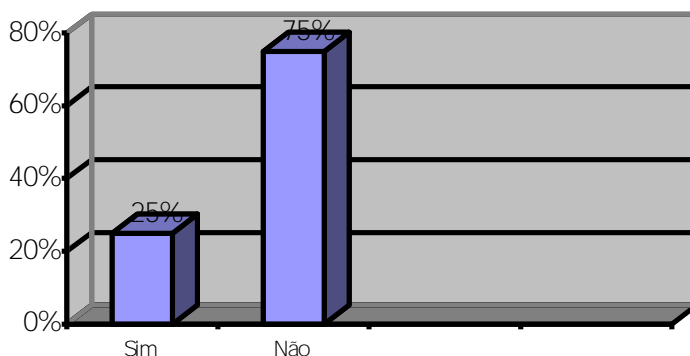
No que concerne a experiência como voluntário, verificamos que 75% dos nossos entrevistados exercem a actividade de voluntário há mais de dez anos. Sendo que, apenas 25% dos entrevistados exercem há menos de seis anos. O gráfico 9 mostra as informações recolhidas.

Gráfico 9 - Anos de Experiência como Voluntário



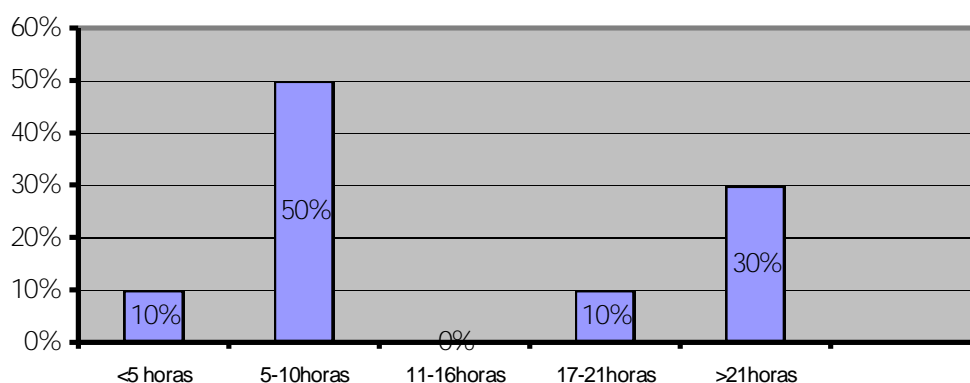
Relativamente à actividade de voluntariado realizada noutras instituições, 75% dos entrevistados referem que exercem em apenas uma instituição. Em contrapartida, os restantes entrevistados referem que realizam o voluntariado em pelo menos duas instituições (na AMP).

Gráfico 10 - Voluntariado noutras Instituições



Quanto ao número de horas semanais disponibilizado para o voluntariado, temos 50% dos entrevistados que despendem entre 5 a 10 horas, enquanto que 10% refere que lhe dedica 5 horas e outros 10% entre 17 e 21 horas. Apenas 30% dos entrevistados passam mais de 21 horas por semana em acções de voluntariado.

Gráfico 11 - Tempo semanal dedicado ao voluntariado

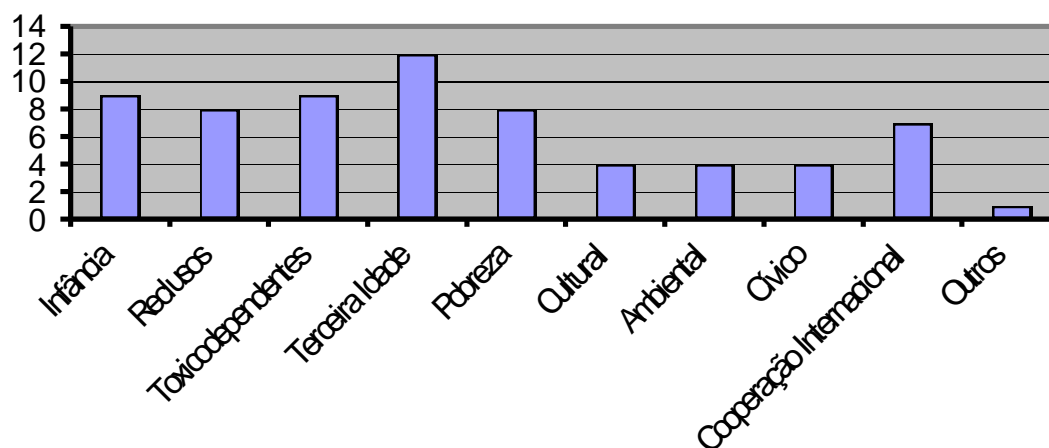


Este tempo dedicado ao voluntariado revela que, cada vez há uma maior necessidade de um apoio/ajuda de forma permanente, contínua e personalizada. No entanto, apenas 30% dos entrevistados dedicam lhe em média > 21 horas. Esta a necessidade, traduzida em número de voluntários e de horas a ele dedicadas, aumenta sobretudo devido ao acréscimo das necessidades da população portuguesa.

O papel do voluntariado vai-se tornando cada vez mais visível nas mais variadas áreas, desde a Infância, à Terceira Idade, passando pela Cooperação Internacional.

Prosseguindo com a análise das áreas de intervenção dos entrevistados, constatamos que as mesmas são das mais variadas. (ver gráfico 12).

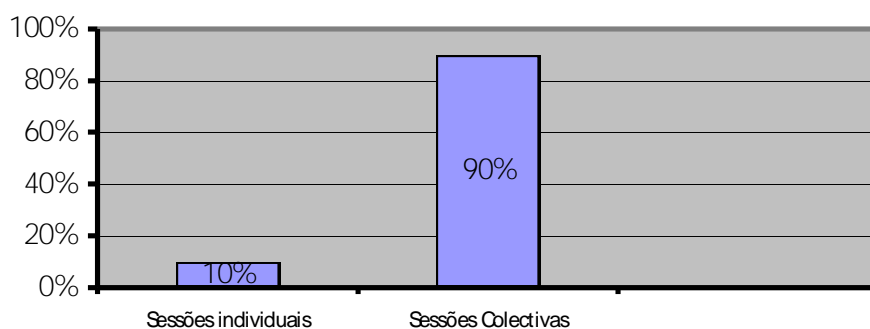
Gráfico 12 - Áreas de Intervenção do Voluntariado



No entanto, é no âmbito da Terceira Idade que existe uma maior intervenção (12 elementos). Não obstante, a infância, a toxicodependência e a pobreza também se apresentam como áreas susceptíveis de maior intervenção.

No que se refere ao decorrer das actividades de voluntariado, estas decorrem sobretudo em grupo, em equipa. O apoio/ajuda proporcionado às pessoas mais “carentiadas”, apenas terá resultados positivos se seguir determinadas directrizes designadamente: o diálogo, e a inter-ajuda entre voluntários.

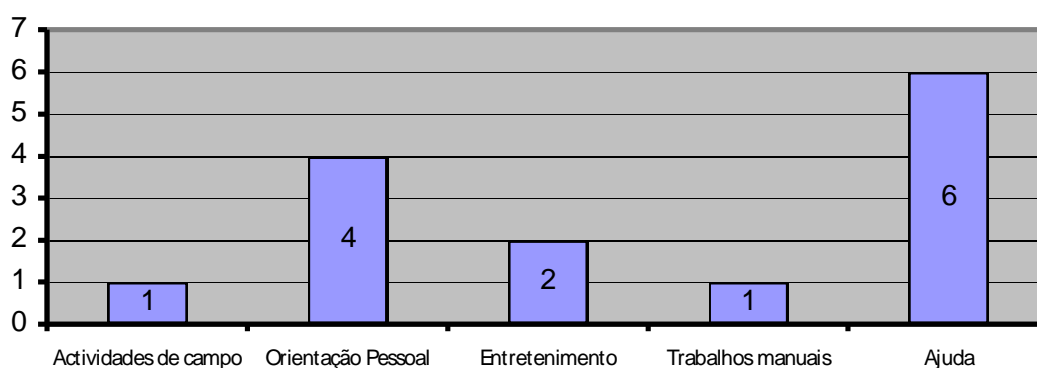
Gráfico 13 - Actividades de voluntariado - Sessões Individuais/ Colectivas



Portanto, esta actividade de voluntariado desenvolve-se essencialmente em sessões de âmbito colectivo: trabalho em equipa. Apenas 10% dos inquiridos referem que as actividades decorrem em sessões individuais.

Vejam agora as áreas de intervenção em que se realiza o voluntariado.

Gráfico 14 - Área em que realiza a actividade como voluntário



Assim, seis dos entrevistados referem que é no âmbito da “ajuda” que realizam a sua actividade como voluntários. No entanto, quatro dos entrevistados executam a sua actividade com o objectivo de “orientação pessoal”. Quanto à “actividade de campo”, ao “entretenimento” e aos “trabalhos manuais”, os mesmos apresentam uma baixa aplicação.

Como evidencia o quadro anterior, o voluntário exerce a sua actividade nas mais diversas áreas. Desta forma, e para a efectivação da sua actividade tende à utilização de uma, ou mais técnicas para intervir, com o intuito de ajudar o outro. Como demonstra o quadro 23 a técnica mais utilizada pelos voluntários é: o trabalho em grupo.

Quadro 23 - Técnicas mais utilizadas no decorrer da actividade de voluntário

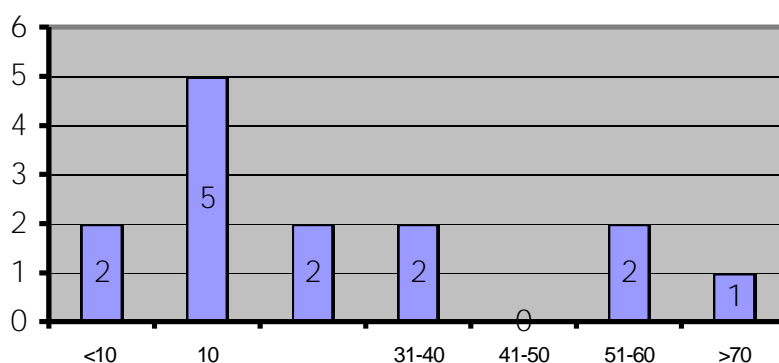
“Conversa” (entrevista 1).
“Trabalho de grupo, conversa” (entrevista 2).
“Trabalho de grupo, formação”. (entrevista 3).
“Dinâmicas musicais, conversa”. (entrevista 4).
“Conversas e trabalho em grupo”. (entrevista 5).
“Trabalho de grupo, dinâmicas e conversas”. (entrevista 6).
“Trabalho em grupo”. (entrevista 7).
“Trabalho em equipa.” (entrevista 8).
“Trabalho em grupo.” (entrevista 9).
“Diálogo”. (entrevista 10).
“Diálogo”. (entrevista 11).
“Trabalho em grupo”. (entrevista 12).
“Trabalho em grupo”. (entrevista 13).
“Trabalho em equipa.” (entrevista 14).

A opinião é consensual, o trabalho em equipa é o método mais utilizado na actividade de voluntariado. Com o objectivo de promover uma melhor qualidade do serviço prestado, bem como uma melhor qualidade de vida a todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Em contrapartida, três dos entrevistados (entrevistas 1, 10 e 11) referem a utilização do “diálogo” como método na actividade de voluntariado.

No que concerne ao número de pessoas assistidas semanalmente, apuramos que 5 dos inquiridos ajudam dez pessoas por semana. Apenas um dos inquiridos assiste mais de setenta pessoas por semana.

Gráfico 15 - Número de pessoas assistidas semanalmente



O número de situações de pobreza tem vindo a aumentar no concelho, caracterizando-se como sendo uma “pobreza envergonhada”. Muitas destas situações atingiram um patamar de crescente necessidade de apoio que atinge o limiar da “sobrevivência” e daí serem “obrigadas” a recorrer às ajudas prestadas pelas instituições. Assim se justifica o crescente recurso ao trabalho de voluntariado que é na sua maioria (75%) realizado por instituições de cariz público. Quanto à forma de conhecimento das instituições que o prestam e da respectiva preparação, veja-se o quadro seguinte:

Quadro 24 – Como teve conhecimento desta instituição

“Um amigo, internet”. (entrevista 1)
“Colega da instituição”. (entrevista 2)
“Uma amiga”. (entrevista 3).
“Foi o pároco da freguesia”. (entrevista 4).
“Um amigo”. (entrevista 5).
“Foi uma opção que fiz”. (entrevista 6).
“Através do meu pai”. (entrevista 7).
“Através do meu pai”. (entrevista 8).
“Foi um colega”. (entrevista 9).
“Foram os meus pais”. (entrevista 10).
“ Os familiares”. (entrevista 11).
“Um amigo”. (entrevista 12).
“A própria instituição”. (entrevista 13).
“Através de documentos informativos”. (entrevista 14).

Não obstante, a inexistência de um plano de fomento do voluntariado, a informação é transmitida de uma forma diversificada. Desde amigos, a pesquisas na internet (entrevista 1), “Através do pai” (entrevista 7 e 8). Desta forma, há um conhecimento alargado acerca das instituições existentes no concelho e dos seus objectivos no âmbito da luta contra a pobreza.

A formação específica dos voluntários, bem como a oferta dessa mesma formação específica por parte das instituições, na sua maioria não existe. O quadro 25 apresenta as informações recolhidas nesse âmbito.

Quadro 25 – Formação específica/ Instituição ofereceu essa formação

“Sim, a nível de socorro, alguma sim, outra foi investida”. (entrevista 1).
“Sim, sim”. (entrevista 2).
“Não, não”. (entrevista 3).
“Não, não”. (entrevista 4).
“Não, não”. (entrevista 5).
“Sim, não, a instituição não ofereceu”. (entrevista 6).
“Sim, sim”. (entrevista 7).
“A organização ofereceu.” (entrevista 8).
“Tenho pouca, não”. (entrevista 9).
“A organização ofereceu formação”. (entrevista 10).
“Não, não”. (entrevista 11).
“Não, não”. (entrevista 12).
“Não, não”. (entrevista 13).
“Não, não”. (entrevista 14).

Esta formação é, na sua maioria, quase inexistente apenas uma instituição ofereceu formação aos seus voluntários (entrevista 6 e 10).

Esta ausência de acções de formação impedem o desenvolvimento, ao nível da qualidade do trabalho do voluntário, como foi referido anteriormente não podemos considerar a “experiência de vida” como factor suficiente para o desempenho do voluntariado. Estas acções de formação possibilitam a formação do voluntário na área específica de intervenção para a qual é direccionada a sua tarefa, de forma a prover o voluntário de competências para dar respostas de qualidade, a situações consideradas emergentes.

Assumida a importância da formação na actividade de voluntariado, torna-se premente averiguar quais os três valores mais importantes para cada um dos voluntários inquiridos. O quadro 26 expõe a informação obtida dentro desse parâmetro.

Quadro 26 – Os três valores mais importantes na formação de um voluntário

“Espírito de União, Amizade, Auto-busca do saber”. (entrevista 1).
“Espírito de equipa, Formação e implementação de algumas regras”. (entrevista 2).
“Dádiva, afecto, amizade”. (entrevista 3).
“Animação, diálogo (saber falar com os idosos”. (entrevista 4).
“Diálogo, afecto”. (entrevista 5).
“Atendimento ao público, relações interpessoais, gestão de conflitos”. (entrevista 6).
“ Ajudar o próximo”. (entrevista 7).
“Formação contínua”. (entrevista 8).
“Espírito de equipa, formação”. (entrevista 9).
“Motivação, interesse, companheirismo, satisfação pessoal”. (entrevista 10).
“Diálogo, afecto, ajuda”. (entrevista 11).
“Ajuda ao próximo, hoje um amigo pode precisar e amanhã posso ser eu”. (entrevista 12).
“Espírito de equipa, formação e ajuda”. (entrevista 13).
“Companheirismo, compreensão e ajuda”. (entrevista 14).

De acordo com as respostas oferecidas constata-se que é cada vez mais importante a formação de um voluntário, aliás uma formação de cariz

permanente. Isto, no sentido de dar uma resposta mais eficaz e habilitada a todas as situações de vulnerabilidade social, económica e cultural.

Quadro 27 – Importância da formação/ da formação permanente de um voluntário

“Sim, também porque o socorro é uma área específica da saúde, e que este país tem muitas falhas”. (entrevista 1).
“Sim, também porque todos os dias surgem situações novas, é necessário formação para cimentar os conhecimentos que temos”. (entrevista 2).
“Sim, sim porque é fundamental ter um conhecimento mais pormenorizado para poder dar resposta às necessidades”. (entrevista 3).
“Sim, não, acho que a experiência de vida é que nos ensina”. (entrevista 4).
“Sim, sim. Porque é fundamental para saber lidar com as pessoas idosas, neste caso”. (entrevista 5).
“Sim, na nossa vida e em todos os aspectos (a nível pessoal, social, etc.)”. (entrevista 6).
“Sim, também porque com a evolução do mundo, sem formação, fica parado no tempo”. (entrevista 7).
“Sim”. (entrevista 8).
“Sim, é muito importante”. (entrevista 9).
“Sim, muita formação e contínua”. (entrevista 10).
“Sim, é necessário. Para o voluntário poder dar resposta”. (entrevista 11).
“Sim, também é importante haver formação para nós, para podermos clarificar algumas ideias erradas acerca da dádiva de sangue”. (entrevista 12).
“Sim, também porque todos os dias surgem novas situações de pobreza, é necessária formação”. (entrevista 13).
“Sim, também porque os níveis de pobreza têm aumentado de dia, para dia”. (entrevista 14).

A opinião é consensual, 14 dos entrevistados referem que a formação contínua no âmbito do voluntariado é de extrema importância.

Porém, não há uma aposta neste âmbito. Pois, se os voluntários expressarem vontade na obtenção de outro grau de competência terá de o realizar fora da instituição.

Questionamos os entrevistados acerca de outros cursos de formação que poderiam e gostariam de frequentar.

Transcrevem-se algumas passagens que reiteram o enquadramento descrito previamente.

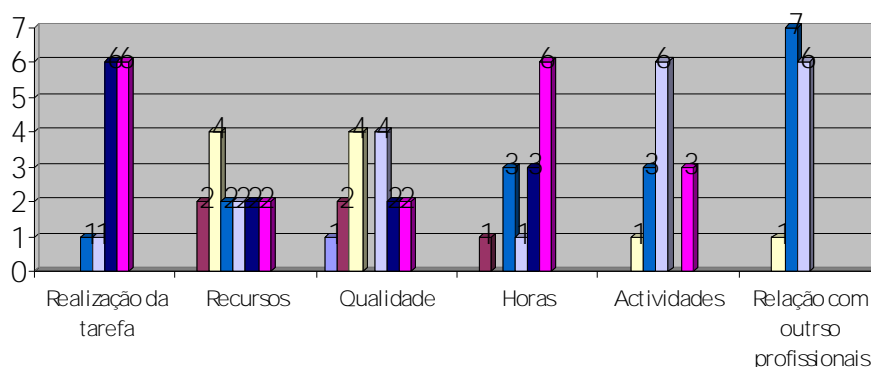
Quadro 28 – Outros cursos de formação que os voluntários poderiam frequentar

“Formação ao nível da língua gestual, psicologia, ter uma visão holística da pessoa em si”. (entrevista 1).
“ Suporte avançado de vida; Aperfeiçoamento de trauma e catástrofe”. (entrevista 2).
“Geriatría”. (entrevista 3).
“Formação musical e cabeleireiro, os idosos adoram”. (entrevista 4).
“Formação musical”. (entrevista 5).
“Cursos ligados à área da geriatría”. (entrevista 6).
“Psicologia e antropologia”. (entrevista 7).
“Psicologia”. (entrevista 8).
“Psicologia, enfermagem”. (entrevista 9).
“Enfermagem”. (entrevista 10).
“Psicologia”. (entrevista 11).
“Primeiros socorros, acompanhamento psicológico”. (entrevista 12).
“Formação ao nível do sobreenvolvimento das famílias”. (entrevista 13).
“Orientação parental; Formação ao nível do sobreenvolvimento das famílias; gestão económica e doméstica”. (entrevista 14).

Cada um dos entrevistados refere o curso que gostaria de frequentar no âmbito da respectiva área de intervenção, desde a formação ao nível da “psicologia” (entrevista 8,9,9 e 11), enfermagem/primeiros socorros (entrevista 2 e 10), e por fim a “orientação parental” (entrevista 14).

Relativamente ao grau de satisfação dos voluntários, seis dos entrevistados referem que a realização da tarefa é a sua concretização ao nível mais elevado (7).

Gráfico 16 - Grau de Satisfação dos Voluntários



No que concerne aos recursos, apenas 4 elementos caracterizam como estando no “grau de satisfação número 3”.

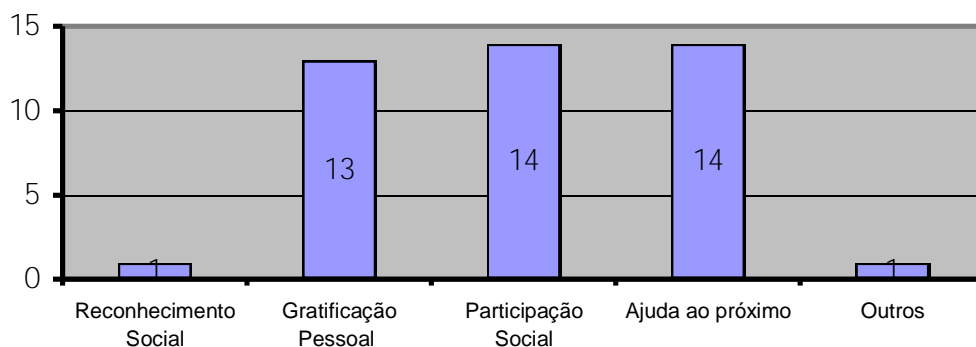
Quanto à qualidade dos recursos disponíveis, existem 4 elementos que consideram estar no “grau número 3”.

No que diz respeito ao número de horas dedicadas ao voluntariado, 6 dos entrevistados consideram estar no “grau de satisfação 7”. Quanto às actividades desenvolvidas, apenas 3 voluntários o caracterizam como “grau de satisfação 7”.

Por fim, a relação com os outros profissionais é caracterizada pela maioria dos entrevistados como “grau 7”.

Quanto aos três aspectos mais importantes do trabalho como voluntário, O gráfico abaixo apresenta esses dados.

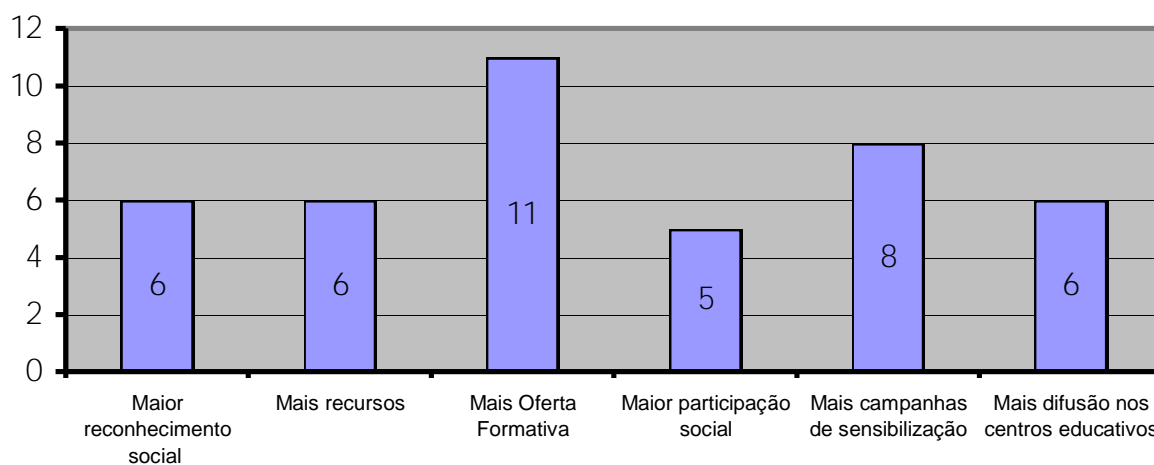
Gráfico 17 - Três aspectos positivos do trabalho como voluntário



Quanto aos três aspectos positivos do trabalho do voluntário, 14 dos entrevistados referem a ajuda ao próximo, a “participação social” e a “gratificação pessoal”, como sendo os aspectos positivos desta actividade. Apenas 2 dos entrevistados referem o “reconhecimento social” e a “gratificação pessoal”, como um dos aspectos gratificantes da actividade de voluntariado.

Relativamente aos três aspectos a melhorar na actividade do voluntariado.

Gráfico 18 - Três aspectos a melhorar na actividade do voluntariado

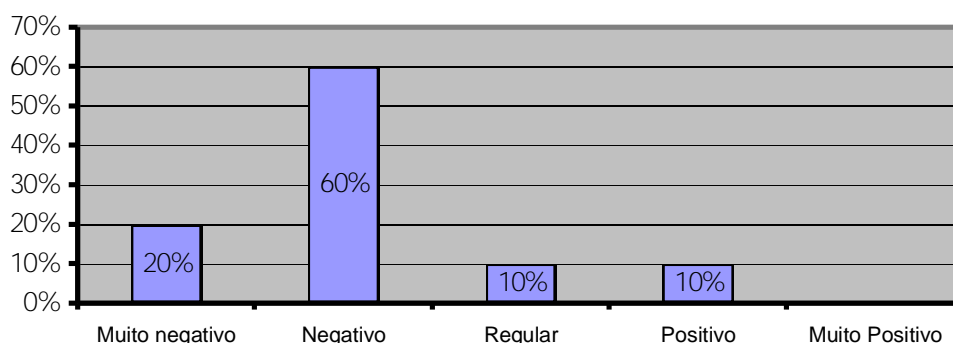


A “oferta formativa” é considerada por 11 dos inquiridos como um dos aspectos a melhorar. Porém, ao nível das “campanhas de sensibilização” 8 elementos consideram que este é um dos aspectos a melhorar.

Contudo, em relação ao “reconhecimento social”, aos “recursos” e à “difusão nos centros educativos”, seis dos entrevistados referem que estes aspectos carecem de uma emergente melhoria.

Ainda que o trabalho do voluntário seja de extrema importância tanto em termos sociais, culturais, como pessoais, uma grande maioria da população desvaloriza o voluntariado. Efectivamente constata-se que, a percepção que a nossa sociedade tem quanto ao voluntário é negativa.

Gráfico 19 - Reconhecimento do papel do voluntário



Perante as respostas dos inquiridos concluímos que: 60% considerada como sendo “negativa”, na medida em que não reconhece o seu papel. Em contrapartida, 20% dos entrevistados referem que esse reconhecimento é “muito negativo” (20%). Os restantes consideram que essa visão é regular (10%) e positivo (10%).

A actividade do voluntário é muitas das vezes um trabalho realizado em equipa, portanto, a coordenação é essencial para um bom funcionamento da mesma.

O quadro 29 demonstra as respostas dadas pelos entrevistados.

Quadro 29 - Como se coordenam entre voluntários? Há espaços de reuniões? Com que frequência?

“Utilizamos uma hierarquia militar. Sim”. (entrevista 1).
“Temos turnos rotativos, mais ou menos espaçados. Há reuniões mensais”. (entrevista 2).
“De vez em quando reunimos e falamos sobre vários aspectos. Há”. (entrevista 3).
“Há mútuo acordo, não há reuniões”. (entrevista4).
“Não tenho conhecimento, trabalho totalmente isolado”. (entrevista 5).
“Temos horários e datas para o desenvolvimento do voluntariado; sim, há espaços de reuniões”. (entrevista 6).
“Bem, sim temos”. (entrevista 7).
“Temos reuniões aquando uma situação de emergência, sim temos”. (entrevista 8).
“Temos reuniões em situações de emergência”. (entrevista 9).
“Há uma organização. Temos de cumprir o que está estipulado”. (entrevista 10).
“Temos reuniões mensais”. (entrevista 11).
“Apenas há reuniões quando fazemos recolhas”. (entrevista 12).
“Há reuniões mensais”. (entrevista 13).
“Há reuniões mensais”. (entrevista 14).

De acordo com os dados supra referidos, deverá ser fomentada uma relação de proximidade entre “responsável/voluntário”, no sentido de uma melhoria da qualidade de serviços prestados. Com o crescimento dos números de pobreza do concelho, este torna-se um aspecto a melhorar.

Assim, a coordenação, a cooperação e a inter-ajuda devem ser aspectos a ter em consideração no âmbito da relação entre “responsável/voluntário”, porque este deve ser, sem dúvida um trabalho realizado em equipa.

Logo, esta estreita relação entre “responsável/voluntário” poderá ser efectivada em espaços de reuniões que, possibilitem a própria organização e distribuição de tarefas, sendo para este efeito realizadas reuniões mensais, como referem os entrevistados (nº11,13 e 14).

No que concerne à organização, todas as instituições devem possuir uma organização interna devidamente estruturada, de forma a que se possa constituir uma boa relação entre voluntários e responsáveis, com vista à obtenção de bons resultados na equipa. (Quadro 30)

Quadro 30 - Como se coordenam com a equipa técnica? Há espaços de reuniões?

“Organizados por plataforma, reuniões mensais”. (entrevista 1).
“Há reuniões mensais”. (entrevista 2).
“Muito bem. Há”. (entrevista 3).
“Bem, há reuniões com a equipa”. (entrevista 4).
“Há espaços de reuniões, mas não há coordenação comigo, porque o meu trabalho é individual”. (entrevista 5).
“Bem, sim temos”. (entrevista 6).
“Não há propriamente uma equipa técnica”. (entrevista 7).
“Através de reuniões”. (entrevista 8).
“Temos reuniões”. (entrevista 9).
“Bem, fazemos reuniões quinzenais”. (entrevista 10).
“Bem, Temos reuniões mensais”. (entrevista 11).
“Coordenamo-nos através das reuniões”. (entrevista 12).

“Há reuniões mensais”. (entrevista 13).
“Há reuniões mensais”. (entrevista 14).

Procurámos sugestões para a melhoria da actividade do voluntariado e do seu reconhecimento social, apresentadas no quadro 31.

Quadro 31 - O que sugeria para melhorar a actividade do voluntariado e o seu reconhecimento social

“Maior empenho por parte do Estado Português, de forma a facilitar recursos. Promover acções de sensibilização e formação para a população em geral”. (entrevista 1).
“Mais formação; Mais ajudas, maior participação; Divulgação do trabalho do socorrista; mais recursos estruturais;”. (entrevista 2).
“Ter mais actividades, mais oferta formativa e campanhas de sensibilização”. (entrevista 3).
“Mais abertura e diálogo entre todos. É sempre necessário”. (entrevista4).
“Maior esclarecimento para a sociedade, para banir a ideia comum de que o voluntário é remunerado”. (entrevista 5).
“Mais formação dos voluntários, mais divulgação, mais meios para o acolhimento dos voluntários e desenvolvimento das suas tarefas e funções”. (entrevista 6).
“Mais formação, e se houvesse mais reconhecimento social, os voluntários teriam mais motivação”. (entrevista 7).
“Mais meios. As pessoas só se lembram do voluntário, bombeiro, quando precisam”. (entrevista 8).
“Mais meios, para podermos ajudar mais. Não faço voluntariado para obter esse reconhecimento”. (entrevista 9).

“As pessoas só se lembram de nós quando precisam”. (entrevista 10).
“Mais meios para trabalhar”. (entrevista 11).
“Mais formação e informação. As pessoas já nos reconhecem”. (entrevista 12).
“Maior participação”. (entrevista 13).
“Maior empenho e mais formação”. (entrevista 14).

Como podemos verificar o voluntariado apresenta inúmeras lacunas, desde o apoio/ajuda inexistente e insuficiente formação, à falta de recursos e investimento por parte dos nossos governantes. Estes são aspectos a reconsiderar no campo da melhoria da intervenção do voluntariado.

Quanto ao reconhecimento social, na opinião dos entrevistados as pessoas não reconhecem o seu trabalho (entrevista 12).

Na perspectiva dos inquiridos, o voluntariado exige mais formação (entrevistas 2, 6 e 7), maior participação do Estado (entrevista 13).

Concluindo, o voluntário necessita de recursos para a realização plena da sua actividade. Mas, para isso é necessária a disponibilização de meios/recursos que permitam o desenvolvimento das suas funções. Embora, sejam estas as prioridades do voluntário designadamente, a ajuda ao próximo, existem inúmeras preocupações e barreiras na execução do trabalho do voluntário.

### 3. As entrevistas aos beneficiários das instituições

Foi efectuada uma entrevista apenas a três beneficiários de uma determinada instituição do concelho (na AMP). Esta entrevista permitiu conhecer o historial de vida dos inquiridos.

Gráfico 20 - Sexo dos Entrevistados

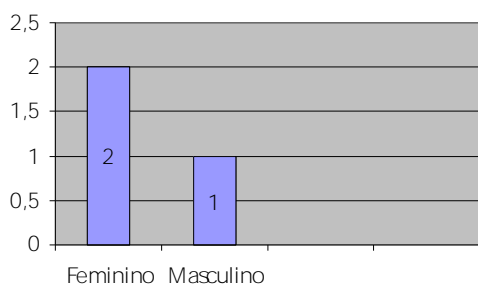
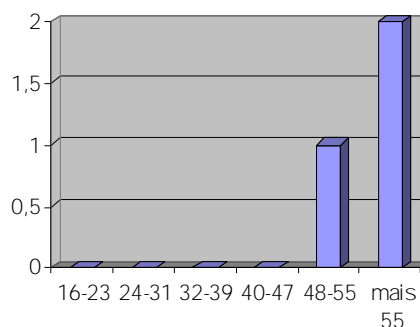


Gráfico 21 - Idade dos Entrevistados



No que concerne à caracterização da população-alvo: 2 dos entrevistados são do sexo feminino e 1 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 48-55 anos e mais de 55 anos.

Relativamente à actividade que exercem constata-se o seguinte:

Quadro 32 - Em que trabalhou e até quando pode fazê-lo?

"Comerciante" (entrevista 1).
"Trabalhei numa fábrica de calçado, mas a empresa fechou." (entrevista 2).
"Metalúrgico, até aos 62 anos." (entrevista 3).

O comércio e a indústria são as áreas em que os entrevistados se inseriam os nossos inquiridos. Relativamente à situação de necessidade em se encontram, subjaz-lhe, o desemprego e a idade avançada, bem como a falta de respostas por parte da nossa sociedade.

Quadro 33 – Como chegou à situação actual em que se encontra?

“A vida nem sempre é um mar de rosas. E, os filhos são a nossa prioridade, fazemos muitos sacrifícios por eles.” (entrevista 1).
“O meu marido também ficou desempregado.” (entrevista 2).
“As reformas são pequenas, e os medicamentos são muito caros e, eu e a minha esposa, temos necessidades, muitas. Ainda temos muito a ajuda da Conferência Vicentina.” (entrevista 3).

Neste sentido algumas famílias, colocam a “educação dos filhos como prioridade” (entrevista 1). A problemática do “desemprego” que afecta inúmeras famílias portuguesas (entrevista 2), e as “baixas reformas” dos nossos idosos, que muito “deixam a desejar” (entrevista 3). Estes problemas estruturais encontram-se de tal forma enraizados na nossa sociedade que tendem a um crescimento abrupto. Por isso, hoje o sentimento é global, o pessimismo que circunda todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e de desespero são uma constante.

Quadro 34 – Como o apoiou ou não a Administração Pública?

“Não tenho qualquer apoio, apenas recebo bens alimentícios do Banco Alimentar.” (entrevista 1).
“Não apoia, a Conferência de S. Vicente de Paulo ajuda-me com o pagamento de algumas despesas.” (entrevista 2).
“Não tive apoio nenhum.” (entrevista 3).

O Banco Alimentar é uma das instituições que presta auxílio às famílias mais carenciadas, neste caso, a ajuda é realizada através de bens alimentícios (entrevista 1). A conferência de S. Vicente de Paulo que apoia no pagamento de algumas despesas (entrevista 2).

Quadro 35 – Como encontrou esta associação?

“Através de uma Amiga, que também recebe apoio.” (entrevista 1).
“Através da minha Assistente Social.” (entrevista 2).
“Através do pároco da freguesia.” (entrevista 3).

O conhecimento deste tipo de instituições surge através de “uma amiga” (entrevista 1), pela “Assistente Social” (entrevista 2), e mesmo pelo “Padre da freguesia” (entrevista 3).

Quadro 36 – Como avalia o apoio prestado por esta instituição?

“Muito Bom” (entrevista 1).
“Bom” (entrevista 2).
“Bom” (entrevista 3).

Em relação ao apoio prestado pelo Banco Alimentar um dos entrevistados classifica-o como sendo “Muito Bom” (entrevista 1) e o apoio prestado pela Conferência de S. Vicente de Paulo é classificado com sendo “Bom”.

Quanto ao apoio dos voluntários, este também é avaliado positivamente, como se constata no quadro seguinte.

Quadro 37 – Como avalia o apoio dos voluntários?

“Muito Bom” (entrevista 1).
“Bom” (entrevista 2).
“Bom” (entrevista 3).

Portanto, um dos beneficiários destas instituições considera que o apoio prestado pelos voluntários é “Muito Bom” (entrevista 1), em contrapartida 2 dos inquiridos caracterizam-no como “Boa” a ajuda dos voluntários.

Quisemos saber como perspectivam os nossos inquiridos a possibilidade de melhoria de apoios prestados pela administração pública.

Quadro 38 – Sugestões para a melhoria da administração pública perante estas situações?

“Mais verbas para apoiar quem precisa.” (entrevista 1).
“Mais verbas.” (entrevista 2).
“Mais verbas.” (entrevista 3).

A opinião é unânime em apontar a necessidade de um reforço de verbas na prevenção/remediação das situações de pobreza.

Neste contexto, o voluntariado tem um papel primordial na tentativa de erradicação deste fenómeno social. Por isso, é crucial dignificar e reconhecer o trabalho do voluntário, porque o voluntário jovem ou adulto dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem-estar social.

No conceito de voluntário que nos foi sendo transmitido por aqueles que nele se encontram envolvidos, encontra-se a principal motivação para o seu exercício: a satisfação pessoal na ajuda ao próximo.

Assim, o trabalho voluntário gera uma realização pessoal, um bem-estar interior originado do prazer de servir a quem precisa. É um sentimento de solidariedade e amor ao próximo aliado à importância de se sentir socialmente útil. No voluntariado todos ganham: o voluntário, aquele com quem o voluntário trabalha, e a comunidade.

Concluindo, o Voluntário é o cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa o seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário.

## CONCLUSÕES FINAIS

Eis-nos na parte final do nosso estudo.

Ao longo da parte teórica desta dissertação procuramos traçar um caminho. Quisemos expor o quadro de complexidade do fenómeno de pobreza, descodificando o conceito, os tipos de pobreza existentes.

Foi com o propósito de identificar causas reais e próximas do fenómeno da pobreza que, após uma reflexão aprofundada no enquadramento teórico, colocámos a nossa 1.<sup>a</sup> questão de estudo - Q1 – O que leva as pessoas a enfrentarem situações de pobreza? - tendo podido constatar, em consonância com as respostas dos nossos entrevistados (Quadro 33, p. 149), que a etiologia desta problemática se encontra na precariedade das reformas de velhice, de pouco apoio familiar na terceira idade, ou em situações de desemprego dos dois membros do casal. Afirmam os inquiridos: *“A vida nem sempre é um mar de rosas. E, os filhos são a nossa prioridade, fazemos muitos sacrifícios por eles.”* *“O meu marido também ficou desempregado.”* *“As reformas são pequenas, e os medicamentos são muito caros e, eu e a minha esposa, temos necessidades, muitas. Ainda temos muito a ajuda da Conferência”.*

Estas situações, de sempre, têm vindo a agravar-se ultimamente face à crise económico-financeira que a Europa está a atravessar e que no nosso país se torna bem evidente no dia-adia de muitas famílias.

Relativamente à nossa segunda questão - Q 2 – Que instituições intervêm a nível local na prevenção da pobreza? - verificamos que neste concelho pertencente à AMP, cerca de 90% das instituições prestam um serviço de nível local, e somente 10% prestam um serviço de âmbito nacional (Gráfico 7, p.114).

Não obstante, as instituições objecto deste estudo concentram os seguintes serviços: a Santa Casa da Misericórdia presta o serviço de *“Lar, centro de dia e apoio ao domicílio”* (entrevista 1). A Sociedade de S. Vicente de Paulo *“apoia e*

*ajuda os doentes, toxicodependentes, terceira idade e situações vulneráveis de pobreza*" (entrevista 2). Relativamente à Cruz Vermelha Portuguesa, os serviços são prestados à comunidade em geral designadamente, no *"apoio e ajuda a doentes, terceira idade e a situações de pobreza"* (entrevista 3). Quanto à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários, *o apoio é efectuado para a comunidade em geral* (entrevista 4) (Quadro 2, p.114).

Por conseguinte, estas associações na sua maioria têm como objectivo a prestação de um serviço adequado às necessidades e exigências da população do concelho. Como tal, e face ao aumento das situações de pobreza há uma necessidade crescente quer de instituições de solidariedade social, quer de voluntários.

Porém, ainda que o trabalho do voluntário seja de extrema importância tanto em termos sociais, culturais, como pessoais, uma grande maioria da população desvaloriza o voluntariado. Efectivamente constata-se que, a percepção que a nossa sociedade tem quanto ao voluntário é negativa. Surge assim, a nossa terceira questão - Q3 – O papel do voluntariado é socialmente reconhecido? – podendo constatar perante as respostas dos inquiridos que: 60% considera-a como sendo "negativa", na medida em que não reconhece o seu papel. Em contrapartida, 20% dos entrevistados referem que esse reconhecimento é "muito negativo" (20%). Os restantes consideram que essa visão é regular (10%) e positivo (10%). (Gráfico 19, p. 143).

A actividade do voluntário é muitas das vezes um trabalho realizado em equipa, portanto, a coordenação é essencial para um bom funcionamento da mesma.

Como podemos verificar o voluntariado apresenta inúmeras lacunas, desde o apoio/ajuda inexistente e insuficiente formação, à falta de recursos e investimento por parte dos nossos governantes. Estes são aspectos a reconsiderar no campo da melhoria da intervenção do voluntariado.

Quanto ao reconhecimento social, na opinião dos entrevistados *"as pessoas não reconhecem o seu trabalho"* (entrevista 12). (Quadro 31, p.147).

Neste sentido, o voluntário necessita de recursos para a realização plena da sua actividade. Mas, para isso é necessária a disponibilização de meios/recursos que permitam o desenvolvimento das suas funções. Embora, sejam estas as prioridades do voluntário designadamente, a ajuda ao próximo, existem inúmeras preocupações e barreiras na execução do trabalho do voluntário.

Portanto, é premente a crescente aposta/financiamento destas instituições, para que os voluntários tenham os meios necessários e imprescindíveis para o desenvolvimento pleno da sua actividade.

A relevância do papel do voluntariado vai-se tornando cada vez mais visível nas mais variadas áreas, desde a Infância, à Terceira Idade, passando pela Cooperação Internacional. Surge assim a seguinte questão - Q4 – Que tipo de apoio é facultado pelos voluntários na luta contra a pobreza? Como podemos analisar, as áreas de intervenção dos entrevistados são as mais variadas. (Gráfico 12, p.132). No entanto, é no âmbito da Terceira Idade que existe uma maior intervenção (12 elementos). Não obstante, a infância, a toxicodependência e a pobreza também se apresentam como áreas susceptíveis de maior intervenção.

No que se refere ao decorrer das actividades de voluntariado, estas decorrem sobretudo em grupo, em equipa. O apoio/ajuda proporcionado às pessoas mais “carentiadas”, apenas terá resultados positivos se seguir determinadas directrizes designadamente: o diálogo, e a inter-ajuda entre voluntários

O Banco Alimentar é uma das instituições que presta auxílio às famílias mais carentiadas, neste caso, a ajuda é realizada através de bens alimentícios como afirmam os inquiridos: *“Não tenho qualquer apoio, apenas recebo bens alimentícios do Banco Alimentar.”* (entrevista 1). *“Não apoia, a Conferência de S. Vicente de Paulo ajuda-me com o pagamento de algumas despesas.”* (entrevista 2). (Quadro 34,p.149).

Os apoios por parte da administração pública são praticamente inexistentes, por isso as pessoas ou se refugiam nas suas próprias carências e vivem situações de verdadeira privação “pobreza envergonhada”, ou pedem ajuda à instituição mais próxima da sua zona de residência.

É esta a realidade em que vive uma grande parte da população portuguesa, a privação constante e que tende a prolongar-se. Portanto é urgente a implementação de uma política que minimize o crescimento galopante desta problemática social.

As dificuldades crescem proporcionalmente com o aumento de situações de pobreza. Logo, há uma necessidade emergente de crescimento do número de instituições, voluntários, formação, recursos. É neste âmbito que surge a última questão do nosso estudo - Q5 – Que melhorias deverão ser introduzidas para potenciar o papel do voluntariado?

Segundo os nossos entrevistados é necessário *“Maior empenho por parte do Estado Português, de forma a facilitar recursos. Promover acções de sensibilização e formação para a população em geral”* (entrevista 1) como, *“Mais formação; Mais ajudas, maior participação; Divulgação do trabalho do socorrista; mais recursos estruturais;”*. (entrevista 2). *“Ter mais actividades, mais oferta formativa e campanhas de sensibilização”*. (entrevista 3). *“Mais formação dos voluntários, mais divulgação, mais meios para o acolhimento dos voluntários e desenvolvimento das suas tarefas e funções”*. (entrevista 6). *“Mais meios. As pessoas só se lembram do voluntário, bombeiro, quando precisam”*. (entrevista 8). *“Mais formação e informação. As pessoas já nos reconhecem”*. (entrevista 12). (Quadro 31, p.146-147).

Na perspectiva dos inquiridos, o voluntariado exige mais formação (entrevistas 2, 6 e 7), maior participação do Estado (entrevista 13).

A opinião é unânime em apontar a necessidade de um reforço de verbas na prevenção/remediação das situações de pobreza. Tal como refere um dos entrevistados são necessários, *“Mais verbas para apoiar quem precisa.”* (entrevista 1) (Quadro 38. P.151).

No contexto actual da sociedade portuguesa, o voluntariado tem um papel primordial na tentativa de erradicação, prevenção/solução deste fenómeno social. Por isso, é crucial dignificar e reconhecer o trabalho do voluntário, porque o voluntário jovem ou adulto dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de actividades, organizadas ou não, de bem-estar social.

Concordamos com Costa (2008) quando afirma que “os baixos salários são um problema grave, que contribui para a pobreza em Portugal. É preciso aumentar os ordenados e democratizar as empresas” pois, uma grande parte da população portuguesa está numa situação vulnerável à pobreza. Quantas pessoas, ao longo de seis anos, passaram pela pobreza e foram apanhadas como pobres em pelo menos um dos anos.

Mas, onde estão os pobres? Esse é outro problema: o da definição de pobreza. Quando se pensa em pobreza, pensa-se em miséria, ou nos sem-abrigo. O pobre, na definição adoptada é alguém que não consegue satisfazer de forma regular todas as necessidades básicas.

Apesar de tudo, muitas das pessoas têm a ideia de que mais vale ser pobre em Portugal do que em alguns países de África ou da Ásia, o que não é de todo verídico. Porque, a pobreza é um fenómeno social, não apenas individual.

Desta forma, para alguns ser pobre é não ter recursos para participar nos hábitos e costumes da sociedade. Ou seja, se uma criança pobre não pode vestir-se como os seus colegas, para não ser ridicularizada, mesmo que tenha mais que uma criança em África, sofre de exclusão. O que é preciso para não ser estigmatizado em Portugal é muito mais do que noutros países. Há uma definição do século XIX, que diz que uma pessoa é pobre quando não tem dinheiro para vestir uma camisa que seja aceitável na sociedade.

A partir da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, houve um facto que alterou a atitude da sociedade portuguesa perante a pobreza. Portugal passou a ter programas de luta contra a pobreza, através de metodologias que deram um

salto qualitativo no modo de encarar e tratar a pobreza. Poderíamos esperar que a pobreza tivesse uma redução apreciável, facto que não aconteceu.

Em 2004, terá sido de dezanove por cento (19%), em 2005 terá sido dezoito (18%) por cento. Mesmo que se admita que houve uma tendência ligeiramente decrescente, não explica que a ordem de grandeza se situe nos 20 por cento. A pobreza em Portugal ou se manteve estável ou teve uma redução sem proporção com o esforço feito.

Assim, é tempo de a sociedade se interrogar sobre o porquê desta resistência da pobreza perante tanto esforço, boa vontade, e recursos vocacionados para a sua erradicação nos últimos 20 anos, pois estamos muito virados para a ideia de que a luta contra a pobreza é igual a políticas sociais.

Quando há uma percentagem tão elevada de famílias pobres entre pessoas empregadas, vê-se claramente que a política social é um instrumento útil, mas não resolve tudo. Pode ser decisivo para o terço de pensionistas ou para o outro terço, de outros inactivos como domésticas, que nunca trabalharam nem tencionam trabalhar. Aí, ou a sociedade portuguesa resolve valorizar economicamente o trabalho doméstico e tem uma modalidade de remuneração, o que seria uma revolução cultural, ou isso nunca se resolve. A outra parte, os pobres que estão empregados, por conta própria ou por conta de outrem, não se resolve com política social, é sem dúvida um problema económico, concretamente de salário. Os salários são uma questão complexa, e o que há a fazer está sobejamente identificado. Seria fundamental a subida dos salários numa época em que a recessão assola o nosso país e aponta no sentido inverso.

Assim, as instituições/voluntários têm cada vez mais um papel preponderante no apoio e ajuda aos mais carenciados. Muitas famílias não revelam as suas dificuldades, têm vergonha, escondem a falta de dinheiro e não gostam de falar do problema. Há muita pobreza escondida e envergonhada. As pessoas tentam manter as aparências, ninguém quer assumir que tem problemas de dinheiro, que

falhou e perdeu prestígio por não ter meios para manter um certo nível, pertencer a uma certa classe social.

Mantêm-se a ideia errónea de que os pobres de hoje continuam a obedecer à velha imagem tradicional de famílias numerosas em casas degradadas ou a viver em bairros sociais. Há quem a classifique como uma questão estrutural, ligada a comportamentos e a mentalidades herdadas, específicas de certas comunidades e famílias, às quais se associam muitas vezes problemas de alcoolismo e toxicodependência.

Os pobres de hoje já não são só estas pessoas, não estão apenas nos bairros sociais ou a viver do rendimento mínimo. Os pobres de hoje têm outros rostos que requerem medidas estruturais que remedeiem essa problemática social. É neste âmbito que o voluntariado assume uma nova importância na sociedade actual.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLO, L. (et al.) (2005). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. 2ª Edição. Lisboa: Gradiva
- ALMEIDA, Ana Nunes de e Ferrão, J. coord. (2001). *Caracterização do Voluntariado em Portugal* (Lisboa) Comissão Nacional para o Ano Internacional dos Voluntários.
- ALMEIDA, João Ferreira de; COSTA, António Firmino da (1992). *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, J. Ferreira (1994). *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, J. Ferreira (1986) *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.
- AMARO, Rogério Roque, (Coord), *O Voluntariado nos projectos de luta contra a pobreza em Portugal*, Lisboa, CNAIV, Fundação Aga-Khan, 2002.
- ANDRADE, Madalena (1989). *Juventude Portuguesa, o Emprego e a Profissão*. Lisboa.
- BARRETO, António (coord.) (1997). *A Situação Social em Portugal 1960-1995*. Lisboa.
- BASSEY, M. (1981). Pedagogic research: on the relative merits of search for generalization and study of single events. In *Oxford Review of Education*, 7 (1), pp.73-93.
- BASTOS, Amélia, Graça Leão Fernandes, José Passos, Maria João Malho (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza Infantil. Análise das condições de Vida das Crianças*, Coimbra: Edições Almedina.
- BELL, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- BERGHAM, Jos (1995). "Social Exclusion in Europe: policy context and analytical framework" in Graham Room (ed.) *Beyond the threshold. The measurement and analysis of social exclusion*, Bristol: The Policy Press.
- CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta.

- CAPUCHA, Luís, Joaquim Bernardo e José Castro (2000), "Social exclusion and poverty in Europe: new social problems and new priorities for social research", em Haller (org.) *The Making of the European Union: Contributions of the Social Sciences*, Berlim: Springer.
- CAPUCHA, Luís (2000), "Exclusão Profissional, Exclusão Social e Cidadania" em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís; QUINTELA, João; SANTOS, Paulo Costa; (1995). *ONG's de solidariedade social: práticas e disposições*. Porto: REAPN / Rede Europeia Anti-Pobreza.
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1992). *Problemas da pobreza: conceitos, contextos e modos de vida*. Tese de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- CAPUCHA, Luís; QUINTELA, João SANTOS, Paulo Costa (1995). *As organizações não governamentais de solidariedade social: modelos de funcionamento, actores e representações sociais sobre a pobreza e a exclusão social: síntese\_do projecto*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza; Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- CAPUCHA, Luís (1998). *Pobreza, exclusão social e marginalidade*, in VIEGAS, J.M. Leite e COSTA. António Firmino da (Org), Portugal, que Modernidade? Oeiras, Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís, (coord.) e outros (1998). *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental*, Lisboa: CIES e MTS/CNRM.
- CAPUCHA, Luís (2000) "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar", *Sociedade e Território*, 30.
- CAPUCHA, Luís (2000). "Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robison Crusoe ao contrário" in *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- CAPUCHA, L., (Coord.) (1995). *ONG's de Solidariedade Social; Práticas e Disposições*. Porto, Cadernos REAPN n.º 2 (pag. 172).

- CARMO, H; Ferreira, M.M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTEL, Robert (1991) "De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation" in Jacques Donzelot (dir.) *Face à l'exclusion. Le modèle français*, Paris: Éditions Esprit, pp.137-168.
- CRUZ, Rute (2004). "Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal – caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares", *Revista de estudos demográficos*, nº35, Lisboa, INE, pp. 119-141.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1984). *Conceito de Pobreza*, in *Estudos de Economia*, Vol.IV, nº3.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord.), Isabel Baptista, Pedro Perista, Paulo Carrilho (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.
- DIAS, Eduarda Saraiva; RAMOS, Eugénio (1998). "Zonas de pobreza em Portugal – uma identificação pelos agentes locais, *Sociedade e Trabalho*, nº 3.
- DIOGO, Fernando (2008). *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras: Celta Editora.
- FERNANDES, António Teixeira (2000). "O Estado e a construção da cidadania em sociedades de exclusão", em José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras: Celta.
- FERRÃO, João (2002) "Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais" in *Lusotopie*, 2, pp. 151-158.
- FERRÃO, João (2004). "Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001". *Revista de Estudos Demográficos*, nº34, Lisboa, INE, p.17-25.
- FERRERA, Maurizio (ed.) (2006). *Welfare State Reform in Southern Europe - fighting poverty and social exclusion in Italy, Spain, Portugal and Greece*, Routledge.
- FERREIRA, Maria Leonor Bastos de Vasconcelos (2000). *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

- FERREIRA, V. (2003). O Inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In Silva, A.S; Pinto, J.M. (org.). Metodologia das Ciências Sociais. 12ª Edição. Porto: Edições Afrontamento, pp.165-196.
- GARCIA, António (2002). Manual de Formación Básica del Voluntariado. Médicos do Mundo (Madrid).
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin, *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora, 2001.
- GRAWITZ, M. (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*. 9ª Edição. Paris: Dalloz.
- HENRIQUES, Manuel Nunes (2002). *O que a teoria económica nos diz acerca dos custos do rendimento mínimo garantido?* Lisboa: Departamento de Economia e Gestão da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- KETELE, J.M; ROEGIERS, X.(1993). *Metodologia da Recolha de Dados – Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico (1987). “A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, Abril 1987.
- PAUGAM, Serge (1996). *L'exclusion: Vétat de Saviors*, Paris, Ed. la Découverte.
- PAUGAM, Serge (2006). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto Editora.
- PASSERON, Jean-Claude (1991). *Le Raisonnement Sociologique*, Paris, Nathan, Essais et Recherches.
- PEREIRINHA, José (1992). *Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida*, in *Análise Social* nº 102, Lisboa.
- QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L.V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- REIS, Ana Luzia (1998). “Modelos espaciais de desenvolvimento e risco de exclusão social: algumas reflexões com ilustração empírica”, *Sociedade e Trabalho*, nº 3.

- RODRIGUES, Carlos Farinha (2007). *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Portugal nos Anos 90*, Coimbra, Almedina.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2000). "Fragmentação e exclusão nas metrópoles", *Sociedade e Território*, nº 30.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (coord.) (1997). *Internacionalização, reestruturação económica e produção de novas marginalidade na Região de Lisboa*, Relatório de Investigação, DGOTDU/JNICT.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; (1987). "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais - o caso das políticas de saúde" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, Setembro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; (1994). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Lurdes (2002). *O Voluntariado Jovem em Portugal*. Comissão do Ano Internacional do Voluntariado.
- SERRÃO, Manuel Fundação (2001). *O Voluntariado e as empresas – breve estudo exploratório do caso português*. Comissão do Ano Internacional do Voluntariado.
- SÉTIEN, Luísa (1993). *Indicadores sociales de calidad de vida. Un sistema de medición aplicado al País Vasco*, Centro de Investigacions Sociológicas, Madrid.
- SILVA, Pedro Adão (1998). 'O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova questão Social' in *Sociedade e Trabalho*, nº. 3, pp. 34-49.
- SCHNAPPER, Dominique (2000). *A Compreensão Sociológica*, Lisboa: Gradiva.
- XIBERRAS, Martine (1996). *As Teorias da Exclusão – para uma construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget.
- WALL, Karin, (2003). "Famílias monoparentais", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 43, pp. 51-66.
- WEBER, Max (1992). *Essais sur la théorie de la science*, Paris: Plon, Agora.

**Actas do Encontro 29 de Março de 2001**

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

CNRM (2002), *Avaliação de Impactos do Rendimento Mínimo Garantido – Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG: Famílias Monoparentais*, Lisboa, IDS.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE (2001). *Caracterização de voluntários – Perfil do voluntário jovem* (Lisboa). Comité Nacional para o Ano Internacional do Voluntário.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1998). *Dizer não à pobreza - combate para ganhar: erradicação da pobreza 1997-2006*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

PORTUGAL. Ministério do Emprego e Segurança Social. Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza (1993). *Síntese dos resultados dos projectos de luta contra a pobreza: global, distrital*. Lisboa: Ministério do Emprego e Segurança Social.

PROGRAMA POBREZA 3 - PROGRAMA COMUNITÁRIO PARA A INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS GRUPOS MENOS FAVORECIDOS (1994). *Pobreza é com todos: mudanças possíveis: balanço de uma experiência*. Lisboa: Comissão das Comunidades Europeias.

ANEXOS

Entrevistas aos Responsáveis das Associações



Universitat de les Illes Balears



Zaragoza

Universidad de Murcia

Universidad de

Universidad de Roma III

Universidad de

Lusófona

1

Nº ENTREVISTA:

1

CÓDIGO LUGAR DE PROCENDENCIA:

# INVESTIGACIÓN: POBREZA Y VOLUNTARIADO 2009

ORGANISMOS COLABORADORES



GUIÓN DE ENTREVISTA SEMI ESTRUCTURADA A LOS RESPONSABLES DE LAS ASOCIACIONES

(la pregunta 12 no es una pregunta cerrada, los parentesis sólo proporcionan una guía)

Datos de identificación

Ciudad: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

Provincia: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

País: \_Portugal \_\_\_\_\_ Fecha: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nombre de la asociación: \_Lar S. Nicolau – Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira

Objetivos: \_Prestar um serviço de qualidade, ajustado às exigências e necessidades de cada utente

Ámbito de actuación

- Local X
- Autonómico
- Nacional
- Internacional

Formación del entrevistado: Licenciatura em Serviço Social \_\_\_\_\_

Las organizaciones

1. Servicios de la asociación:

Lar, Centro de dia e Apoio Domiciliário. \_\_\_\_\_

1.1 ¿Ha aumentado el número de usuarios desde 2004 al 2008?

Não temos esses dados, a instituição tem apenas 2 anos. \_\_\_\_\_

1.2 ¿Ha cambiado el perfil del usuario? ¿En qué? ¿Por qué? \_\_\_\_\_

2. ¿Hay algún responsable/ coordinador de los voluntarios?

- Si
- No X

2.1. ¿Cuáles son sus funciones? \_\_\_\_\_

3. ¿Se evalúa la relación de la organización con la sociedad civil?

- Si
- No X

3.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación? \_\_\_\_\_

3.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan? \_\_\_\_\_

4. ¿Se relacionan o coordinan con otras entidades de voluntariado que trabajan en éste ámbito?

- Si  
 No X

4.1. ¿Con cuáles? \_\_\_\_\_

#### El voluntariado

5. Breve descripción del perfil del voluntario ¿Ha cambiado estos últimos años? ¿En qué? \_\_\_\_\_

6. Número de voluntarios que participan: \_9 \_\_\_\_\_

7. Horas dedicación aproximadas de los voluntarios: Mais de 10 horas por semana \_\_\_

8. Movilidad de los voluntarios: \_\_\_\_\_

9. Servicios y tareas de los voluntarios:

Orientação pessoal (conversas), entretenimento (trabalhos manuais, música, dança)\_

10. ¿Qué tipo de coordinación existe entre los voluntarios y el equipo técnico de la organización? São realizadas reuniões mensais. \_\_\_\_\_

10.1. ¿Cuáles son los espacios de encuentro y diálogo? As reuniões são realizadas nas salas de reunião. \_\_\_\_\_

10.2. ¿Cómo funcionan? São distribuídas as tarefas é dado a conhecer ao voluntário o plano de actividades mensal. \_\_\_\_\_

11. ¿Existe en la organización un Plan de fomento del voluntariado?

- Si  
 No X

11.1. ¿En qué consiste? \_\_\_\_\_

11.2. ¿Desde cuándo está? \_\_\_\_\_

#### Fomación del voluntariado

12. ¿Se realizan sesiones de formación a los nuevos voluntarios?

- Si  
 No X

12.1. ¿Cómo se estructuran? \_\_\_\_\_

12.2. ¿Qué contenidos y metodología utilizan? \_\_\_\_\_

13. ¿Se facilita al voluntariado toda la información sobre el ámbito de intervención de la organización?

- Siempre  
 Nunca

A veces  
 Solo la estrictamente necesaria  X  
14. ¿El desconocimiento de idiomas así como el de otras culturas dificulta la actuación del voluntariado con algunos sectores de población?

Si  
 No  
 A veces  X  
15. ¿Se tiene en cuenta los intereses del voluntariado en el ámbito en que les gustaría trabajar?

Si  
 No  
 Depende de las necesidades  X  
16. ¿Se evalúa la relación de la organización con los voluntarios?

Si  
 No  X  
16.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación?: \_\_\_\_\_

16.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan?: \_\_\_\_\_

17. Beneficios del trabajo de los voluntarios:

17.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

17.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

17.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

17.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

17.5. Otros: \_\_\_\_\_

18. Inconvenientes del trabajo del voluntario:

18.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

18.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

18.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

18.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

18.5. Otros: \_\_\_\_\_

Evaluación del voluntariado

19. ¿Se evalúan las tareas que llevan a cabo los voluntarios?

Si  
 No  X  
19.1. ¿Porque?\_Não, porque o voluntariado ainda é muito recente na nossa instituição.

19.2. En caso afirmativo, en general ¿Cómo se ha valorado?

Muy positivamente

- Bastante Positivamente
  - Positiivamente
  - Bastante Negativamente
  - Muy negativamente
- 19.3. ¿Cuáles piensa que han sido los motivos

- El desconocimiento de los objetivos
- La falta de formación en habilidades para conseguir los objetivos
- Las tareas asignadas no son las que más les gustan al voluntariado
- Falta de motivación por parte de la organización
- La forma de gestionar al voluntariado
- Los mecanismos existentes para solucionar los problemas con los que se encuentran el voluntariado al realizar sus tareas
- Otras. ¿Cuáles?

Retos y sugerencias

20. ¿Cuáles son los principales retos de la organización en materia de voluntariado?

- Mejorar la coordinación del voluntariado
  - Promover el conocimiento de objetivos de la organización.
  - Potenciar la formación
  - Potenciar el conocimiento de idiomas
  - Mejorar la distribución del tiempo medio dedicado por el voluntariado
  - Distribuir las tareas teniendo en cuenta los intereses del voluntariado X
  - Gestionar mejor los recursos X
  - Otras.
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_

20.1. ¿Qué cuestiones cambiarían? \_\_\_\_\_

20.2. ¿Qué cuestiones considerais externas a la organización? \_\_\_\_\_

20.3. ¿Qué cuestiones considerais internas? \_\_\_\_\_

21. Sugerencias:

\_\_\_\_\_

GUIÓN DE ENTREVISTA SEMI ESTRUCTURADA A LOS RESPONSABLES DE LAS ASOCIACIONES

(la pregunta 12 no es una pregunta cerrada, los parentesis sólo proporcionan una guía)

Datos de identificación

Ciudad: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_Provincia: \_S. João de Ver \_\_\_\_\_

País: Portugal \_\_\_\_\_Fecha: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nombre de la asociación: \_Sociedade de S. Vicente de Paulo

Objetivos: \_Prestar um serviço de qualidade, ajustado às exigências e necessidades de cada utente. \_\_\_\_\_

Ámbito de actuación

- Local  X
- Autonómico
- Nacional
- Internacional

Formación del entrevistado: Comerciante \_\_\_\_\_

Las organizaciones

1. Servicios de la asociación:

\_Apoio e ajuda aos doentes, toxicodependentes, terceira idade, e a situações de pobreza. \_\_\_\_

1.1 ¿Ha aumentado el número de usuarios desde 2004 al 2008?

\_Aumentou o triplo principalmente ao nível de apoio a situações de pobreza. \_\_\_\_\_

1.2 ¿Ha cambiado el perfil del usuario? ¿En qué? ¿Por qué? \_\_\_\_\_

2. ¿Hay algún responsable/ coordinador de los voluntarios?

- Si  X
- No

2.1. ¿Cuáles son sus funciones? Orientar e informar os voluntários das novas situações de pobreza e de necessidades. \_\_\_\_\_

3. ¿Se evalúa la relación de la organización con la sociedad civil?

- Si  X
- No

3.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación? Através de entrevistas e de conversas informais. \_\_\_\_\_

3.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan? Em primeiro lugar, para saber se o serviço prestado é de qualidade. E, se estamos a responder às necessidades das pessoas.

\_\_\_\_\_

4. ¿Se relacionan o coordinan con otras entidades de voluntariado que trabajan en éste ámbito?

- Si  
 No X

4.1. ¿Con cuáles? \_\_\_\_\_

#### El voluntariado

5. Breve descripción del perfil del voluntario ¿Ha cambiado estos últimos años? ¿En qué?

As pessoas já não veem o voluntariado como algo remunerado. \_\_\_\_\_

6. Número de voluntarios que participan: \_7\_\_\_\_\_

7. Horas dedicación aproximadas de los voluntarios: Mais de 10 horas por semana \_\_\_\_\_

8. Movilidad de los voluntarios: \_\_\_\_\_

9. Servicios y tareas de los voluntarios:

Orientação pessoal (conversas), e ajuda. \_\_\_\_\_

10. ¿Qué tipo de coordinación existe entre los voluntarios y el equipo técnico de la organización? São realizadas reuniões quinzenais. \_\_\_\_\_

10.1. ¿Cuáles son los espacios de encuentro y diálogo? \_\_\_\_\_

10.2. ¿Cómo funcionan? \_\_\_\_\_

11. ¿Existe en la organización un Plan de fomento del voluntariado?

- Si  
 No X

11.1. ¿En qué consiste? \_\_\_\_\_

11.2. ¿Desde cuándo está? \_\_\_\_\_

#### Fomación del voluntariado

12. ¿Se realizan sesiones de formación a los nuevos voluntarios?

- Si  
 No X

12.1. ¿Cómo se estructuran? \_\_\_\_\_

12.2. ¿Qué contenidos y metodología utilizan? \_\_\_\_\_

13. ¿Se facilita al voluntariado toda la información sobre el ámbito de intervención de la organización?

- Siempre X
- Nunca
- A veces
- Solo la estrictamente necesaria

14. ¿El desconocimiento de idiomas así como el de otras culturas dificulta la actuación del voluntariado con algunos sectores de población?

- Si
- No X
- A veces

15. ¿Se tiene en cuenta los intereses del voluntariado en el ámbito en que les gustaría trabajar?

- Si
- No
- Depende de las necesidades X

16. ¿Se evalúa la relación de la organización con los voluntarios?

- Si
- No X

16.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación? \_\_\_\_\_

16.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan? \_\_\_\_\_

17. Beneficios del trabajo de los voluntarios:

17.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

17.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

17.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

17.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

17.5. Otros: \_\_\_\_\_

18. Inconvenientes del trabajo del voluntario:

18.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

18.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

18.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

18.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

18.5. Otros: \_\_\_\_\_

Evaluación del voluntariado

19. ¿Se evalúan las tareas que llevan a cabo los voluntarios?

- Si
- No X

19.1. ¿Porque? \_\_\_\_\_

19.2. En caso afirmativo, en general ¿Cómo se ha valorado?

- Muy positivamente
  - Bastante Positivamente
  - Postiivamente
  - Bastante Negativamente
  - Muy negativamente
- 19.3. ¿Cuáles piensa que han sido los motivos
- El desconocimiento de los objetivos
  - La falta de formación en habilidades para conseguir los objetivos
  - Las tareas asignadas no son las que más les gustan al voluntariado
  - Falta de motivación por parte de la organización
  - La forma de gestionar al voluntariado
  - Los mecanismos existentes para solucionar los problemas con los que se encuentran el voluntariado al realizar sus tareas
  - Otras. ¿Cuáles?

#### Retos y sugerencias

20. ¿Cuáles son los principales retos de la organización en materia de voluntariado?

- Mejorar la coordinación del voluntariado
- Promover el conocimiento de objetivos de la organización.
- Potenciar la formación
- Potenciar el conocimiento de idiomas
- Mejorar la distribución del tiempo medio dedicado por el voluntariado
- Distribuir las tareas teniendo en cuenta los intereses del voluntariado
- Gestionar mejor los recursos
- Otras. ¿Cuáles? \_\_\_\_\_

20.1. ¿Qué cuestiones cambiarían? \_\_\_\_\_

20.2. ¿Qué cuestiones considerais externas a la organización? \_\_\_\_\_

20.3. ¿Qué cuestiones considerais internas? \_\_\_\_\_

21. Sugerencias: \_\_\_\_\_

GUIÓN DE ENTREVISTA SEMI ESTRUCTURADA A LOS RESPONSABLES DE LAS ASOCIACIONES

(la pregunta 12 no es una pregunta cerrada, los parentesis sólo proporcionan una guía)

Datos de identificación

Ciudad: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_Provincia: \_Sanguêdo \_\_\_\_\_

País: \_Portugal \_\_\_\_\_Fecha: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nombre de la asociación: \_Cruz Vermelha Portuguesa – Unidade de Socorro de Sanguêdo

Objetivos: \_Prestar ajuda em situações de socorro, ou outro.

Âmbito de actuación

- Local
- Autonómico
- Nacional X
- Internacional

Formación del entrevistado: Licenciatura em Enfermagem \_\_\_\_\_

Las organizaciones

1. Servicios de la asociación:

\_Apoio e ajuda aos doentes, toxicodependentes, terceira idade, e a situações de pobreza. \_\_\_\_

1.1 ¿Ha aumentado el número de usuarios desde 2004 al 2008? Tem vindo a aumentar.

1.2 ¿Ha cambiado el perfil del usuario? ¿En qué? ¿Por qué? \_\_\_\_\_

2. ¿Hay algún responsable/ coordinador de los voluntarios?

- Si X
- No

2.1. ¿Cuáles son sus funciones? Orientar e traçar um plano de actuação para as situações de emergência. \_\_\_\_\_

3. ¿Se evalúa la relación de la organización con la sociedad civil?

- Si
- No X

3.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación? \_\_\_\_\_

3.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan? \_\_\_\_\_

4. ¿Se relacionan o coordinan con otras entidades de voluntariado que trabajan en éste ámbito?

Si X

No

4.1. ¿Con cuáles?\_Banco alimentar contra a fome, com o mercado da solidariedade, com os dadores benévolos de sangue.

#### El voluntariado

5. Breve descripción del perfil del voluntario ¿Ha cambiado estos últimos años? ¿En qué? As pessoas ainda vêm o voluntario de uma forma não muito boa. \_\_\_\_\_

6. Número de voluntarios que participan: \_70 pessoas\_\_\_\_\_

7. Horas dedicación aproximadas de los voluntarios: Mais de 10 horas por semana \_\_\_\_\_

8. Movilidad de los voluntarios: são realizados turnos.\_\_\_\_\_

9. Servicios y tareas de los voluntarios: Ajuda.\_\_\_\_\_

10. ¿Qué tipo de coordinación existe entre los voluntarios y el equipo técnico de la organización? São realizadas reuniões quinzenais. \_\_\_\_\_

10.1. ¿Cuáles son los espacios de encuentro y diálogo? \_\_\_\_\_

10.2. ¿Cómo funcionan?\_\_\_\_\_

11. ¿Existe en la organización un Plan de fomento del voluntariado?

Si

No X

11.1.¿En qué consiste?\_\_\_\_\_

11.2.¿Desde cuándo está?\_\_\_\_\_

#### Fomación del voluntariado

12. ¿Se realizan sesiones de formación a los nuevos voluntarios?

Si

No X

12.1. ¿Cómo se estructuran?\_\_\_\_\_

12.2. ¿Qué contenidos y metodología utilizan?\_\_\_\_\_

13. ¿Se facilita al voluntariado toda la información sobre el ámbito de intervención de la organización?

Siempre X

Nunca

A veces

Solo la estrictamente necesaria

14. ¿El desconocimiento de idiomas así como el de otras culturas dificulta la actuación del voluntariado con algunos sectores de población?

Si X

No  
 A veces  
15. ¿Se tiene en cuenta los intereses del voluntariado en el ámbito en que les gustaría trabajar?

Si  
 No  
 Depende de las necesidades X  
16. ¿Se evalúa la relación de la organización con los voluntarios?

Si  
 No X  
16.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación?: \_\_\_\_\_

16.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan?: \_\_\_\_\_

17. Beneficios del trabajo de los voluntarios:

17.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

17.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

17.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

17.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

17.5. Otros: \_\_\_\_\_

18. Inconvenientes del trabajo del voluntario:

18.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

18.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

18.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

18.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

18.5. Otros: \_\_\_\_\_

#### Evaluación del voluntariado

19. ¿Se evalúan las tareas que llevan a cabo los voluntarios?

Si X  
 No  
19.1. ¿Porque? \_\_\_\_\_

19.2. En caso afirmativo, en general ¿Cómo se ha valorado?

Muy positivamente  
 Bastante Positivamente X  
 Positivamente  
 Bastante Negativamente  
 Muy negativamente

19.3. ¿Cuáles piensa que han sido los motivos

- El desconocimiento de los objetivos
- La falta de formación en habilidades para conseguir los objetivos
- Las tareas asignadas no son las que más les gustan al voluntariado
- Falta de motivación por parte de la organización
- La forma de gestionar al voluntariado
- Los mecanismos existentes para solucionar los problemas con los que se encuentran el voluntariado al realizar sus tareas
- Otras. ¿Cuáles?

#### Retos y sugerencias

20. ¿Cuáles son los principales retos de la organización en materia de voluntariado?

- Mejorar la coordinación del voluntariado
  - Promover el conocimiento de objetivos de la organización.
  - Potenciar la formación     X
  - Potenciar el conocimiento de idiomas     X
  - Mejorar la distribución del tiempo medio dedicado por el voluntariado
  - Distribuir las tareas teniendo en cuenta los intereses del voluntariado
  - Gestionar mejor los recursos
  - Otras. ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- 20.1. ¿Qué cuestiones cambiarían? \_\_\_\_\_
- 20.2. ¿Qué cuestiones considerais externas a la organización? \_\_\_\_\_
- 20.3. ¿Qué cuestiones considerais internas? \_\_\_\_\_

21. Sugerencias: \_\_\_\_\_

GUIÓN DE ENTREVISTA SEMI ESTRUCTURADA A LOS RESPONSABLES DE LAS ASOCIACIONES

(la pregunta 12 no es una pregunta cerrada, los parentesis sólo proporcionan una guía)

Datos de identificación

Ciudad: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_Provincia: \_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

País: Portugal\_\_\_\_\_Fecha: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nombre de la asociación: Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira.

Objetivos: O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; \_\_\_\_\_

Ámbito de actuación

- Local
- Autonómico
- Nacional X
- Internacional

Formación del entrevistado: Engenheiro Mecânico \_\_\_\_\_

Las organizaciones

1. Servicios de la asociación: Apoio e ajuda à população em geral. \_\_\_

1.1 ¿Ha aumentado el número de usuarios desde 2004 al 2008? Aumentou. \_\_\_\_\_

1.2 ¿Ha cambiado el perfil del usuario? ¿En qué? ¿Por qué? \_\_\_\_\_

2. ¿Hay algún responsable/ coordinador de los voluntarios?

- Si X
- No

2.1. ¿Cuáles son sus funciones? Orientar e informar os voluntários \_\_\_\_\_

3. ¿Se evalúa la relación de la organización con la sociedad civil?

- Si
- No X

3.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación? \_\_\_\_\_

3.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan? \_\_\_\_\_

4. ¿Se relacionan o coordinan con otras entidades de voluntariado que trabajan en éste ámbito?

- Si X

0 No

4.1. ¿Con cuáles? Com o Banco Alimentar, com os dadores benévolos de sangue. \_\_\_\_

#### El voluntariado

5. Breve descripción del perfil del voluntario ¿Ha cambiado estos últimos años? ¿En qué?

A população até reconhece o trabalho do bombeiro, mas só se lembra dele, quando precisa. \_\_\_\_\_

6. Número de voluntarios que participan: 107 \_\_\_\_\_

7. Horas dedicación aproximadas de los voluntarios: Mais de 10 horas por semana \_\_\_\_\_

8. Movilidad de los voluntarios: \_\_\_\_\_

9. Servicios y tareas de los voluntarios: Ajuda. \_\_\_\_\_

10. ¿Qué tipo de coordinación existe entre los voluntarios y el equipo técnico de la organización? São realizadas reuniões quinzenais. \_\_\_\_\_

10.1. ¿Cuáles son los espacios de encuentro y diálogo? Na sala de reuniões. \_\_\_\_\_

10.2. ¿Cómo funcionan? são traçadas estratégias para termos sucesso nas várias situações. \_\_\_\_\_

11. ¿Existe en la organización un Plan de fomento del voluntariado?

0 Si

0 No X

11.1. ¿En qué consiste? \_\_\_\_\_

11.2. ¿Desde cuándo está? \_\_\_\_\_

#### Fomación del voluntariado

12. ¿Se realizan sesiones de formación a los nuevos voluntarios?

0 Si X

0 No

12.1. ¿Cómo se estructuran? \_As sessões de formação estão divididas em duas partes, a parte teórica, e a parte prática, em que são colocados em situações hipotéticas de socorro. \_\_\_\_\_

12.2. ¿Qué contenidos y metodología utilizan? \_Primeiros socorros e procedimentos de emergência, suporte básico de vida. \_\_\_\_\_

13. ¿Se facilita al voluntariado toda la información sobre el ámbito de intervención de la organización?

0 Siempre X

0 Nunca

0 A veces

0 Solo la estrictamente necesaria

14. ¿El desconocimiento de idiomas así como el de otras culturas dificulta la actuación del voluntariado con algunos sectores de población?

- Si X
- No
- A veces

15. ¿Se tiene en cuenta los intereses del voluntariado en el ámbito en que les gustaría trabajar?

- Si
- No
- Depende de las necesidades X

16. ¿Se evalúa la relación de la organización con los voluntarios?

- Si X
- No

16.1. ¿Cómo se realiza esa evaluación?: \_através de un inquérito. \_\_\_\_\_

16.2. ¿Qué conclusiones se extraen y como se operativizan?: A qualidade dos recursos; a motivação dos voluntários. \_\_\_\_\_

17. Beneficios del trabajo de los voluntarios:

17.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

17.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

17.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

17.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

17.5. Otros: \_\_\_\_\_

18. Inconvenientes del trabajo del voluntario:

18.1. Para el propio voluntario \_\_\_\_\_

18.2. Para el usuario del servicio \_\_\_\_\_

18.3. Para la asociación \_\_\_\_\_

18.4. Para la sociedad \_\_\_\_\_

18.5. Otros: \_\_\_\_\_

Evaluación del voluntariado

19. ¿Se evalúan las tareas que llevan a cabo los voluntarios?

- Si X
- No

19.1. ¿Porque? \_\_\_\_\_

19.2. En caso afirmativo, en general ¿Cómo se ha valorado?

- Muy positivamente

- Bastante Positivamente X
  - Positiivamente
  - Bastante Negativamente
  - Muy negativamente
- 19.3. ¿Cuáles piensa que han sido los motivos
- El desconocimiento de los objetivos
  - La falta de formación en habilidades para conseguir los objetivos
  - Las tareas asignadas no son las que más les gustan al voluntariado
  - Falta de motivación por parte de la organización
  - La forma de gestionar al voluntariado
  - Los mecanismos existentes para solucionar los problemas con los que se encuentran el voluntariado al realizar sus tareas
  - Otras. ¿Cuáles?

#### Retos y sugerencias

20. ¿Cuáles son los principales retos de la organización en materia de voluntariado?

- Mejorar la coordinación del voluntariado
  - Promover el conocimiento de objetivos de la organización.
  - Potenciar la formación X
  - Potenciar el conocimiento de idiomas
  - Mejorar la distribución del tiempo medio dedicado por el voluntariado
  - Distribuir las tareas teniendo en cuenta los intereses del voluntariado
  - Gestionar mejor los recursos
  - Otras. ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- 20.1. ¿Qué cuestiones cambiarían? \_\_\_\_\_

20.2. ¿Qué cuestiones considerais externas a la organización? \_\_\_\_\_

20.3. ¿Qué cuestiones considerais internas? \_\_\_\_\_

21. Sugerencias: \_\_\_\_\_

## Entrevistas aos Voluntários das Associações

Universidades participantes



Universidad de Murcia

Universidad de Zaragoza

Universidad de Roma III

Universidad de Lusófona

Nº CUESTIONARIO:

CÓDIGO LUGAR DE PROCENDENCIA:

1. Sexo:

Hombre X

Mujer

2. Idade / Edad:

16-23

24-31

32-39

40-47 X

48-55

+55

3. Estado civil:

Casado/a X

União de facto / Pareja de hecho

Divorciado/a

Separado/a

Viúvo/a / Viudo/a

Mãe solteira / Madre soltera

Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: São João de Ver\_\_\_\_\_

5. Provincia: São João de Ver\_\_\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

Sem estudos / Sin estudios

Primarios

Secundarios X

Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

Postgrado y Master ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

Doctorado ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

Si X

No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Através de um colega que também é voluntário, vi e gostei da experiência.\_\_\_\_\_

10. Ciudad habitual de trabajo: Rio Meão \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: Santa Maria da Feira

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira \_

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_\_15 anos\_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h X

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos
- Voluntariado social enfermos
- Voluntariado social infancia
- Voluntariado social reclusos
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico X
- Voluntariado cultural X
- Voluntariado ambiental X
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_
- 

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	25%
Organización	25%
Formación	15%
Difusión e información	10%
Atención directa	25%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles): X
- Otras (Cuáles): \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

O trabalho de grupo é a dinâmica mais utilizada.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10 X
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación?\_Um colega. \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación? Sim, sim, a formação foi oferecida pela instituição.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

\_1- Motivação \_\_\_\_\_

\_2- Companheirismo \_\_\_\_\_

\_3-Satisfação Pessoal \_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?: \_\_\_\_\_

Sim, é muito importante termos formação contínua e permanente.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Curso de Enfermagem.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

Realización de la tarea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Recursos con los que cuenta _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados X
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo X
- Negativo
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

Há uma determinada organização que temos de cumprir. Temos espaços de reuniões, que são quinzenais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? A través de reuniões quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

O que sugería neste momento é sem dúvida mais meios.

Quanto ao reconhecimento que as pessoas nos dão, para mim não é importante.

1. Sexo:

- Hombre X
- Mujer

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47 X
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Santa Maria da Feira\_

5. Provincia: Santa Maria da Feira\_\_

6. País: Portugal

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios X
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?\_Porque o meu pai também é voluntário

10. Ciudad habitual de trabajo: \_Santa Maria da Feira \_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_\_\_Santa Maria da Feira

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

\_\_\_Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_\_\_26 anos \_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h X

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos
- Voluntariado social enfermos
- Voluntariado social infancia
- Voluntariado social reclusos
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico X
- Voluntariado cultural X
- Voluntariado ambiental X
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	25%
Organización	25%
Formación	15%
Difusión e información	10%
Atención directa	25%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles): Socorrismo \_\_\_\_\_
- Otras (Cuáles): \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

\_\_\_O trabalho em equipa.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10 X
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación? \_\_\_O meu Pai.

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

\_\_Sim, sim, a formação foi oferecida pela instituição.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

\_\_1- Interesse\_\_\_\_\_

\_2- Boa relação com a equipa. \_\_\_\_\_

\_3-Satisfação Pessoal\_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

\_Sim, é muito importante termos formação contínua para podernos estar a par das mudanças.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Acompanhamento psicológico.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Mucho						Nada
Realización de la tarea_____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX
Recursos con los que cuenta_____	ð	ð	ð	ð	ðX	ð	ð
Calidad de los recursos _____	ð	ð	ð	ð	ð X	ð	ð
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ðX	ð
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ðX	ð	ð	ð
Relaciones con otros profesionales____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
  - La gratificación personal X
  - La participación social X
  - La ayuda a los demás X
  - Otros
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados X
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo X
- Negativo
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

\_\_\_ Há uma determinada organização que temos de cumprir. Temos espaços de reuniões, que são quinzenais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

\_Através de reuniões quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

\_\_\_O que sugería neste momento mais meios.

1. Sexo:

- Hombre X
- Mujer

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55 X
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Santa Maria da Feira\_\_\_\_

5. Provincia: Santa Maria da Feira\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios X
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?\_Porque o meu pai também é Bombeiro.\_\_\_\_\_

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_Santa Maria da Feira

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_\_\_Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

\_\_\_Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_\_40 anos \_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h X

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos
- Voluntariado social enfermos
- Voluntariado social infancia
- Voluntariado social reclusos
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico X
- Voluntariado cultural X
- Voluntariado ambiental X
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	25%
Organización	25%
Formación	15%
Difusión e información	10%
Atención directa	25%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
  - Orientación personal
  - Entretenimiento (cine, teatro...)
  - Trabajos manuales y artísticos
  - Tareas educativas
  - Reparto de ayudas (Cuáles): X
  - Otras (Cuáles):
- 

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

O trabalho em equipa e conversas.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10 X
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación?\_O meu Pai.

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

\_\_\_Sim, sim, a formação foi oferecida pela instituição. Mas, tenho pouca formação.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Estar sempre pronto \_\_\_\_\_

2- Boa relação com a equipa. \_\_\_\_\_

3-Satisfação Pessoal \_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, é muito importante termos formação contínua, apesar de eu ter pouca, é importante, para podermos estar a par das mudanças.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Mais formação a nível de primeiros socorros

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho	
Realización de la tarea_____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX
Recursos con los que cuenta_____	ð	ð	ð	ð	ðX	ð	ð
Calidad de los recursos _____	ð	ð	ð	ð	ð X	ð	ð
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ðX	ð	ð	ð
Relaciones con otros profesionales____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros ¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados X
- Otras ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Temos espaços de reuniões, que são quinzenais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Através de reuniões quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

O que sugería neste momento seriam mais meios.

1. Sexo:

- Hombre X
- Mujer

2. Edad:

- 16-23 X
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Vila Nova de Gaia \_\_\_\_\_

5. Provincia: Fiães \_\_\_\_\_

6. País: Portugal \_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo)
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em Enfermagem \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?\_Gosto pela área da saúde, e de poder ajudar a sociedade. \_\_\_\_\_

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_Sanguêdo

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Cruz Vermelha Portuguesa – Unidade de Socorro de Sanguêdo \_\_\_\_

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : 6 anos \_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si X
- No

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: Argoncilhe \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: Grupo Musical Estrela de Argoncilhe

Tiempo: \_9 anos \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas
- 11-16 horas
- 17-21 horas X
- >21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos X
- Voluntariado social enfermos X
- Voluntariado social infancia X
- Voluntariado social reclusos X
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico
- Voluntariado cultural
- Voluntariado ambiental
- Voluntariado de cooperación internacional X
- Voluntariado e inmigración

- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	50%
Formación	10%
Difusión e información	20%
Atención directa	10%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
  - Orientación personal
  - Entretenimiento (cine, teatro...)
  - Trabajos manuales y artísticos
  - Tareas educativas
  - Reparto de ayudas (Cuáles):
  - Otras (Cuáles):
- 

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho de grupo e Formação.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece:      70 pessoas                     

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública X
- Privada

¿Quién ha impartido dicha formación? Um amigo, internet. \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Sim, a nível de socorro alguma, outra foi investida. \_\_\_\_\_

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Espírito de União.

2- Amizade

3- Auto-busca do saber

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué

Sim, também porque o socorro é uma área específica da saúde, e que este país tem muitas falhas.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Formação a nível de língua gestual, psicología, ter uma visão holística da pessoa em si.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho	
Realización de la tarea_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta_____	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social
- La ayuda a los demás X
- Otros ¿Cuáles?\_o aumento da saber na área da saúde

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social X
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa X
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?\_\_

Utilização de uma hierarquia militar.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?\_\_\_\_\_

Organização através de plataformas. Há reuniões mensais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Maior empenhamento por parte do Estado Português de forma a facilitar recursos (formação, e a nível monetário). Promover acções de sensibilização e formação para a população em geral.

1. Sexo:

- Hombre
- Mujer X

2. Edad:

- 16-23 X
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Nogueira da Regedoura \_\_\_\_\_

5. Provincia: Nogueira da Regedoura \_\_\_\_\_

6. País: Portugal \_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo)  
¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em  
Enfermagem \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master  
¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado  
¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Enriquecimento pessoal, e o facto de estar envolto na área da saúde, ter formação extra. \_\_\_\_\_

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado:  
\_Sanguêdo\_\_\_\_\_

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Cruz Vermelha Portuguesa – Unidade de Socorro de Sanguêdo

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : 1 anos \_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_ \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas X
- 5-10 horas
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos X
- Voluntariado social enfermos X
- Voluntariado social infancia X
- Voluntariado social reclusos X
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico
- Voluntariado cultural
- Voluntariado ambiental
- Voluntariado de cooperación internacional X
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	50%
Formación	10%
Difusión e información	20%
Atención directa	10%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
  - Orientación personal
  - Entretenimiento (cine, teatro...)
  - Trabajos manuales y artísticos
  - Tareas educativas
  - Reparto de ayudas (Cuáles):
  - Otras (Cuáles):
- 

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho de grupo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece:      70 pessoas                     

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública X
- Privada

¿Quien ha impartido dicha formación? Colega da Instituição.

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Sim, sim.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

- 1- Espírito de Equipa
- 2- Formação
- 3- Implementação de algumas regras.

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?: \_\_\_\_\_

Sim, também porque todos os dias surgem situações novas, é necessário formação para cimentar os conhecimentos que temos.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Suporte avançado de vida; Aperfeiçoamento de trauma e catástrofe;

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada			Mucho			
Realización de la tarea_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros ¿Cuáles?\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social X
  - Más recursos desde las administraciones X
  - Más oferta formativa X
  - Más participación social
  - Más campañas de sensibilización
  - Más difusión en centros educativos
  - Más comunicación entre agentes implicados
  - Otras
- ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Temos turnos rotativos, mais ou menos espaçados. Há reuniões mensais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

Há reuniões mensais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais formação; Maiores ajudas, maior participação; Divulgação do trabalho do socorrista; mais recursos estruturais; \_\_\_\_\_

1. Sexo:

- Hombre
- Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31 X
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: África do Sul\_\_\_\_\_

5. Provincia: Joanesburgo\_\_\_\_\_

6. País: África do Sul\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em Enfermagem\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ajudar os que precisam.

10. Ciudad habitual de trabajo: Rio Meão \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: Rio Meão

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Associação Dadores Benévolos de Sangue de Santa Maria da Feira

13. Número de personas a su cargo: \_ \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_11 anos \_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas X
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos X
- Voluntariado social enfermos X
- Voluntariado social infancia X
- Voluntariado social reclusos X
- Voluntariado social toxicómanos X
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza X
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico
- Voluntariado cultural
- Voluntariado ambiental
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
---------	-----

Organización	10%
Formación	5%
Difusión e información	20%
Atención directa	55%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo X
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles):

X \_\_\_\_\_

- Otras (Cuáles):

\_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho em grupo, diálogo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10 X
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación?\_ \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Sim, Sim.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Ayudar o próximo.

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, también é importante haver formação para podernos clarificar algumas ideias erradas acerca da dádiva de sangue.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Acompanhamento Psicológico.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho		
Realización de la tarea_____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð	X
Recursos con los que cuenta_____	ð	ð	ð	ð	ð	X	ð	ð
Calidad de los recursos _____	ð	ð		ð	ð	X	ð	ð
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð	X
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð	X
Relaciones con otros profesionales____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð	X

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
  - La gratificación personal X
  - La participación social X
  - La ayuda a los demás X
  - Otros
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa X
- Más participación social X
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo X
- Negativo
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?\_

Apenas há reuniões quando é feita uma recolha.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Através de reuniões quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais formação e informação no sentido de combater o "senso comum".

1. Sexo:

- Hombre X
- Mujer

2. Edad:

- 16-23
- 24-31 X
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Rio Meão\_\_\_\_\_

5. Provincia: Rio Meão\_\_\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em Medicina\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ajudar os que mais precisam.

10. Ciudad habitual de trabajo: Rio Meão \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: Rio Meão

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Associação Benévola de Dadores de Sangue

13. Número de personas a su cargo: \_ \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_10 anos \_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

Si

No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

<5 horas

5-10 horas X

11-16 horas

17-21 horas

>21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

Voluntariado social disminuidos X

Voluntariado social enfermos X

Voluntariado social infancia X

Voluntariado social reclusos X

Voluntariado social toxicómanos X

Voluntariado social tercera edad X

Voluntariado social pobreza X

Voluntariado social tercer mundo

Voluntariado social cuarto mundo

Voluntariado cívico

Voluntariado cultural

Voluntariado ambiental

Voluntariado de cooperación internacional

Voluntariado e inmigración

Voluntariado en alfabetización

Otros ¿Cuáles?: Solidariedade Humana \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	10%
Formación	5%
Difusión e información	20%
Atención directa	55%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo X
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles):
- X \_\_\_\_\_
- Otras (Cuáles):
- \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Diálogo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10 X
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación? \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Sim, Sim.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Entrega.

2-Relações interpessoais

3- Diálogo

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, também é importante haver formação para podermos clarificar algumas ideias erradas acerca da dádiva de sangue.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

O acompanhamento Psicológico talvez será o mais importante, para podermos intervir ao nível das ideias erróneas.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada						Mucho	
Realización de la tarea_____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX	
Recursos con los que cuenta_____	ð	ð	ð	ð	ð	X	ð	
Calidad de los recursos _____	ð	ð		ð	ð	X	ð	
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX	
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX	
Relaciones con otros profesionales____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX	

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X

- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa X
- Más participación social X
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Há reuniões.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Através de reuniões quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais formação e informação para a comunidade em geral.

1. Sexo:

- Hombre
- Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: \_Santa Maria da Feira\_

5. Provincia: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

6. País: \_Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_Bacharelato em Ensino Básico \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo)
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ser útil à sociedade, e a esta faixa etária em particular.

10. Ciudad habitual de trabajo: \_Lourosa\_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado:  Santa Maria da Feira

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Lar São Nicolau – Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira.

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? :  Dias

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si
- No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas X
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos
- Voluntariado social enfermos
- Voluntariado social infancia
- Voluntariado social reclusos
- Voluntariado social toxicómanos
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico
- Voluntariado cultural
- Voluntariado ambiental
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	20%
Formación	10%
Difusión e información	5%
Atención directa	55%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales X
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal X
- Entretenimiento (cine, teatro...) X
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles):

\_\_\_\_\_

Otras (Cuáles):

\_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabajo de grupo, conversas e dinámicas de grupo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20 X
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada      Semi-privada

¿Quien ha impartido dicha formación? Por iniciativa propia. \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Não, não. \_\_\_\_\_

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Diálogo (saber falar com os idosos)

2 - Animação \_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, acho muito importante, pois não acho que a experiência de vida nos ensine.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Formação musical;

Formação de cabeleireiro. \_

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada						Mucho
Realización de la tarea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Recursos con los que cuenta _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Calidad de los recursos _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Relaciones con otros profesionales _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal      X
- La participación social      X
- La ayuda a los demás      X

Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social    X
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa
- Más participación social    X
- Más campañas de sensibilización
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados    X
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo
- Regular    X
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Há mútuo acordo, não há reuniões.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Através de reuniões quinzenais. Sim.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais abertura e diálogo entre todos, pois é sempre necessário.

1. Sexo:

- Homen / Hombre X
- Mulher / Mujer

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: \_Santa Maria da Feira

5. Provincia: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

6. País: \_Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios X
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_ \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo)
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ajudar quem mais precisa.

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_
11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_\_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_
12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:  
Lar São Nicolau – Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira. \_\_\_\_\_
13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_
14. ¿Años de experiencia como voluntario? : 30 anos\_\_\_\_\_
15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?
- Si X
  - No
16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?
- Lugar: \_\_São João de Ver \_\_\_\_\_
- Nombre de la Asociación: \_\_Centro de Solidariedade Social – Abrigo
- Tiempo: \_\_10 anos \_\_\_\_\_
17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado
- <5 horas X
  - 5-10 horas X
  - 11-16 horas
  - 17-21 horas
  - >21 h
18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario
- Voluntariado social disminuidos
  - Voluntariado social enfermos
  - Voluntariado social infancia
  - Voluntariado social reclusos
  - Voluntariado social toxicómanos
  - Voluntariado social tercera edad X
  - Voluntariado social pobreza
  - Voluntariado social tercer mundo
  - Voluntariado social cuarto mundo
  - Voluntariado cívico
  - Voluntariado cultural
  - Voluntariado ambiental
  - Voluntariado de cooperación internacional
  - Voluntariado e inmigración
  - Voluntariado en alfabetización
  - Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	20%
Formación	10%
Difusión e información	10%
Atención directa	50%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales X
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...) X
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles):

\_\_\_\_\_

Otras (Cuáles):

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Dinâmicas musicais, conversas.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece:    —

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30 X
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70

o >70

25. Su formación como voluntario es:

o Pública

o Privada      Semi- privada

¿Quién ha impartido dicha formación? O pároco da freguesia

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Não, não. \_\_\_\_\_

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1-Diálogo\_\_\_\_\_

2- Afecto\_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, sim, porque é fundamental para saber lidar com as pessoas idosas.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Formação musical.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho	
Realización de la tarea_____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Recursos con los que cuenta_____	ð	ðX	ð	ð	ð	ð	ð
Calidad de los recursos _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ð X
Horas que emplea _____	ð	ð	ð	ðX	ð	ð	ð
Actividades que desarrolla _____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX
Relaciones con otros profesionales____	ð	ð	ð	ð	ð	ð	ðX

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

o El reconocimiento social      X

- La gratificación personal X
- La participación social
- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social X
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa X
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo
- Regular X
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

Não tenho conhecimento, trabalho totalmente isolado. \_

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Há espaços de reuniões, mas não há coordenação comigo, porque o meu trabalho é individual.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais esclarecimento para a sociedade, para banir a ideia comum de que o voluntário é remunerado.

1. Sexo:

- Homen / Hombre
- Mulher / Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55 X
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: \_Santa Maria da Feira

5. Provincia: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

6. País: \_Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios X
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_ \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo)
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?\_Porque gosto de dar um pouco de mim aos idosos.

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

\_Lar São Nicolau – Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_5 anos\_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

- Si X
- No

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_São João da Madeira\_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_S. Vicente de Paulo\_\_\_\_\_

Tiempo: \_\_\_5 anos \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

- <5 horas
- 5-10 horas X
- 11-16 horas
- 17-21 horas
- >21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

- Voluntariado social disminuidos
- Voluntariado social enfermos
- Voluntariado social infancia
- Voluntariado social reclusos
- Voluntariado social toxicómanos
- Voluntariado social tercera edad X
- Voluntariado social pobreza
- Voluntariado social tercer mundo
- Voluntariado social cuarto mundo
- Voluntariado cívico
- Voluntariado cultural

- Voluntariado ambiental
- Voluntariado de cooperación internacional
- Voluntariado e inmigración
- Voluntariado en alfabetización
- Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	20%
Formación	10%
Difusión e información	10%
Atención directa	50%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales X
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal X
- Entretenimiento (cine, teatro...) X
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles): \_\_\_\_\_
- Otras (Cuáles): \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

\_Conversas.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: 9 pessoas \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30 X
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada       Semi-privada

¿Quién ha impartido dicha formación? \_\_Amiga. \_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Não, não. \_\_\_\_\_

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Dádiva \_\_\_\_\_

2- Afecto \_\_\_\_\_

3- Amizade \_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?:

\_\_Sim, sim, porque é fundamental ter um conhecimento mais pormenorizado para poder dar resposta ás necessidades.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Geriatría

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho	
Realización de la tarea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/> X	<input type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social X
- La gratificación personal X
- La participación social
- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social X
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa X
- Más participación social X
- Más campañas de sensibilización
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo
- Regular
- Positivo X
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

\_De vez en cuando reunimos e falamos sobre vários aspectos. Há espaço de reuniões.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

\_Há espaços de reuniões, quinzenais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Ter mais actividades, mais oferta formativa e campanhas de sensibilização.

1. Sexo:

- Homen / Hombre
- Mulher / Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

3. Estado civil:

- Casado/a X
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: \_Santa Maria da Feira

5. Provincia: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

6. País: \_Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios X
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles?\_ \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo)
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si
- No X

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?\_Gosto pelo trabalho com pessoas idosas.

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_
11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_
12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:  
Lar São Nicolau – Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria da Feira. \_\_\_\_\_
13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_
14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_10 anos\_\_\_\_\_
15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?
- Si X
  - No
16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?
- Lugar: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_
- Nombre de la Asociación: \_\_Acção Católica\_\_\_\_\_
- Tiempo: \_\_10 anos \_\_\_\_\_
17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado
- <5 horas X
  - 5-10 horas
  - 11-16 horas
  - 17-21 horas
  - >21 h
18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario
- Voluntariado social disminuidos
  - Voluntariado social enfermos
  - Voluntariado social infancia
  - Voluntariado social reclusos
  - Voluntariado social toxicómanos
  - Voluntariado social tercera edad X
  - Voluntariado social pobreza
  - Voluntariado social tercer mundo
  - Voluntariado social cuarto mundo
  - Voluntariado cívico
  - Voluntariado cultural
  - Voluntariado ambiental
  - Voluntariado de cooperación internacional
  - Voluntariado e inmigración
  - Voluntariado en alfabetización
  - Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	10%
Formación	10%
Difusión e información	10%
Atención directa	60%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
  - Orientación personal
  - Entretenimiento (cine, teatro...)
  - Trabajos manuales y artísticos
  - Tareas educativas
  - Reparto de ayudas (Cuáles): \_Diálogo e Afectos.
  - Otras (Cuáles):
- 

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

\_Conversas e trabalho em grupo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: \_9 pessoas \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada       Semi-privada

¿Quién ha impartido dicha formación?

26. ¿Tiene formación específica? ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Sim. Não, não a ofereceu.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Atendimento ao público. \_\_\_\_\_

2- Relações interpessoais. \_\_\_\_\_

3- Gestão de conflitos. \_\_\_\_\_

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, na nossa vida e em todos os aspectos ( a nível pessoal, social...).

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Cursos ligados á área da Geriatria.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada			Mucho			
Realización de la tarea_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social      X
- La gratificación personal      X

- La participación social
- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles? \_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa X
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados X
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo
- Regular
- Positivo X
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Temos datas estipuladas para o desenvolvimento do voluntariado. Sim, há espaços de reuniões.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

\_Há espaços de reuniões.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Maior formação dos voluntários; Maior divulgação; Mais meios para o acolhimento dos voluntarios e desenvolvimento das suas tarefas/funções.

1. Sexo:

- Homen / Hombre
- Mulher / Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Rio Meão\_\_\_\_\_

5. Provincia: Rio Meão\_\_\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios X
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? Bacharelato em Teologia  
\_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo)  
¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master  
¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado  
¿Cuáles?\_\_\_\_\_

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario?Os outros precisam de ser ajudados material e psicológicamente.

10. Ciudad habitual de trabajo: Rio Meão \_\_\_\_\_
11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: Rio Meão
12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:  
Sociedade de S. Vicente Paulo \_\_\_\_\_
13. Número de personas a su cargo: \_ \_\_\_\_\_
14. ¿Años de experiencia como voluntario? : \_43 años \_\_\_\_\_
15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?
- Si X
  - No
16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?
- Lugar: Ermesinde \_\_\_\_\_
- Nombre de la Asociación: Instituto do Bom Pastor \_\_\_\_\_
- Tiempo: 9 años \_\_\_\_\_
17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado
- <5 horas
  - 5-10 horas X
  - 11-16 horas
  - 17-21 horas
  - >21 h
18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario
- Voluntariado social disminuidos X
  - Voluntariado social enfermos X
  - Voluntariado social infancia X
  - Voluntariado social reclusos
  - Voluntariado social toxicómanos X
  - Voluntariado social tercera edad X
  - Voluntariado social pobreza X
  - Voluntariado social tercer mundo
  - Voluntariado social cuarto mundo
  - Voluntariado cívico
  - Voluntariado cultural
  - Voluntariado ambiental
  - Voluntariado de cooperación internacional
  - Voluntariado e inmigración
  - Voluntariado en alfabetización
  - Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_
19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	10%
Formación	5%
Difusión e información	20%
Atención directa	55%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales X
- Sesiones colectivas X

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo X
- Orientación personal X
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas X
- Reparto de ayudas (Cuáles): X \_\_\_\_\_
- Otras (Cuáles): \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho em grupo, dinámicas.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: 320 pessoas \_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10 X
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada X

¿Quién ha impartido dicha formación?\_opção voluntária. \_\_\_\_\_

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación? Sim, Sim.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Ayudar o próximo.

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, también porque a evolução do mundo, sem a formação ficamos parados.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Psicología e antropología.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada					Mucho		
Realización de la tarea_____	o	o	o	o	o	o	o	X
Recursos con los que cuenta_____	o	o	o	o	o	X	o	o
Calidad de los recursos _____	o	o		o	o	X	o	o
Horas que emplea _____	o	o	o	o	o	o	o	X
Actividades que desarrolla _____	o	o	o	o	o	o	o	X
Relaciones con otros profesionales____	o	o	o	o	o	o	o	X

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros

¿Cuáles?\_\_\_\_\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones
- Más oferta formativa X
- Más participación social X
- Más campañas de sensibilización
- Más difusión en centros educativos

Más comunicación entre agentes implicados X

Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

Muy Negativo X

Negativo

Regular

Positivo

Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?\_\_Através de reuniões.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Não há propriamente uma equipa técnica. \_\_\_\_\_

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais formação, e se houvesse mais reconhecimento social, os voluntários teriam mais motivação.

1. Sexo:

- Homen / Hombre
- Mulher / Mujer X

2. Idade / Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Rio meão \_\_\_\_\_

5. Provincia: Rio Meão\_\_\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo)
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em Educação Social\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros\_\_\_\_\_
- 

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ajuda. \_

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Mercado da Solidariedade – Banco Alimentar Contra a Fome \_\_\_\_\_

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : 3 anos \_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

Si

No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_ \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

<5 horas X

5-10 horas

11-16 horas

17-21 horas

>21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

Voluntariado social disminuidos X

Voluntariado social enfermos X

Voluntariado social infancia X

Voluntariado social reclusos X

Voluntariado social toxicómanos X

Voluntariado social tercera edad X

Voluntariado social pobreza X

Voluntariado social tercer mundo

Voluntariado social cuarto mundo

Voluntariado cívico

Voluntariado cultural

Voluntariado ambiental

Voluntariado de cooperación internacional X

Voluntariado e inmigración

Voluntariado en alfabetización

Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	50%
Formación	10%
Difusión e información	20%
Atención directa	10%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
- Orientación personal
- Entretenimiento (cine, teatro...)
- Trabajos manuales y artísticos
- Tareas educativas
- Reparto de ayudas (Cuáles):
- Otras (Cuáles): \_\_\_\_\_

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho de grupo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: 40 pessoas \_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada

¿Quién ha impartido dicha formación? A própria Instituição.

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Não, não.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Espírito de Equipa 2- Formação 3- Ajuda.

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?

Sim, também porque todos os dias surgem novas situaçoes de pobreza, é necessário formação.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Orientação parental; Formação ao nivel do sobreendividamento das famílias; gestão económica e doméstica.

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

	1	2	3	4	5	6	
	Nada					Mucho	
Realización de la tarea_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros ¿Cuáles?\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X
- Más oferta formativa X
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X

- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Há reuniões mensais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos?

Há reuniões mensais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Maior Participação.

---

1. Sexo:

- Hombre X
- Mujer

2. Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39 X
- 40-47
- 48-55
- +55

3. Estado civil:

- Casado/a
- União de facto / Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viúvo/a / Viudo/a
- Mãe solteira / Madre soltera
- Solteiro/a / Soltero/a X

4. Lugar de nascimento / Lugar de nacimiento: Santa Maria Da Feira \_\_\_\_

5. Provincia: Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

6. País: Portugal\_\_\_\_\_

7. Especifique o nível de estudos / nivel de estudios:

- Sem estudos / Sin estudios
- Primarios
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo)
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles?\_Licenciatura em Psicologia\_\_\_\_\_
- Postgrado y Master
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Doctorado
- ¿Cuáles?\_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_ -
- 

8. Además de ser voluntario, ¿está trabajando actualmente?

- Si X
- No

9. ¿Qué motivaciones le han llevado a ser voluntario? Ajudar o próximo

10. Ciudad habitual de trabajo: \_\_\_\_\_

11. Indique ciudad donde desarrolla su tarea de voluntariado: \_Santa Maria da Feira\_\_\_\_\_

12. Nombre de la asociación donde trabaja como voluntario:

Mercado da Solidariedade – Banco Alimentar Contra a Fome \_\_\_\_\_

13. Número de personas a su cargo: \_\_\_\_\_

14. ¿Años de experiencia como voluntario? : 7 anos \_\_\_\_\_

15. ¿Ha realizado tareas de voluntariado en otras asociaciones?

Si

No X

16. En caso afirmativo, ¿Cuáles?

Lugar: \_\_\_\_\_

Nombre de la Asociación: \_\_\_\_\_

Tiempo: \_ \_\_\_\_\_

17. Tiempo de dedicación semanal al voluntariado

<5 horas

5-10 horas

11-16 horas X

17-21 horas

>21 h

18. Señale los diversos ámbitos sociales en los que desarrolla su tarea como voluntario

Voluntariado social disminuidos X

Voluntariado social enfermos X

Voluntariado social infancia X

Voluntariado social reclusos X

Voluntariado social toxicómanos X

Voluntariado social tercera edad X

Voluntariado social pobreza X

Voluntariado social tercer mundo

Voluntariado social cuarto mundo

Voluntariado cívico

Voluntariado cultural

Voluntariado ambiental

Voluntariado de cooperación internacional X

Voluntariado e inmigración

Voluntariado en alfabetización

Otros ¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

19. Como voluntario su tiempo se distribuye porcentualmente de la siguiente manera

Gestión	10%
Organización	50%
Formación	10%
Difusión e información	20%
Atención directa	10%
TOTAL	100%

20. Sus tareas de voluntario se desarrollan fundamentalmente en:

- Sesiones individuales
- Sesiones colectivas

21. El área en la que realiza su labor es:

- Actividades de campo
  - Orientación personal
  - Entretenimiento (cine, teatro...)
  - Trabajos manuales y artísticos
  - Tareas educativas
  - Reparto de ayudas (Cuáles):
  - Otras (Cuáles):
- 

22. Enumere las técnicas que más utilice en el desarrollo de su tarea como voluntario (máximo 3): *por ejemplo: trabajo en grupo, dinámicas, conversaciones...*

Trabalho de grupo.

23. Número aproximado de voluntarios que colaboran en la institución a la que usted pertenece: 40 pessoas \_\_\_\_\_

24. Número aproximado de personas asistidas semanalmente:

- <10
- 10
- 11-20
- 21-30
- 31-40
- 41-50
- 51-60
- 61-70
- >70

25. Su formación como voluntario es:

- Pública
- Privada

¿Quién ha impartido dicha formación? A través de documentos informativos.

26. ¿Tiene formación específica?; ¿La organización le ha ofrecido esta formación?

Não, não.

27. Indique los tres contenidos más importantes de su formación como voluntario:

1- Companheirismo 2-Compreensão 3- Ajuda.

28. ¿Cree que es necesaria esta formación? ¿Y la formación permanente?  
¿Por qué?:

Sim, também porque os níveis de pobreza têm aumentado de dia, para dia.

29. ¿Qué otros cursos de formación plantearía?

Formação ao nível do sobreendividamento das famílias;

30. Indique su grado de satisfacción en relación a:

1	2	3	4	5	6
---	---	---	---	---	---

	Nada			Mucho			
Realización de la tarea_____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recursos con los que cuenta_____	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Calidad de los recursos _____	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Horas que emplea _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades que desarrolla _____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relaciones con otros profesionales____	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

31. Señale los 3 aspectos más positivos de su labor como voluntario.

- El reconocimiento social
- La gratificación personal X
- La participación social X
- La ayuda a los demás X
- Otros ¿Cuáles?\_

32. Indique 3 aspectos a mejorar de la actividad del voluntariado.

- Mayor reconocimiento social
- Más recursos desde las administraciones X

- Más oferta formativa X
- Más participación social
- Más campañas de sensibilización X
- Más difusión en centros educativos
- Más comunicación entre agentes implicados
- Otras

¿Cuáles?: \_\_\_\_\_

33. Como calificaría el reconocimiento que en la sociedad se le otorga a los voluntarios

- Muy Negativo
- Negativo X
- Regular
- Positivo
- Muy positivo

34. ¿Cómo se coordinan entre voluntarios? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_ Reuniones mensais.

35. ¿Cómo se coordinan con el equipo técnico? ¿Hay espacios de reuniones y con que intervalos? \_\_\_\_\_

Há reuniões mensais.

36. Que sugeriría para mejorar la actividad del voluntariado y su reconocimiento social:

Mais Empenho; Mais formação.

---

## Entrevistas aos Beneficiários das Associações

## HISTORIA DE VIDA

Sexo:

- Hombre
- Mujer X

Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55 X
- +55

Estado civil:

- Casado/a
- Pareja de hecho
- Divorciado/a X
- Separado/a
- Viudo/a
- Madre soltera
- Soltero/a

Lugar de nacimiento: \_Rio Meão \_\_\_\_\_

Provincia: Rio Meão \_\_\_\_\_

País: Portugal \_\_\_\_\_

Especifique nivel de estudios:

- Sin estudios
- Primarios X
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

¿En qué ha trabajado y hasta cuándo ha podido hacerlo?

(em que trabalhou e até quando pode fazê-lo?)

Comerciante

¿Cómo ha llegado a la situación actual en la que se encuentra?

(Como chegou à situação actual em que se encontra?)

A vida nem sempre é um mar de rosas. E, os filhos são a nossa prioridade, fazemos muitos sacrifícios por eles.

¿Cómo le ha apoyado o no la administración pública?

(Como o apoiou ou não a administração pública)

Não tenho qualquer apoio, apenas recebo bens alimenticios do Banco Alimentar.

¿Cómo ha encontrado esta asociación?

(Como encontrou esta associação)

Através de uma Amiga, que também recebe apoio.

¿Cómo valora el apoyo de la asociación?

(Como avalia o apoio prestado por esta instituição?)

Muito Bom.

¿Cómo valora el apoyo de los voluntarios?

(Como avalia o apoio dos voluntários)

Muito Bom.

Sugerencias para la mejora de la administración pública ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da administração pública perante estas situações)

Mais verbas para apoiar quem precisa.

Sugerencias para la mejora de la asociación ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da associação perante estas situações)

## HISTORIA DE VIDA

Sexo:

- Hombre
- Mujer X

Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

Estado civil:

- Casado/a X
- Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viudo/a
- Madre soltera
- Soltero/a

Lugar de nacimiento: \_S. João de Ver \_\_\_\_\_

Provincia: Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

País: Portugal \_\_\_\_\_

Especifique nivel de estudios:

- Sin estudios
- Primarios X
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

¿En qué ha trabajado y hasta cuándo ha podido hacerlo?

(em que trabalhou e até quando pode fazê-lo?)

Trabalhei numa fábrica de calçado, mas a empresa fechou.

¿Cómo ha llegado a la situación actual en la que se encuentra?

(Como chegou à situação actual em que se encontra?)

O meu marido também ficou desempregado.

¿Cómo le ha apoyado o no la administración pública?

(Como o apoiou ou não a administração pública)

Não apoia, a Conferência de S. Vicente de Paulo ajuda-me com o pagamento de algumas despesas.

¿Cómo ha encontrado esta asociación?

(Como encontrou esta associação)

Através da minha Assistente Social.

¿Cómo valora el apoyo de la asociación?

(Como avalia o apoio prestado por esta instituição?)

Bom.

¿Cómo valora el apoyo de los voluntarios?

(Como avalia o apoio dos voluntários)

Bom.

Sugerencias para la mejora de la administración pública ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da administração pública perante estas situações)

Mais verbas.

Sugerencias para la mejora de la asociación ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da associação perante estas situações)

## HISTORIA DE VIDA

Sexo:

- Hombre X
- Mujer

Edad:

- 16-23
- 24-31
- 32-39
- 40-47
- 48-55
- +55 X

Estado civil:

- Casado/a X
- Pareja de hecho
- Divorciado/a
- Separado/a
- Viudo/a
- Madre soltera
- Soltero/a

Lugar de nacimiento: \_S. João de Ver \_\_\_\_\_

Provincia: Santa Maria da Feira \_\_\_\_\_

País: Portugal \_\_\_\_\_

Especifique nivel de estudios:

- Sin estudios
- Primarios X
- Secundarios
- Universitarios (I Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Universitarios (II Ciclo) ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Postgrado y Master ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Doctorado ¿Cuáles? \_\_\_\_\_
- Otros \_\_\_\_\_

¿En qué ha trabajado y hasta cuándo ha podido hacerlo?

(em que trabalhou e até quando pode fazê-lo?)

Metalúrgico, até aos 62 anos.

¿Cómo ha llegado a la situación actual en la que se encuentra?

(Como chegou à situação actual em que se encontra?)

As reformas são pequenas, e os medicamentos são muito caros e, eu e a minha esposa, temos necessidades, muitas. Ainda temos muito a ajuda da Conferência Vicentina.

¿Cómo le ha apoyado o no la administración pública?

(Como o apoiou ou não a administração pública)

Não tive apoio nenhum.

¿Cómo ha encontrado esta asociación?

(Como encontrou esta associação)

Através do pároco da freguesia.

¿Cómo valora el apoyo de la asociación?

(Como avalia o apoio prestado por esta instituição?)

Bom.

¿Cómo valora el apoyo de los voluntarios?

(Como avalia o apoio dos voluntários)

Bom.

Sugerencias para la mejora de la administración pública ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da administração pública perante estas situações)

Mais verbas.

Sugerencias para la mejora de la asociación ante estas situaciones.

(Sugestões para a melhoria da associação perante estas situações)